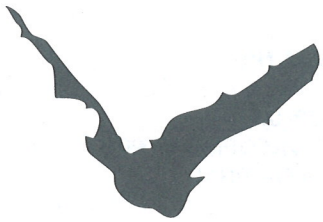
MAISVALIA9

AGOSTO—NOVEMBRO 2010 ANO IV Nº 9 R$ 10,00

Eleições 2010:
Martiniano Cavalcante (PSOL),
Eduardo Almeida (PSTU) e
Fernando Dillenburg (MNN)

A crise capitalista mundial
Nick Beams

***A Acumulação do Capital* de Rosa Luxemburg**
Jadir Antunes



MAISVALIA

AGOSTO—NOVEMBRO 2010 ANO IV Nº 9

0127

MAISVALIA Nº9

ISSN 1982-6761
AGOSTO—NOVEMBRO 2010
SÃO PAULO—BRASIL

MAISVALIA é uma publicação quadrimestral

Editora Týkhe
5511 3929 4391
www.maisvalia.org
fale@maisvalia.org

© **Copyright 2010 by Editora Týkhe**

COMISSÃO EDITORIAL

Carlos Alves do Nascimento
Universidade Federal de Uberlândia

Fábio Maia Sobral
Universidade Federal do Ceará

Fernando Dillenburg
Editor Executivo

Hector Benoit
Universidade Estadual de Campinas

Jadir Antunes
Universidade Estadual do Oeste do Paraná

PRODUÇÃO GRÁFICA

Amanda Carvalho/ Guido de Carvalho/
Ilana Tschiptschin
Fernando Stankus [fotografia]

COLABORADORES

Ailton Gomes/ Aldo Xavier Monteiro/
Alexandre Benoit/ Ana Luisa Ribeiro/
André Cressoni/ Andrea Peters/ Ann
Talbot / Bill Van Auken/ Carlos Prado
Chris Marsden/ David North/ Elieser
Spereta/ Jair Antunes/ Joanir Ribeiro/
John Chan/ Joseph Kishore/ Manoel
Fernandes de Sousa Neto/ Nick Beams/
Peter Schwarz/ Ricardo Pereira de Melo/
Rodrigo Brancher/ Urbano Nojosa/
Vladimir Volkov

"Das Kapital ist verstorbne Arbeit, die sich nur vampyrmässig belebt durch Einsaugnung lebendiger Arbeit, und um so mehr lebt, je mehr sie davon einsaugt."

(Marx, *Das Kapital*, MEW, livro I, "Der Arbeitstag", p. 247)

"O capital é trabalho morto que, como vampiro, somente vive sugando trabalho vivo, e vive mais quanto mais trabalho vivo suga."

(Marx, *O capital*, livro I, "A jornada de trabalho", p. 247 da edição alemã)

ÍNDICE

6 EDITORIAL

8 MAIS PRODUÇÃO, MAIS HORA EXTRA, MENOS SALÁRIO:
Entrevista com ex-metalúrgico da Cinpal e metalúrgico da Volks

14 "NÓS SOMOS OPOSIÇÃO ASSUMIDA AO SINDICATO"
Entrevista com liderança dos trabalhadores de produtoras de auto-peças do ABC

20 A LUTA DOS SEM-TETO NO CENTRO DE SÃO PAULO
Entrevista com Ivaneti Araújo, do MSTC

28 A LUTA DOS TRABALHADORES DA USP
Funcionário, estudante e professor falam sobre a greve de 2010 na USP

36 ELEIÇÕES 2010
Entrevistas com Martiniano Cavalcante (PSOL),
Eduardo Almeida (PSTU) e Fernando Dillenburg (MNN)

46 *A ACUMULAÇÃO DO CAPITAL*, DE ROSA LUXEMBURG:
Contribuição ao estudo não dialético de *O capital*
Jadir Antunes

62 A RENDA DA TERRA EM MARX
Fabio Luis Barbosa dos Santos

70 O SEGUNDO ESTÁGIO DA CRISE CAPITALISTA MUNDIAL
Nick Beams

78 A GREVE DOS CAMINHONEIROS DE MINEÁPOLIS EM 1934
Ron Jorgenson

90 VINÍCIUS DE MORAES:
A fidelidade absoluta à poesia
Hector Benoit

Trabalhadores do setor de Minas e Energia na Grécia penduram faixa "NÓS RESISTIMOS", na luta contra as medidas do governo em 2010.

EDITORIAL

Contrariando as declarações oficiais fantasiosas que afirmavam que já teríamos chegado ao fim da crise econômica mundial, os órgãos da imprensa burguesa publicaram recentemente declarações de vários economistas e do próprio FMI (Fundo Monetário Internacional) alertando para a possibilidade de uma nova recessão econômica.

Se as primeiras manifestações desta crise, que só são comparáveis àquelas da gigantesca crise de 1929, já causaram a destruição de milhões de empregos e o rebaixamento dos salários em todo o mundo, este novo mergulho da economia mundial conduzirá à miséria uma parcela ainda maior de trabalhadores de todo o planeta.

Como já previra Marx no século XIX, cada crise do capital é mais devastadora que a anterior, expondo abertamente a incapacidade total deste modo de produção atender as necessidades mínimas de vida da grande maioria dos trabalhadores.

Em meio a essa nova recaída da economia mundial, chegamos à nona edição da revista MAISVALIA. Diante do agravamento da situação econômica vivida pelos trabalhadores e da aproximação das eleições presidenciais no Brasil, aumentamos a primeira seção da revista, a seção onde damos a voz à classe trabalhadora.

Iniciamos essa seção entrevistando três metalúrgicos que trabalham em duas fábricas de autopeças e em uma montadora da região metropolitana de São Paulo, que denunciam as péssimas condições de trabalho e o rebaixamento dos salários nessas empresas. Entrevistamos também uma líder de um movimento sem-teto da capital paulista, que descreve os problemas comuns enfrentados por aqueles que lutam por moradia nas cidades brasileiras.

Ainda nesta seção, cobrimos a greve dos funcionários da USP, onde um funcionário, uma estudante e um professor contam como foi o enfrentamento com a reitoria. A última entrevista aborda a campanha para as eleições presidenciais deste ano, dando a palavra a dirigentes de três partidos de esquerda do país, com o objetivo de divulgar as posições políticas de partidos que não têm o espaço necessário na imprensa burguesa para manifestar seus programas.

Na segunda seção, a seção de artigos teóricos, publicamos artigo que analisa criticamente a interpretação de *O capital* de Marx feita por Rosa Luxemburg. O segundo artigo explica a problemática da renda da terra exposta por Marx na Seção VI do Livro III de *O capital*. No terceiro artigo o autor explica a atual crise econômica mundial, entrecruzando aspectos históricos e conceituais. O último artigo desta seção é a primeira parte de uma descrição detalhada da histórica greve dos caminhoneiros de Mineápolis (EUA) em 1934, quando os trabalhadores se armaram para defender suas condições mínimas de vida contra os gângsteres contratados pelos patrões.

Fechando esta edição, a terceira e última seção, a seção de cultura, traz um artigo que homenageia Vinicius de Moraes e mostra como sua obra e sua vida expressam uma fidelidade absoluta à poesia e à nossa própria existência. ▪

MAIS PRODUÇÃO, MAIS HORA EXTRA, MENOS SALÁRIO

Metalúrgicos falam sobre as péssimas condições de trabalho nas fábricas

A MAISVALIA *entrevistou dois metalúrgicos de diferentes fábricas da região metropolitana de São Paulo. O primeiro é um dos mais de 500 demitidos da Cinpal, perseguidos pela empresa depois da organização de uma greve no final de 2009, greve na qual os trabalhadores atropelaram a direção do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco e Região, filiado à Força Sindical (para maiores detalhes sobre esse conflito, vide a entrevista "Revolta contra fábrica-quartel e sindicato", na edição nº 7 da* MAISVALIA*). O segundo entrevistado trabalha na Volks Anchieta, em São Bernardo do Campo, região que desempenhou papel central na criação do PT e da CUT na década de 1980. Estes dois depoimentos expressam de forma claríssima a brutalidade das relações de trabalho no interior das fábricas.*

Ex-metalúrgico da Cinpal

MV Qual era a sua expectativa antes de entrar na Cinpal?

C A Cinpal é a maior empresa da região de Taboão da Serra. Para quem tá fora, a Cinpal é um sonho, todo mundo quer trabalhar na Cinpal, não interessa o que vai acontecer lá dentro. Todo mundo acha que é uma empresa muito grande, forte mesmo, que não tem igual, carro-chefe. Pensam que salário bom só tem na Cinpal, parece o melhor salário do mundo.

MV Essa expectativa se confirmou quando você começou a trabalhar lá?

C Esse sonho termina quando você entra lá dentro: paga pra entrar, reza pra sair. Ditadura pura! Humilhação de funcionário constante. Todo dia, pesa muito. Essa é a realidade da Cinpal. Por isso é um sonho, você sonha que quer entrar, depois tem um pesadelo quando tá lá dentro.

MV A crise econômica afetou a produção da Cinpal?

C Não afetou 100%. Digamos que afetou 30%, porque reduziu alguns companheiros. Deu férias coletivas para muita gente, inclusive pra mim. Eu peguei duas férias em um ano. Mas que caiu a produção... Não, não caiu. Continuamos trabalhando todo dia. Diariamente tinha um caminhão lotado de peça. Pra onde ia? Ninguém sabe, porque via que não vendia. Pra onde iam essas peças? Só Deus sabe.

MV No final do ano vocês entraram em greve, não é?

C Isso, teve essa greve. Os mais velhos dizem que há 20 anos que não tinha uma paralisação dessas na Cinpal. Quando entrou sangue novo a gente ficou disposto a mudar. Fizemos a greve uma semana. Mas fomos derrotados graças ao sindicato. Tá na cara que o sindicato foi comprado. Nosso sindicato é uma vergonha pra categoria dos metalúrgicos hoje em São Paulo. Hoje em dia, não é à toa que vários sindicalistas que tem mandato pra prefeito, senador, governador, estão sendo cassados por corrupção. Então não tem pra onde correr. Nós estamos num beco sem saída hoje no nosso sindicato. É uma vergonha.

MV Quais os motivos das demissões que ocorreram na Cinpal?

C O Vitor, o presidente da Cinpal, disse pra nós que se não voltássemos a trabalhar imediatamente, seríamos todos demitidos, não ia ter acordo. Aí, segundo o

Assembléia durante a greve de 2009 na Cinpal.

Assembléia dos trabalhadores da Voks em São Bernardo em 2009.

sindicato, ele entrou, conversou e acabou relevando. Deu garantia de 3 meses. Mas, depois disso, não ia ter como, ia mandar todos que fizeram greve embora. Inclusive, foram mais de 2 mil funcionários que entraram em greve. Até então, foram mandados embora mais de 600 funcionários. E cadê o sindicato que não vê nada disso, não entra com uma providência pra barrar essas demissões? Então a Cinpal faz o que quer. Não tem como a gente correr. Somos humilhados diariamente na Cinpal.

MV Você também foi demitido?

C Também fui demitido. Fui o primeiro da lista. Não tem por onde correr. Meu sonho acabou ali dentro. Eu entrei, eu vi que não é nada daquilo que eu imaginava. Não tem nem vaso sanitário pra gente sentar. A refeição estragada. Se você reclama, você fica sem comer. Se reclama do transporte você fica sem utilizar. Somos tratados como bicho! Isso não é certo.

MV Como está o ritmo de trabalho na empresa que você está trabalhando atualmente?

C Nessa empresa que eu trabalho agora, vejo o pessoal virando noite, fazendo bastante extra. Por que não contrata mais gente em vez de ficar sacrificando o pessoal, virando noite, fazendo hora extra? O salário teria que dar para nos manter e não ter que fazer hora extra para conseguir manter um padrão de vida. Hora extra é uma ajuda de custo, nada mais do que isso.

MV Você acha que essa sobrecarga de trabalho afeta a saúde do pessoal?

C Na fábrica que eu me encontro hoje, não. Não vejo esse tipo de tortura porque é um serviço mais *light*, mas na Cinpal sim. E vi companheiros praticamente mutilados. E a Cinpal não paga atestado médico não, não existe isso. Se você liga no sindicato pra reclamar, eles ligam pra Cinpal e você é demitido na mesma hora. Então, na Cinpal você sofre essa psicologia, essa tortura, mentalmente.

MV O que você acha da notícia de que as empresas vão investir cerca de 96 milhões de reais em máquinas e equipamentos? Isso é bom para o trabalhador?

C De jeito nenhum. Tecnologia é mão-de-obra qualificada. Não tem porque segurar emprego de peão, porque a máquina faz sozinha. E aí tá de volta o fantasma do desemprego.

MV E você acha que o sindicato vai defender os trabalhadores?

C [risos] Brincadeira, o sindicato não... É totalmente comprado. Não existe um sindicato. Vamos falar pelo nosso, dos metalúrgicos, é muito fraco, muito fraco. Aqui na região de Taboão da Serra, a Cinpal deita e rola em cima do nosso sindicato.

MV O sindicato, no seu jornal *Visão Trabalhista*, comemora os índices econômicos. Eles falam que aumentou a produção, aumentou o lucro das empresas. O que isso quer dizer pro metalúrgico?

C Não quer dizer nada porque não repassaram nada pra gente. O salário continua o mesmo. Os companheiros tão sendo mandados embora pra pegar mão-de-obra mais barata. O que esses índices significam pra gente? Nada.

MV Os trabalhadores que entraram na Cinpal para ocupar o seu lugar ganham menos do que você ganhava?

C Creio eu que sim. Na Cinpal a política é muito errada. Pode ser uma puta de uma firma, mas quem tá por trás dela deixa muito a desejar.

MV Segundo a Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotivos, neste ano a produção de veículos aumentou 23,9%, sendo que o emprego aumentou apenas 1,85%. O que isso quer dizer pro metalúrgico?

C Aumentou a produção e não aumentou emprego. Cadê os companheiros, onde estão? Estão sendo internados em asilos, jogados às traças, porque não servem mais pra nada. Aí não adianta, eles vão investir em que?

MV Então os trabalhadores estão produzindo mais e ganhando menos. Há o que comemorar como comemoram os jornais dos sindicatos?

C Em que sentido eles comemoram? Com o bolso deles. Porque pra nós não

sai nada, só arrancam a pele. Então é igual o índio, escalpelam a gente na cara dura. Tiram o escalpo e põem no sol pra secar.

MV E qual é a atitude do sindicato diante disso?

C O que acontece no meio dos metalúrgicos é muito simples, nós temos o sindicato, que é a Força [Sindical]. Mas onde que eles estão na hora que mais precisamos pra buscar, pra unir os trabalhadores, pra mudar, pra gente buscar algo melhor pra nós? Não tem. Na hora que a gente mais precisa do sindicato ele dá pra trás. Só comemora a fraude. No meu ver de trabalhador, isso é fraude. Engana a gente com poucas palavras.

O sindicato tá na mão dos empresários. Eles recebem da gente todo mês pra não fazer nada. O ideal era ninguém mais pagar sindicato pra ver o que eles fariam da vida deles, porque a gente só sustenta vagabundo, que não sabe o que é peão que carrega máquina, peça pesada. O sindicato fica de boa só mordendo dinheiro da gente todo mês. Participação, tudo eles ganham, e a gente trabalha pra eles. Não tem nenhuma melhora na nossa situação, cada dia fica mais complicado.

Eu acho que nós deveríamos nos unir mais. Não importa que o sindicato seja comprado. Assim, botar uma força paralela ao sindicato. Pra eles verem que não somos mais bobos, pra gente fazer o que a gente quer da nossa vida. Nós temos que nos unir e mostrar que somos livres.

LInha de montagem de fábrica metalúrgica.

Metalúrgico da Volks

MV Como está a situação dos trabalhadores na Volkswagen Anchieta?

VW Demissão quase que não houve. A contratação houve bastante, mas a gente sabia que após essa contratação podia haver bastante demissão. Mas não houve porque a firma se encontrou em um momento de elevação da produção. Mas a mão-de-obra tá diminuindo, porque tá tudo sendo feito através de robôs. Uma só pessoa opera um robô que trabalha por 20, 50 ou 100 pessoas e trabalha com perfeição. Se a gente tivesse novas contratações e salários compatíveis com a mão-de-obra de cada um, seria muito mais certo do que qualquer outra coisa. Então o negócio não tá certo, não.

MV Você sente esse aumento da produção no seu trabalho?

VW Em relação ao aumento de trabalho, dá pra gente sentir sim. E mais, a gente lá dentro não tá vendo nada de retorno.

MV Como está o ritmo de trabalho na Volks?

VW Acelerado. Tá acelerado pra caramba, porque somando os turnos dá quase 24 horas de trabalho por dia.

MV E esse trabalho extra é pago?

VW Bom, está sendo pago. Mas tá sendo pago de uma forma que é o seguinte: ela paga muito pouco, pra ter ganhos bem maiores. É a firma que vai lucrar com essa mão-de-obra. O peão acha que tá lucrando, mas não. Mais tarde, na hora que tiver que se aposentar ou no final de semana prolongado que ele não foi trabalhar, já não tem mais corpo pra sair de casa pra passear, não tem corpo mais pra pegar uma praia, não tem corpo mais pra visitar parente da cidade de origem, não tem nada. Então, nós estamos sendo danificados.

MV O jornal dos metalúrgicos do ABC, *A Tribuna Metalúrgica*, tem publicado várias manchetes que comemoram o lucro das empresas ou comemoram o aumento da produção. O que isso significa pro trabalhador?

VW Pro trabalhador, isso significa derrota. Porque enquanto as empresas tão lucrando sem se importar com nada, o peão tá deixando a família, deixando filho, deixando mulher, deixando tudo. Teve até um segurança lá da empresa, há tempos atrás, que se jogou lá de cima porque ele não dava conta do recado, ele tinha que trabalhar ou fazia extra lá perto da casa dele. Então, moral da história, o peão se suicidou. Como esse tem muitos outros. Não é só suicídio que tira o peão da parada, não. Loucura, queda de memória, queda de tudo. Cadê o momento da gente viver um lazer, viver a vida? Você acha que é vida viver a maior parte da vida trabalhando? Isso nunca foi vida nem pra mim nem pra ninguém.

MV Então há o que comemorar, como faz o jornal do sindicato?

VW Não tem comemoração. Se a comemoração que eles acham que temos tá sendo lá dentro, então vê lá na casa do peão, vê se tá tendo alguma comemoração. Vê se a mulher dele tá comemorando, se as crianças dele conhecem ele como pai.

MV O Lula esteve na VW este mês e disse que hoje já não precisa mais distribuir jornal na porta de fábrica, ficar fazendo uma anarquia lá na frente, porque a meninada de hoje não precisa lutar igual as lutas na década de 70. O que você acha isso?

VW É uma puta de uma mentira, porque é o seguinte: a vitória que a gente almejava tá no nosso pensamento até hoje. Quem não venceu já tá aposentado, mas quer que os filhos também lutem pra que aquilo que eles iniciaram tenha um retorno antes que eles morram, porque a luta que eles iniciaram não morreu não. Morreu alguns que tiveram na luta com a gente. Mas o sangue dele tá ali, vai germinar. O sangue de cada um dos trabalhadores que teve ali naquelas décadas de luta, de regime militar e tudo o mais, vai germinar. União, participação que a força vem. A força vem. Porque há mais ou menos uns 20 anos atrás, eu participei de uma luta ferrenha em todo o grande Diadema e mais Santo Amaro, pra nós conseguirmos moradia. Nem prefeito, nem governo, nem ninguém nos favoreceu, nossa organização é que nos ajudou.

MV Qual é a saída que você vê para tudo isso?

VW Se não existisse o capitalismo aí, não existia crise nenhuma! O capitalismo é que é o agente da história toda. Unificar é difícil, é. Mas quem falou que o que é fácil é bom? Então vamos correr atrás da situação, porque só assim que nós temos a resposta da nossa luta. Então é por aí nossa luta, é por aí nossa organização. ■

Asse

"SOMOS OPOSIÇÃO ASSUMIDA AO SINDICATO"

Entrevista com liderança dos trabalhadores de produtoras de autopeças do ABC

Fábio Latino, como é conhecido dentro da fábrica, contou à MAISVALIA *a sua história de liderança dentro da fábrica da Quasar, em Santo André SP. Fábio falou das dificuldades que os trabalhadores enfrentam com o bloqueio político imposto pelo sindicato e com a pressão da empresa por hora extra. Além disso, falou da necessidade da organização dos trabalhadores para além dos interesses políticos dos sindicatos.*

A Quasar é uma empresa metalúrgica com fábricas em Santo André e Mauá, além de postos dentro das plantas da Volkswagen em São Bernardo e Taubaté. Junto com outras empresas da região, produz autopeças e é fornecedora direta das grandes montadoras. Atualmente, 900 pessoas trabalham nas plantas da Quasar, além do trabalho indireto que é feito nas chamadas "bocas de porco", fábricas menores, normalmente sem segurança e com maquinário antigo, que terceirizam a produção de peças menores para empresas como a Quasar.

MV Qual é o seu histórico na Quasar? Você entrou há quanto tempo?

FÁBIO Dia 14 de junho fez 6 anos que eu to aí na Quasar. Entrei em 2004 e, depois de 6 meses, virei cipeiro. No começo eu não sabia o que era a Cipa, nunca tinha sido cipeiro. O pessoal disse: "Ó, vai lá", aí eu me candidatei, ganhei e entrei. Aí você vai estudando, conhecendo a empresa, a gente acaba usando a Cipa, mais ou menos, como uma comissão de fábrica. Não existe mais comissão de fábrica dentro das empresas, é muito difícil. Numa montadora ainda tem alguma coisa, mas empresa igual à Quasar, autopeças, não tem. Então a gente acaba usando a Cipa mais pra organizar o pessoal, sobre algumas cobranças que têm na empresa, sobre segurança também, que é o carro chefe, mas usamos pra outras coisas, porque se a gente ficar dependendo só do sindicato, a gente não sai do lugar. No total são cinco cipeiros titulares em Santo André, mais quatro suplentes.

MV Como vocês se organizam dentro da fábrica?

FÁBIO Como cipeiro, o nosso trabalho é uma vez por mês uma reunião de Cipa, que no grosso não resolve nada, porque é só pra cumprir protocolo mesmo, porque a segurança do trabalho é falha, mas a empresa não dá muita importância pra isso, tem os EPIs [equipamento de proteção individual], mas, fora isso, não tem muita coisa. E a gente usa pra essas coisas... Um encarregado que tá pegando no pé, a gente vai cobrar. Esse tipo de coisa a gente cobra no chão de fábrica. Às vezes, quando tem muitas demissões, a gente cobra. A gente tá cobrando tudo o que tem que cobrar, que era papel do sindicato e eles não fazem.

MV Então vocês acabam sendo os interlocutores dos trabalhadores da fábrica com a empresa.

FÁBIO Isso, a gente faz esse papel, essa ponte. Pra um trabalhador não se expor, a gente ouve os problemas dele, pra passar pra empresa e ver se tem como resolver, enquanto a empresa está ouvindo a gente.

Pra ajudar isso, faz uns 6 ou 7 meses que começamos a colar um informativo no mural. Porque, assim, a gente era acostumado a reclamar do encarregado, disso e daquilo e nunca acontecia nada. A gente passava pra empresa, pra diretoria, e eles nunca tomavam nenhuma providência, aí começamos a fazer esses informativos. Procuramos ser o mais honesto possível, ouvimos o que o pessoal tem pra falar e, agora, começamos a colocar nesse informativo mensal,

Assembléia na Quasar.

quando acontecem as coisas boas e as ruins na empresa. Nós costumamos colar no quadro de avisos, mas a empresa costuma tirar, porque eles acham uma afronta ficar pondo isso lá. Eles tiram e vamos colocando.

A gente pede uma ajuda pro pessoal, eles colaboram, tiram xerox e distribuem. Porque nesse jornal do sindicato, que era pra sair as notícias da fábrica, não sai nada da Quasar. A gente não sabe porque, mas não sai nada, sai de várias empresas e da Quasar não sai. Aí, o trabalhador fica sem saber o que tá acontecendo, e a gente procura passar isso no informativo.

MV E os trabalhadores procuram o informativo pra falar dos problemas que estão acontecendo?

FÁBIO Isso, já procura, já virou cultura. Eles vão lá, nos procuram, aí nós procuramos saber antes se é verdade mesmo o que tá passando, porque alguém, às vezes, tá com raiva de alguém e inventa uma história, aí a gente tem que saber pra não publicar mentira.

MV E já teve alguma reação ao informativo?

FÁBIO Teve. A gente já ficou sabendo que os coordenadores foram chamados na sala da diretoria, pra dar explicação, mas aí acaba que eles sempre dão uma desculpa, falam que é perseguição nossa pra eles. Eu nem culpo muito os coordenadores da Quasar, porque os coordenadores são praticamente fantoches. A gente ouve muitas vezes que eles não são coordenador, eles estão coordenador, meio falta de opção mesmo. E eles acabam muitas vezes exagerando, mas a gente tá aí pra cobrar no que tem que cobrar.

MV E nesse período que você está na Quasar, na Cipa, teve algum acontecimento de luta?

FÁBIO É, nesses anos todos tiveram algumas coisas. O sindicato ficou marcado como se eles tivessem traído algumas vezes. Teve a história do horário da empresa e o aumento.

Em novembro de 2009 a gente parou a fábrica. A gente tava cansado já de tanta reclamação no chão de fábrica, tinha coordenador que tava pegando no pé, marcando tempo que a gente vai no banheiro. A gente cobrou do sindicato e nada, nenhum retorno de lá pra cá. Aí, a gente juntou uma comissão de 12 pessoas e resolvemos parar pra chamar a atenção mesmo da empresa, porque a gente reclamava e via que não tava tendo retorno. Só que daí, na surpresa, parou mais de 100 funcionários, tinha gente que tinha uma semana de Quasar e parou junto!

E a Quasar não tá acostumada com greve. Acho que a última greve que teve aqui faz uns 15 anos, e ainda foi na época do racha do sindicato da CUT com a Força Sindical. Ninguém sabia ainda direito o que era o sindicato e teve mais de 200 trabalhadores demitidos na época. No dia que a gente parou o turno, a gente não ia parar o dia inteiro, era pra chamar a atenção mesmo, pra ver se saía alguma reunião, alguma coisa, e a gente percebeu que a Quasar não estava preparada pra isso, eles não souberam como lidar, ficaram meio perdidos. A gente passou o crachá e saímos pra rua. O gerente saiu na rua atrás, andou no meio da gente.

Aí eles ligaram pro sindicato vir. O sindicato veio e, por incrível que pareça, a gente sentiu que eles também não estavam preparados pra greve. Eles não sabiam como agir. Ficavam pedindo pra gente colocar a turma pra dentro, que eles iam resolver o caso. E a empresa também não sabia. Então, você olhava pra quem comanda a empresa e eles não sabiam o que fazer, ficaram meio perdidos. O sindicato chegou, falou que era isso mesmo, que tinha que parar mesmo. Só que na hora que já tá parado é fácil de falar, quando você chega depois do que está acontecendo. E, como a gente tava esperando que ia parar só 10, 12 pessoas, a gente resolveu entrar. Eles assumiram um compromisso que iam ouvir a gente numa reunião e resolvemos entrar.

Uma semana depois eles deram advertência pra todo mundo que saiu lá fora. Até onde eu sei eles ligaram pro sindicato pra saber se eles tinham alguma coisa a ver com isso. Se eles tivessem assumido essa paralisação, não ia ter sobrado pra gente, mas, como eles não assumiram, a empresa jogou a culpa pros trabalhadores e levamos advertência.

MV Então o sindicato não assumiu?

FÁBIO É, eles falaram que não tinham nada a ver. Só que eles têm jornal, que eles lançam uma vez por semana, mas entregam na Quasar aqui a cada 20 em 20 dias, quando entregam... Nesse jornalzinho deles, colocaram que graças à greve que eles fizeram aqui eles conseguiram um aumento pros trabalhadores. Ou seja, ainda usaram a greve pra eles!

MV Só que na hora de assumir pra defender o trabalhador...

FÁBIO Eles disseram que não tinham nada a ver. E nós tomamos 90 advertências.

MV Existe conflito entre os cipeiros e o sindicato?

FÁBIO É, no começo a gente tentou se aproximar deles, porque querendo ou não eles são nossos representantes legais. E, no começo, a gente tentou ainda uma aproximação, achando que é o meio mais certo pra gente conseguir alguma coisa dentro da empresa. Só que a gente se sentiu traído várias vezes, não foi uma ou duas, foram várias vezes. A gente já chegou a ouvir de dirigente que a gente chora de barriga cheia.

No começo, a gente tentou ainda uma aproximação, a gente não era sócio e virou sócio, mas isso não tinha retorno nenhum. Era só daqui pra lá, e nada de lá pra cá. E foi acumulando, acumulando... A gente nunca ganhava nada, sempre ia com alguma disputa com a empresa sobre alguma coisa e sempre a gente perdia. Nós nunca conseguimos nada do que a gente tava lutando pra conseguir. Foi quando a gente resolveu assumir que nós éramos oposição ao sindicato, tanto que a gente deu baixa nas carteirinhas e hoje essa planta de Santo André é oposição ao sindicato. Nas outras plantas, às vezes, eles tentam usar o nosso nome como se a gente fosse aliado deles, mas não somos. Nós somos oposição assumida ao sindicato. Às vezes, pra gente conseguir alguma coisa, tem que ser por eles, pela lei... Mas, fora isso, a gente não tem ligação nenhuma.

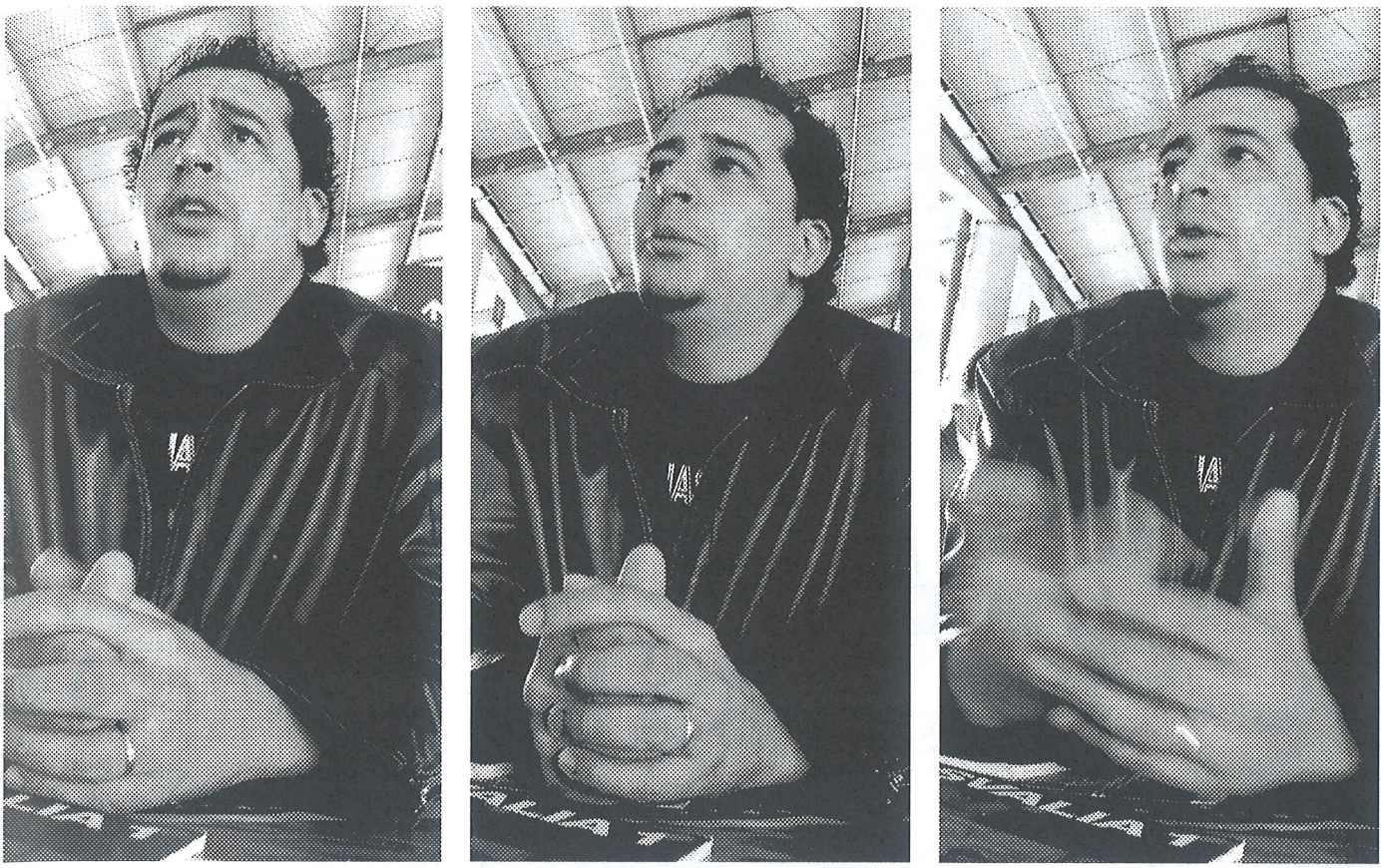
MV Hoje em dia a Cipa, as comissões de fábrica das montadoras, são bastante controladas pelo sindicato, elas normalmente são aliadas do sindicato. Como o sindicato reage à oposição de vocês?

FÁBIO Tem uma certa perseguição na empresa, qualquer coisa que acontece na empresa é sempre a gente: "Ó, é aqueles lá..." Então, tem alguma coisa, a gente sabe que tem. Só que eles não assumiram ainda aquela coisa de ir contra a gente, porque na Quasar 2 tem um dirigente sindical lá dentro, que era companheiro nosso, era de luta e era filiado à CUT, militante da CUT. Ele fala pra todo mundo isso e, na nossa comissão, ele era aquele que chegava mais duro no sindicato.

Aí, a gente recebeu uma proposta a alguns anos atrás, de entrar no sindicato, eu, ele e mais alguns companheiros. Nós não aceitamos e ele aceitou. Na cabeça dele, ele ia conseguir mudar o sindicato. Só que ele não conseguiu, não tem como uma pessoa mudar o sindicato. Ele está na Quasar 2 ainda, é dirigente sindical ainda, até tem algumas idéias boas, mas fica preso pela burocracia, que é o sindicato. Aí, na Quasar 2 eles têm, mais ou menos, o controle por causa desse cara, mas na Quasar 1 não, é independente.

MV Como é a perseguição da empresa?

FÁBIO Eles viram que a gente vai até o final, que quando a gente quer alguma coisa a gente briga mesmo. Mas, no começo, era dose, eles ameaçavam mandar embora, mandar advertência. Eles não aceitam muito, acho que nenhuma



Fábio Latino, liderança da fábrica da Quasar em Santo André - SP.

empresa aceita ter uma posição que questiona ela. Desde que a gente esteja trabalhando normal, a gente vai cumprir o que tem que cumprir dentro da empresa, mas o que a gente não aceita é humilhação, escravidão, que é o que eles estão fazendo às vezes, isso aí a gente não aceita mesmo. Já aconteceu muita coisa, uma vez fomos até proibidos de entrar na empresa.

MV Vocês não podiam entrar pra trabalhar?

FÁBIO É, a gente saiu do trabalho depois de uma mesa redonda que teve no Ministério do Trabalho, eu e mais dois companheiros, aí chegamos na portaria e o guarda falou que tinha ordem pra não deixar a gente entrar na empresa. A gente trouxe um atestado e entramos. Aí, ouvimos que nós éramos mau exemplo pros outros funcionários. Mas, pra gente, aquilo foi até bom porque quando a gente tá incomodando a empresa é sinal que a gente tá fazendo bom trabalho com os funcionários.

MV Que reunião era essa no Ministério do Trabalho. O que aconteceu?

FÁBIO Foi o seguinte: a gente trabalha um sábado sim, um sábado não. E sempre foi assim, mais de dez anos, um sábado sim, um sábado não. E, de repente, a Quasar começou a pressionar mais. Ela pegou várias peças novas das montadoras pra bater, tinha uns três turnos trabalhando direto, as máquinas ligadas 24 horas e ia abrir mais um turno ainda, que era o seis por dois, que durou cerca de 90 dias pra não ficar pagando hora extra. Falaram que eles foram denunciados lá no Ministério do Trabalho sobre a meia hora de almoço que nós tínhamos antes, que era um acordo firmado entre os trabalhadores que queriam fazer só meia hora de almoço. E, de um dia pro outro, colocaram um aviso lá no quadro da empresa que ia ser uma hora de almoço e janta e que todos os sábados seriam trabalhados.

Aí nós procuramos o sindicato. Ele fez uma assembléia com os trabalhadores e falou que a empresa tava sendo denunciada. Só que a gente não sentiu muita firmeza no jeito que eles falaram. A gente, eu e mais dois trabalhadores, procurou o Ministério e ficou sabendo que não era do jeito que eles estavam tentando passar pra gente. Aí nós fizemos uma carta lá no Ministério do Trabalho, de próprio punho mesmo, e entregamos pro promotor, que chamou a gente pra sentar na mesa com eles pra negociar.

MV O que vocês escreveram nessa carta?

FÁBIO A gente escreveu que o sindicato tinha vindo na empresa, que a empresa tinha mudado nosso horário e a gente estava sendo enganado. Literalmente a gente escreveu que estava sendo enganado. E, no dia que teve a reunião, eles convocaram a gente pra participar, só que o sindicato e a empresa não sabiam que nós íamos. E a hora que chegou na mesa tinham várias controvérsias. De repente, dava pra folgar um sábado sim, um sábado não.

Não sei se eles tinham um acordo, mas teve que rasgar esse acordo. Porque o próprio promotor falou que tinha que manter um sábado sim, um sábado não. Era pra aumentar só meia hora de refeição, aumentando meia hora na carga, e o sábado era pra ser mantido, um sim, um não. E o sindicato junto com a empresa aproveitou a história da hora do almoço pra tentar fazer a gente trabalhar mais, mas não conseguiram porque a gente tava lá, pra surpresa deles. Nessa época teve essa retaliação, com o pessoal proibido de entrar na fábrica. Tanto que a fábrica trabalhou mais cinco sábados direto. Uma conquista nossa foi que as outras plantas de Mauá, que nunca tinham trabalhado sábado sim, sábado não, hoje eles trabalham sábado sim, sábado não, graças a essa luta nossa lá no Ministério do Trabalho. E era uma luta que era antiga pros trabalhadores e o sindicato nunca conseguia, falava que não dava. E a gente com força de vontade conseguiu mudar.

MV E vocês têm grande apoio entre os trabalhadores?

FÁBIO É, a gente tem um bom apoio. Porque toda eleição da Cipa a nossa comissão é sempre eleita. A gente divide, um ano vai duas pessoas, no outro vão outras duas, e a gente é sempre eleito assim. Então é sinal de que a gente tá fazendo um bom trabalho, eu acho.

Lula e Dilma Rousseff, política de apoio às centrais sindicais.

MV E a empresa vai pra cima de vocês?

FÁBIO Já teve isso aí, sim. Quando a gente voltou dessa briga do horário teve colega nosso que trabalhava em setor, com máquina, que foi retirado da máquina e foi colocado meio que sem função na empresa, deram um servicinho pra ele só pra falar que não tá fazendo nada. Eu mesmo, quando voltei, me tiraram das máquinas, da prensa. É pura retaliação. Eles deixam você sem nada pra fazer pra ver se você aguenta, porque isso mexe com a cabeça da pessoa.

Eles não entendem que a gente também tá tentando buscar uma melhoria pro trabalhador, que repassa pra empresa. Que quando tem um trabalhador feliz dentro da empresa, ele vai produzir mais. Então, eles vêem com outros olhos, que a gente quer parar a empresa toda hora, e não é isso. A gente só tá buscando melhorias nas condições de trabalho, só isso. E eles pensam o contrário, eles vêem cipeiro como aquele cara que tumultua, mas não, não é. É o cara que tá cobrando as coisas pro trabalhador, o que, de certa forma, era o trabalho do sindicato, que eles não fazem, infelizmente.

MV E quais são os problemas principais que tem na empresa?

FÁBIO Não é nem só na Quasar, a gente tem uns contatos em outras empresas, porque elas costumam trocar muito de funcionário, tem muita rotatividade, então os mesmos colegas nossos, trabalham em 5 ou 6 empresas que são concorrentes no mercado. Eu mesmo, já trabalhei em duas empresas que, na época, eram concorrentes da Quasar, e a gente acaba conhecendo dentro delas. Elas são todas iguais. É muita rotatividade. Quando o salário chega no teto, eles mandam embora e pegam gente no piso.

MV A rotatividade é pra substituir por gente ganhando menos?

FÁBIO É, eles vão trocando e vão pagando menos. A segurança no trabalho é um órgão da empresa mesmo, então ela age do jeito que a empresa quer que ela aja. Apesar de que quando você vai estudar, tem as normas de segurança da lei e eles não cumprem, é muito difícil cumprir.

MV E isso causa acidentes?

FÁBIO Sim, porque quando o funcionário ta dentro da empresa há 16, 18 horas, o desgaste é bem maior. Aí chega certa hora que a galera não consegue funcionar. Aí tem aquela coisa, o cara é obrigado a fazer uma peça, alguma coisa, tá com pressa, e é onde acaba acontecendo acidente.

MV Qual é a frequência dos acidentes dentro da fábrica?

FÁBIO Na Quasar não tem tanto acidente assim. Já era pra ter tido acidente grave, já aconteceu de máquina quebrar e peça de uma tonelada quase cair e ter sorte de não ter ninguém embaixo, mas nas outras autopeças que tem, quando a gente costuma ler o jornal da região, já teve óbito e tudo, de prensa esmagar o trabalhador. A gente ouvia muito disso nos anos 70, mas ainda hoje tem. Como a gente tem contato com os trabalhadores de outras empresas, eles falam que isso acontece diariamente. Se a gente for lá nas boca de porco então... É o que acontece mais. Prensa sem segurança... Aí perde membro, braço, mão, dedo. Sempre perde, não é uma coisa que acontece uma vez por mês não, na região é uma coisa que acontece sempre.

MV E as horas extras, você falou que tem gente que trabalha 16, 18 horas por dia?

FÁBIO É que a Quasar tinha o terceiro turno, ela acabou agora com o terceiro turno. Aí os funcionários dos outros turnos têm

que suprir essa ausência. Então, tem gente fazendo dois turnos na empresa todo dia. Entra tipo às duas horas da tarde e sai às seis horas da manhã. Chega às 6 horas da manhã e sai às oito horas da noite. É uma coisa que virou meio normal.

Acho que às vezes o trabalhador se engana, porque às vezes ele recebe uma hora extra a mais, aí acaba até acostumando. Só que o dia que ele cair doente é a hora que ele sabe que a empresa vira as costas.

MV A empresa obriga a fazer essas horas extras?

FÁBIO Não é obrigatório. Mas é aquela coisa: quem tá no chão de fábrica sabe que quando o encarregado pede pro cara virar, se ele falar não, ele fica queimado dentro da fábrica. Aí, se ele fala não uma, duas vezes, quando tiver o facão ele é o primeiro que vai embora. Mas, no final, mesmo os caras que viram podem até demorar um pouquinho mais vão embora também com o facão. Porque a rotatividade, quando pega, ela não escolhe muito não... Ela pega todo mundo.

MV E a questão da crise econômica em 2008, teve uma queda brusca da produção, tiveram muitas demissões?

FÁBIO Eles costumam demitir quando tem crise. Só que a produção em si a gente não sentiu muita diferença, a gente continuou trabalhando. Mas eles demitiram bastante, mais de cem funcionários. Foi um massacre, uma barbárie.

MV Mais de cem dos novecentos?

FÁBIO É. Mais de duzentos funcionários até. A gente procurou o sindicato e eles falaram que era normal, que era uma crise mundial. Só que nós sentimos que no chão de fábrica as peças continuaram saindo normal. As máquinas continuaram ligadas 24 horas, era mais hora extra. O trabalhador estava trabalhando por dois, ganhando por um e trabalhando por dois.

Com a retomada da crise, a produção aumentou, só que o número de trabalhadores não. No lugar dos que foram demitidos não entrou ninguém. O pessoal fica 18, 20 horas dentro da empresa. Vai uma turma almoçar, a outra fica trabalhando. A máquina não pode parar. Eles são obrigados a ficar? Eles não são obrigados a ficar, mas tem a pressão.

MV E essa questão das horas extras, vocês chegaram a discutir com a empresa?

FÁBIO A gente discute, mas o que eles passam pra gente é que o pessoal gosta de hora extra, porque ganha um dinheiro a mais e a empresa não obriga ninguém. É aquela coisa, o salário é baixo, então o trabalhador precisa fazer hora extra. O sindicato fala muito na lei dessas 44 horas semanais. E a gente está aí nessa luta pra abaixar um pouco essas horas. Eles falam que estão numa luta antiga querendo baixar, só que o trabalhador faz 50 horas semanais e eles nem tocam nesse assunto. Tem gente aí que chega a fazer 60 horas semanais. Não sei onde vai parar isso.

MV E como você vê um caminho de organização dos trabalhadores?

FÁBIO Atualmente o trabalhador está meio sem direção, sem direção total. Ele não tem ninguém pra guiar ele. Então, tem que torcer pra que tenha essa comissão que a gente tá tentando fazer na fábrica e em outras empresas, porque a gente não tem pra onde correr. A gente tá sem liderança, sem direção nenhuma. A gente tá atrelado ao sindicato e ele segura de um lado, a empresa segura de outro e a gente não sai do lugar.

MV As lideranças hoje em dia não servem mais pra luta dos trabalhadores?

FÁBIO Não. Eu acredito que hoje o sindicato virou palanque político. É uma escada pra eles chegarem nos cargos públicos: vereadores, prefeitos, deputados. É complicado de falar, porque a gente não tem como provar nada. Mas a gente sabe que alguns candidatos do sindicato recebem ajuda de empresas privadas... Mas quais empresas a gente não sabe.

Alguns dirigentes que vêm aí na porta da fábrica de vez em quando fazer assembléia... Esse ano é o ano. Tem assembléia de aumento de dissídio, essas coisas, eles falam durante 10 minutos e trazem candidatos deles pra falar meia hora, pedindo voto pros trabalhadores.

O sindicato não enfrenta nada! Não lembro qual foi a última greve que teve aqui na região... Nenhuma. Greve de parar um dia que seja, nenhum tipo de greve. O ABC histórico, o movimento grevista do ABC, acabou. Ninguém pode entrar em greve mais. É só em acordo.

MV Os sindicatos do ABC estão defendendo agora a candidatura da Dilma e defenderam o tempo inteiro o governo Lula. O que você acha disso?

FÁBIO Acho que é natural, porque o Lula se dizia sindicalista, é fundador da CUT, então a gente não podia esperar outra coisa.

MV Mas você acha que eles estão certos em defender? É um governo bom pros trabalhadores?

FÁBIO Não. A gente considera que o Lula foi uma das maiores traições que teve pros trabalhadores e pros metalúrgicos principalmente. Porque nesses anos que ele ficou no governo não teve retorno nenhum pra gente, nenhum. O salário continuou baixo, os benefícios baixos, as greves acabaram, que era onde a gente conseguia alguma coisa.

Hoje em dia você não ouve mais falar em greve de metalúrgico. A última greve que eu ouvi falar foi na Tupi Fundições, em Mauá. Tem um diretor sindical que é vice-presidente, ele é ligado à empresa, é funcionário da empresa e, até onde eu fiquei sabendo por outros trabalhadores de lá, eles pararam a fábrica contra a vontade dele. Ele sendo diretor sindical! E fizeram greve mais de uma semana lá. A comissão convocou os trabalhadores e eles fizeram greve mais de uma semana. Até onde eu sei, eles encararam o sindicato e quiseram sair na briga contra a empresa.

MV E o sindicato era contra a greve?

FÁBIO É, eles tentam amarrar até o último minuto. Eles vêem que não tem mais jeito, daí eles fingem que tomam partido pela greve pra não ficar muito feio. Mas eles não vêem a hora de acabar com a greve. E esse governo é assim, enquanto tiver o PT aí, não vai ter greve. A greve vai contra eles. Eles que ressuscitaram as greves e agora ficam segurando.

MV E como você acha que dentro da fábrica os trabalhadores vêem o governo Lula, de um metalúrgico que virou presidente?

FÁBIO Eu posso falar pela Quasar e por alguns colegas de outras empresas: nenhum trabalhador achou que foi bom o governo Lula. Até aqueles que têm 20 anos de metalúrgicos, que acompanharam aquele começo da CUT e tudo, o cara está decepcionado. Ele esperava muita coisa, uma mudança na CLT mesmo. Na CLT ele não mexeu em nada. Tem muita coisa ali que era pra ser revisto e ele não mexeu em nada. A única esperança que a gente tinha era chegar um metalúrgico igual chegou e ele mudar alguma coisa, só que não mudou nada. E nem vai mudar.

MV A única coisa que mudou é que ele acabou com as greves e com a luta direta.

FÁBIO É, acabou com a luta direta. Hoje eles negociam tudo na FIESP. É tudo negociado lá na mesa deles, lá... Com acordo entre eles. O trabalhador não participa mais como antigamente, na rua, mostrando a sua insatisfação. Hoje já vem a coisa fechada de lá. E isso aí deixa a gente mais desgostoso ainda.

Mas estamos tentando. Estamos tentando organizar alguma coisa diferente. Estamos buscando algo diferente. ▪

A LUTA DOS SEM-TETO NO CENTRO DE SÃO PAULO

Entrevista com Ivaneti Araújo, MSTC

Introdução de Ana Luisa Ribeiro

Apesar da propaganda sobre a "casa própria", sobre financiamentos para habitação a "juros baixíssimos", promessas de novos conjuntos habitacionais, regularização de lotes em favelas e discursos sobre "a melhoria da condição de moradia", a realidade à qual são submetidos milhões de brasileiros, no que diz respeito à questão da moradia, expressa o mais completo avanço da barbárie capitalista.

De acordo com os dados do governo federal, o déficit habitacional no Brasil é de aproximadamente 7 milhões de unidades. A região sudeste do país concentra cerca de 1/3 das famílias em condições precárias de habitação, sendo mais da metade delas em São Paulo.[1]

Com um déficit estimado em 700 mil unidades na capital paulista, a indústria da construção civil está sempre pronta a comemorar os benefícios fiscais e o "mercado aquecido", que vêm rendendo aumento significativo nos lucros do setor. De janeiro a março de 2010, o setor recebeu R$ 10 bilhões em crédito, e espera receber R$ 45 bilhões até o final do ano.[2]

Todo esse investimento não é destinado às necessidades da grande maioria da população, que permanece sujeita às sub-moradias, como as favelas e os cortiços. Os números mostram que, somente em 2009, as favelas cresceram em ritmo 2 vezes maior que o mercado convencional. Apenas na região metropolitana de São Paulo, estima-se que existam 600 mil barracos[3] *abrigando mais de 3 milhões de pessoas. Esses números não param de crescer.*

Enquanto as sub-moradias crescem, os grandes centros urbanos abrigam milhares de imóveis vazios que servem somente aos interesses da especulação imobiliária. Em São Paulo, calcula-se que existam cerca de 400 mil imóveis vazios. São casas e, em sua maioria, prédios inteiros, localizados em regiões que dispõem de infra-estrutura, mas que, para o mercado imobiliário, são mais rendosos fechados, sem uso, à espera de uma valorização futura.

Essa violenta contradição encontra suas origens recentes no processo de urbanização brasileira pós-Brasília, sobretudo aquele da década de 1970, quando o país viu surgir cidades iguais ou maiores que as principais metrópoles do velho continente. Essas cidades cresceram sob o signo da contradição: arranha-céus e grandes avenidas eram cercados de bairros precários, sem infra-estrutura. Já em fins daquela década, acompanhando as greves do ABC de 1978-80, surgiram, sobretudo nas periferias dessas grandes metrópoles, os primeiros movimentos de sem-teto que reivindicavam o direito à moradia digna.

Durante as décadas de 1980 e 1990, esses movimentos começaram a atuar também entre a população dos cortiços. Em São Paulo, seu desenvolvimento foi claro: os primeiros movimentos por moradia surgiram no extremo leste da cidade, depois começaram a chegar aos bairros mais centrais, como Brás e Pari, até finalmente alcançar os bairros da Luz e Sé.

O levante quase espontâneo das massas urbanas reivindicando moradia digna logo foi percebido e canalizado pelo aparelho político do PT e de seus braços sindicais (CMP, UMM, CUT etc.). Desse modo, a eleição de Marta Suplicy à prefeitura de São Paulo, em 2000, antecipou localizadamente o que estava por vir dois anos depois, com a chegada de Lula à Presidência e a criação do Ministério das Cidades.

1. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), 2007

2. Secovi-SP.

3. IBGE, Op. cit.

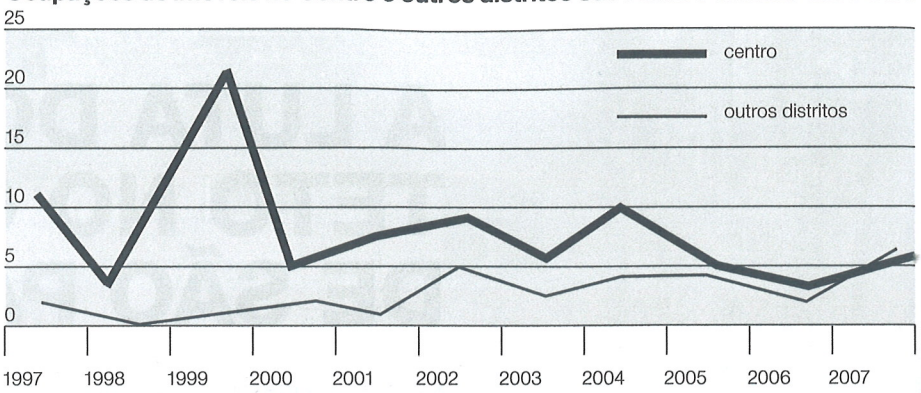
As direções dos movimentos foram, então, cooptadas para cargos de gabinete e as ocupações, quase suprimidas, como comprova o gráfico ao lado. A atuação dos movimentos passou das ocupações para os encontros e discussões de estatutos e petições em grupos similares às celebres câmaras setoriais, em que trabalhadores sem-teto sentavam à mesa com empresários da construção civil e do mercado imobiliário.[4]

Mas a ausência de solução para o problema habitacional não é exclusividade do governo Lula. Como já indicava Marx, as condições de moradia dos trabalhadores tendem a se degradar cada vez mais com o desenvolvimento capitalista. Marx comenta que, já no século XIX, as "melhorias" realizadas nas cidades não tinham como meta proporcionar maior conforto aos trabalhadores. Diz ele:

Qualquer observador isento percebe que, quanto mais maciça a centralização dos meios de produção, tanto maior a conseqüente aglomeração dos trabalhadores no mesmo espaço; que, portanto, quanto mais rápida a acumulação capitalista, tanto mais miserável a situação habitacional dos trabalhadores. As "melhorias" (improvements) das cidades, que acompanham o progresso da riqueza, mediante demolição de quarteirões mal construídos, construção de palácios para bancos, casas comerciais, etc., ampliação das ruas para o tráfego comercial e de carruagens de luxo, introdução de linhas de bondes puxados por cavalos etc., expulsam evidentemente os pobres para refúgios casa vez piores e mais densamente preenchidos. Por outro lado, todos sabem que o preço alto das moradias está na razão inversa da sua qualidade e que as minas da miséria são exploradas por especuladores imobiliários com mais lucros e menos custos do que jamais o foram as minas de Potosí.[5]

Essa afirmação de Marx se confirma plenamente quando observamos a situação atual. Em pleno século XXI o bairro da Luz (ou "cracolândia"), no centro de São Paulo, está vivenciando o seu improvement. *Quarteirões inteiros sendo demolidos, enquanto a região espera recuperar a beleza perdida. Como precisamente colocou Paulo Coelho, diretor da Aecom, empresa responsável pelo projeto, "o desafio é fazer um projeto que seja atraente para a iniciativa privada e para os grandes 'players' da construção civil".*[6] *Trabalhadores que há anos foram expulsos do processo produtivo serão agora varridos do centro da cidade, onde brotará o "Centro Cultura Teatro de Dança, o Observatório de Música e a Escola Técnica Estadual".*

Ocupações de imóveis no Centro e outros distritos São Paulo e Grande São Paulo



Fonte: Silva (2006), *O Estado de São Paulo, Folha de São Paulo e Agora*

Nossa entrevistada, Ivaneti Araújo, acompanha de perto essa realidade. Envolvida desde a década de 90 com o movimento sem-teto, a Neti, como costuma ser chamada, é hoje a principal liderança do MSTC, o Movimento dos Sem Teto do Centro. Em um antigo hotel abandonado e ocupado por centenas de famílias sem-teto, ocupação onde vive, junto à Estação da Luz, falou à MAISVALIA *em dois momentos. A parte I da entrevista foi dada em dezembro de 2009; a parte II, em junho de 2010.*

PARTE I

MV Fale um pouco do seu histórico, como você começou a participar do movimento de moradia.

NETI Eu, na verdade, não sou da cidade de São Paulo, sou do interior, de uma cidade pequena, com 32 mil habitantes, chamada Guariba. Lá eu trabalhava desde criança na lavoura, o chamado "bóia-fria", na década de 80. Sem entender muito, eu já participei de uma luta na cidade, a greve dos bóias-frias, e, como eu era um deles, eu entrei na luta também. Meu papel foi fazer o saque do supermercado, eu achei muito dez! (risos)

Depois, fui pra uma cidade vizinha, Ribeirão Preto. Fui trabalhar como doméstica. Nessa minha ida pra Ribeirão eu tinha 15 anos e já era mãe de um menino, o Diego, e aí eu deixei o menino com minha mãe e fui trabalhar de doméstica. Eu recebia de 15 em 15 dias e mandava o dinheiro pra minha mãe. Foi lá, em Ribeirão Preto, que eu conheci o pai das minhas meninas. Ele trabalhava como mecânico de fresa e, onde ele trabalhava, a empresa faliu. Como ele era um bom funcionário, foi indicado pra trabalhar aqui em São Paulo. E aí nós viemos pra cá, eu, ele, as crianças e uma irmã dele que morava com ele.

Quando ele falou "tamos indo pra São Paulo", eu pensei, "nossa, São Paulo é a cidade do sonho". Porque todo mundo que mora em cidade pequena, tanto no interior como no norte, nordeste, pensa "eu vou lá e vou ficar rico, vou ganhar a vida em São Paulo". Era o que eu pensava, "vou conseguir ir pra São Paulo, vou ter uma vida legal, vou poder ajudar minha mãe, minha família". E aí eu vim pra cá e descobri que a realidade era totalmente o contrário do que eu imaginava. Eu lembro que eu ia no terminal São Joaquim, eu olhava pra cima, era um prédio atrás do outro e eu me sentia perdida. E aí nós ficamos numa casa desse patrão dele, era um porão, com escritório em cima, uma casa no térreo e o porão, onde morava eu e mais outra família. E onde eu morava era muito úmido, da água descer, escorrer pela parede e ficar tudo preto. A gente tava tirando a água do chão, que era todo de cimento, e tinha que tirar toda hora a água.

O salário que ele ganhava era bem inferior, não dava pra pagar um aluguel, então um dia eu falei "olha, conversa com o seu patrão, você pede um aumento e a gente vai poder alugar um lugar fora e sair desse sofrimento. Aí dá pra gente comer um pouquinho". Aí ele foi pedir, teve desavença com o patrão, o patrão falou que se ele não tava contente com o trabalho, que a fila era grande, que tinha muita gente que não se importava de ganhar aquele salário que ele tava ganhando... Enfim, o patrão mandou embora.

Com o que ele recebeu, que não era muito, a gente foi pagar uns aluguéis em cortiço. Quando não pôde mais pagar aluguel, eu fui morar debaixo de um viaduto aqui na Baixada do Glicério. Eu morei na rua por quase 4 meses. E aí, a partir dali, eu me vi perdida. Não tinha família aqui, era só eu, ele, as crianças e minha cunhada. Eu culpava muito ele, por tudo aquilo que eu tava passando. Daí chegou um dia, um belo dia, passou uma equipe de pessoas fazendo mutirão, convidando para ir pro movimento, aí ele falou: "Eu vou participar, vou conquistar a nossa casa". Eu não acreditei de primeira mão, falei: "Que? Isso é papo furado, conversa pra boi dormir, não tenho tempo pra isso", e fiquei ali. Ele continuou, foi participar. Depois de perder o emprego ele vendia churrasquinho no Parque Dom

4. A respeito da relação entre movimentos sem-teto, o PT e o Ministério das Cidades cf. BENOIT, Alexandre. "A morte do urbanismo petista". In: *Revista Contravento*, nº 4, São Paulo: Gfau.

5. MARX, *O capital: crítica da economia política.* São Paulo: Abril Cultural, vol. I, tomo 2, 1984, p. 219,

6. *Folha de São Paulo*, 15 de maio de 2010.

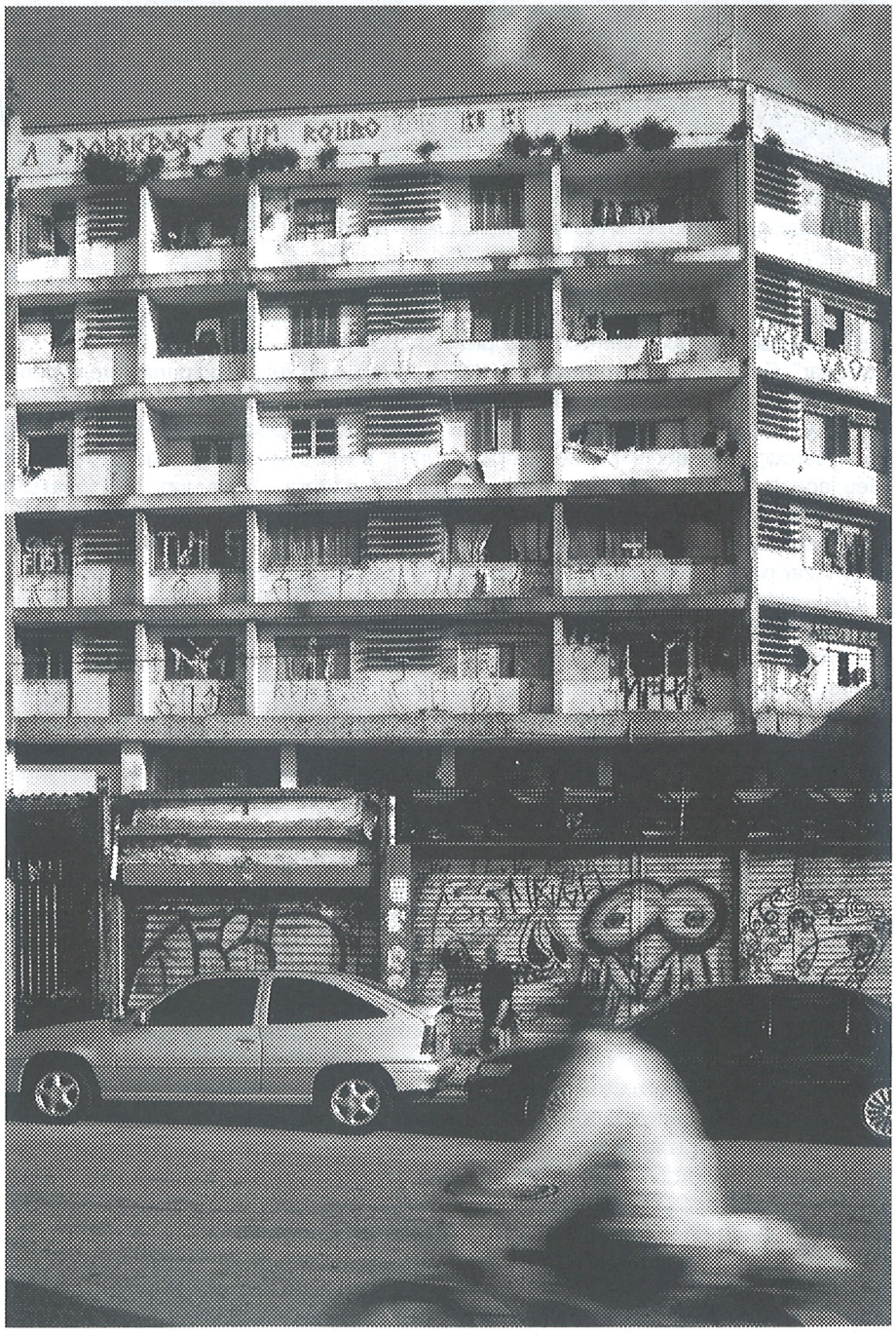
Vista da ocupação para a Estação da Luz.

Pedro pra uma outra pessoa e, com isso, quando o rapa passava, a gente não tinha nem o que comer, que dirá pra pagar aluguel. Por isso que a gente tava na rua. Ficou ruim, porque ele tinha que ir em outro lugar pra poder tomar um banho, trocar a roupa, pra poder ir trabalhar, e eu tomava um banho quando dava.

Um dia ele chegou com a carteirinha do movimento e disse: "É através dessa carteirinha que a gente vai conseguir a nossa moradia". Eu não acreditei. Quando foi um dia ele falou "é hoje que nós vamos conquistar nossa moradia". Fomos pra um lugar com um monte de ônibus, a gente chegava e já iam falando: "Você fica aqui, você fica ali", organizando a ocupação, que eu nem sabia direito o que era. Daí, de repente, chegou lá e eles falavam "entra, entra, entra!".

Foi feita a divisão dos quartos, e aí eu comecei a entender o que era. Esse foi o dia 5 de outubro de 1998. Daí comecei a achar que as coisas estavam acontecendo e comecei a participar nas assembléias pra eu entender.

No começo da ocupação não podia, até segunda ordem, cozinhar individual, a cozinha era coletiva. Eu lembro que numa assembléia a coordenadora falou: "A partir de amanhã, não tem comida na cozinha". Eu era muito tímida, mas aí saiu o "porque?!", saiu a pergunta, fiquei abismada, meus filhos iam comer o quê? Eu não tinha acesso, antes de eu arrumar um fogão, eu não tinha fogão... Aí ela falou que era porque quem ajuda nós somos nós mesmos, e que o pouquinho de comida que a gente tinha pra trazer, já tinha trazido, não tinha mais. Tinha gás, mas não tinha comida. Terminou a assembléia e eu fiquei com isso na cabeça: "É ruim, é? Meus filhos não vão ficar sem comer não, vou fazer alguma coisa". Chamei um pessoal no corredor e falei: "Gente, pára, vamos pedir, né?!" e eles falavam,



Antigo hotel abandonado, ocupado por centenas de famílias sem-teto, na região da Luz.

Ivaneti Araújo, liderança do MSTC, Movimento dos Sem-teto do Centro.

"a gente não tem coragem". Aí eu falei, "então tá, se vocês não têm coragem, então eu peço e vocês vêm comigo pra carregar". E naquele dia eu trouxe muita coisa e deu pra fazer a cozinha coletiva. Arroz, feijão, bolacha, café, leite, legumes, carcaça, pescoço, pé de frango... Meu, aquele dia foi a melhor comida!

A partir daquele dia a coordenadora me chamou, falou "vem cá, você não quer fazer parte da organização, e tal...", queria saber de onde eu era, porque nunca tinha me visto lá. E eu falei que era porque eu nunca participava, que quem participava era o pai das minhas meninas. Quando ela me chamou pra participar da organização, eu perguntei como era isso, e ela me chamou pra vir à noite ver como era. Daí eu fui, levei um caderninho. Ela percebeu, "puxa, tudo o que ela faz ela gosta de anotar", e me falou, "me ajuda a numerar os quartos e fazer o levantamento das famílias, tem tal dia pra começar e tal dia pra terminar". Daí eu peguei e fui fazendo, comecei a ir nas reuniões executivas, sem ter direito a voz, sem direito a voto.

MV Que movimento era esse?

NETI Ah, eu tenho que falar que movimento que era?... Era do Fórum de Cortiços. O Fórum de Cortiços ficou somente com uma pessoa, que montou a equipe dela, e daí a maioria dessa equipe saiu e montou o MSTC. Nós éramos a maioria, mas ela não abria mão da sigla do Fórum de Cortiços. A gente deixou pra lá e passou a lutar criando a nossa sigla de luta.

Mas só pra terminar, senão eu me perco...

Então, eu fui participando de assembléias do movimento, até que um dia eu fui candidata a secretária e ganhei. Aí fui indo, fui indo, 3ª coordenadora, depois 2ª coordenadora... E, por fim, 1ª. E foi assim que eu entrei dentro do movimento. Eu entrei no movimento por uma necessidade específica, e daí eu fui entendendo o que era. E lá atrás eu fui vendo: "Poxa, quantas pessoas igual a mim ou pior do que eu?". E aí eu entendi que eu tava num buraco praticamente sem fim, e que o movimento foi a corda pra eu sair desse buraco. E eu posso ser a corda pra muitas famílias, que pode fazer a diferença. Esse é o nosso papel, estar aí na luta pela moradia. Então, foi dessa forma que eu entrei: por uma necessidade específica e fui ver que, pra conquistar a sua dignidade, você tem que se juntar com outros. Porque você sozinha, se for gritar na porta do governo, vai ser chamada de louca.

O MSTC surgiu em 99 com essa separação, porque a coordenadora do outro movimento tinha que decidir tudo, se a maioria fizesse uma proposta e aprovasse e ela fosse contra, não passava. Aí ela tomou o rumo dela e não abriu mão da sigla, daí a gente falou "tudo bem, você não é dona da sigla, mas a gente é capaz de criar uma sigla", e estamos aí até hoje, o MSTC, desde 99.

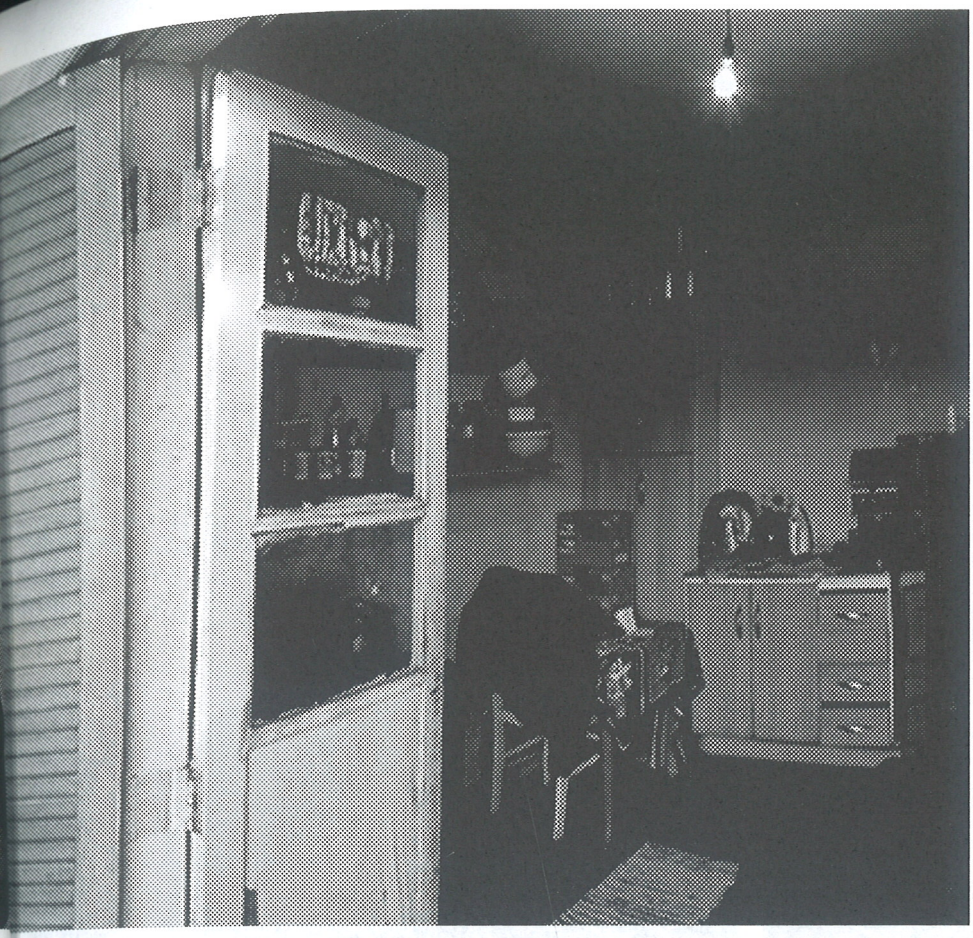
MV Você pode falar um pouco mais sobre a frente de moradia, a FLM?

NETI A frente de luta tem uma história legal. Foi o MSTC quem praticamente criou a frente. Antes a gente era filiado à UMM [União dos Movimentos de Moradia]. A UMM tinha seu encontro e tirava-se uma bandeira de luta de fazer passeata, de fazer ato na frente do governo, por exemplo. E nós éramos a favor de ação direta, de ocupação. E por essas e outras questões não passava dentro da União dos Movimentos de Moradia. E quando eles queriam que aprovasse alguma coisa, eles levavam ônibus de gente e a gente ia com a nossa comissão, dizendo que era importante fazer ocupação. Eles diziam pra gente, "vocês só pensam em ocupar, vocês só pensam nisso". Daí um dia teve um encontro em Maceió, pra tirar a linha nacional do movimento. Em todas as reuniões da UMM, que são toda segunda-feira às 8 horas, eu tinha proposta de ação direta, tirada dentro do meu grupo. Aí o que aconteceu? Um dia teve esse encontro nacional em Maceió, a gente já estava com tudo planejado pra ir, a passagem comprada, aí uma coordenadora da UMM me ligou e me desconvidou!

Naquela época as lideranças fortes da União estavam engajadas em gabinetes. Pensavam: "Por que que eu vou defender ocupação, se é aqui que eu ganho meu salário?"

MV Em que ano foi isso?

NETI Vixi... É na época em que o Lula tava no poder, quando o Lula entrou. Era gente no Federal, gente no municipal...



Daí a gente foi desconvidado. Aí um dos representantes falou: "Se eu fosse vocês, eu iria". A gente foi, mas não deram nenhum direito à palavra, não pudemos nem falar, nem votar, nada. Aí algumas pessoas da União começaram a falar: "Poxa, eu acho bom quando você se coloca, mesmo quando a União é contra, você vai lá e coloca e eles falam que você é abusada!". Daí eu comecei a colocar pra nossa equipe: "Tem muita gente descontente, não somos só nós". E surgiu a idéia: por que não criar uma frente, uma frente de luta, que se reúne pra fazer luta direta com os que querem fazer luta direta? Foi assim que surgiu a Frente.

MV Quantos são os movimentos participando hoje?

NETI No total, acho que uns 10.

MV Em que regiões de São Paulo?

NETI Norte, Sul, Oeste, Centro... Já foi feito um levantamento: são mais ou menos 10 mil famílias participando. Só aqui na região central são cerca de 3 mil famílias.

MV A gente vê que com esses projetos, como o da Nova Luz, estão expulsando cada vez mais os sem-teto do centro...

NETI É um projeto que começou com o secretário de habitação, o Orlando de Almeida Filho, e quer demolir todos os prédios e construir moradia pra classe média alta, pra trazer a classe média alta para o centro. Ou seja, vai construir imóveis assim e, pra ter direito, a família tem que ter no mínimo um salário de 4 mil reais. Agora, eu vejo assim, o MSTC tá aqui, se a Nova Luz tem que ser nova, por favor, que inclua os trabalhadores de baixa renda e os sem-teto. Eu vou ser bem sincera: nós não vamos abrir mão do nosso espaço, a gente vai lutar, vai lutar.

Agora, voltando um pouco sobre o que eu acho sobre o governo, eu acho que desapropriações estão sendo feitas várias, né? Então, se forem feitas essas desapropriações incluindo o trabalhador sem-teto, porque a cidade pertence aos trabalhadores, aí o prefeito vai estar de parabéns... Agora, se não for incluindo essa pauta, a luta continua. E quem não luta tá morto. Eu acho que tem que lutar, tem que reivindicar e garantir o seu espaço. Não adianta nada revitalizar o centro, por exemplo, e afastar o trabalhador. Por exemplo, eu fico aqui da minha janela olhando e é uma disputa, é uma briga pra conseguir um lugar no trem pra você viajar pra Zona Leste! Viajar, eu digo, porque é uma viagem mesmo. Trazendo as pessoas pra morar no centro, já pensou no impacto econômico que vai dar? Se a pessoa que utiliza o transporte for contar o quanto de tempo que ela gasta no trem pra ir, depois no trem pra voltar, no final do ano vai ver o quanto de tempo que ela perdeu na vida dela! É difícil, porque muitas vezes a própria família que está na necessidade e ela não vê por esse lado. Ela pensa, "eu só quero uma casinha, não importa onde". Importa sim! Porque senão vão fazer uma casa de madeira, ou de pau-a-pique, e deixar a família lá sem nenhuma infra. Eu quero o que é meu por direito, não vou pedir esmola pra ninguém, entendeu?

Então, tem que partir da própria família pensar, raciocinar, "eu quero uma casa perto da onde tem feira, farmácia –porque se meu filho ficar doente eu tenho que comprar o remédio–, onde tem o transporte que pára, não precisa ser na porta da minha casa, mas próximo da minha casa, eu quero uma casa próxima do meu trabalho, pra que eu não perca tanto tempo indo e vindo, viajando. Perde tanto tempo de vida que não vê o filho crescer, quando chega o filho está dormindo. Eu conheço um caso na Zona Leste que a mulher sai 5 da manhã e o filho está dormindo, daí ela sai do trabalho às 9h da noite e vai chegar em casa às 11h30, meia noite, e o filho está dormindo!

MV E o programa federal, o Minha Casa, Minha Vida?

NETI O que eu acho da minha casa, minha vida? A minha casa caiu, a minha vida desmoronou. Ah, mas foi o nosso presidente quem fez, o nosso presidente... Tá bom, então! Sabe quem está sendo contemplado? São as famílias acima de 7 salários mínimos. E o que nós vamos fazer com as de 2, de 3, de um salário? Ou até de nenhum? E aquela que não tem como comprovar uma renda? Ela tem o direito de morar!

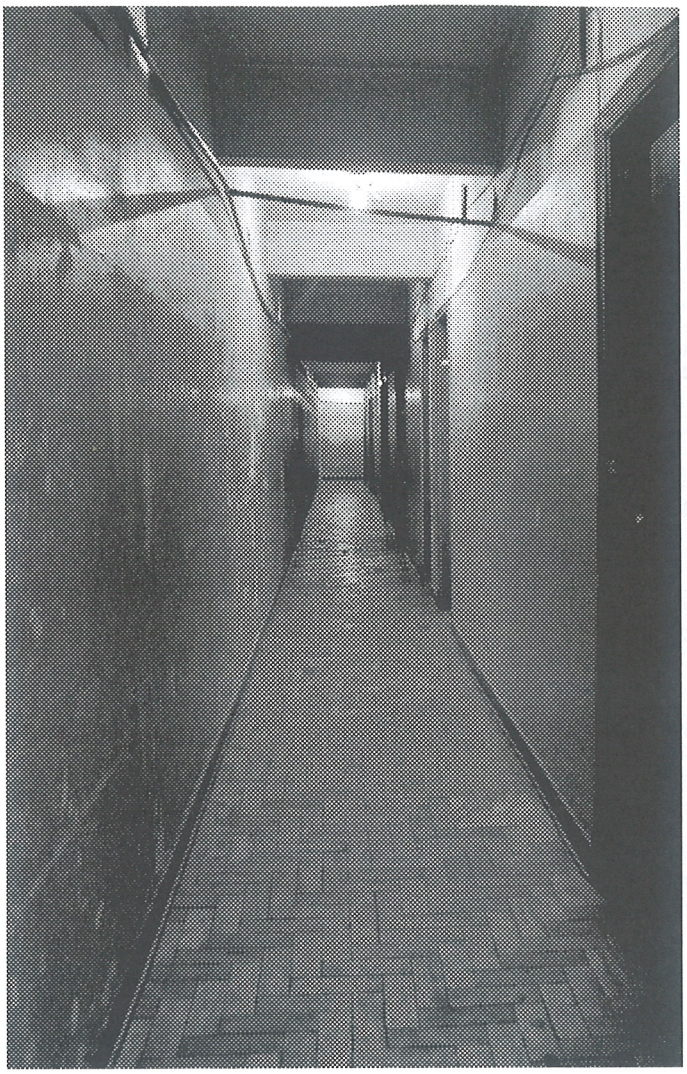
Por exemplo, a Dona Maria do Carmo, ex-moradora do Prestes Maia, que agora tá aqui. Ela ainda não foi atendida. Ela não tem como comprovar renda e é responsável por 9 netos. Esse é um caso. Tem outras situações aqui. A dona Jô. Dona Jô sai de manhã, vai tentar fazer um biquinho pra ganhar o pão do dia, não tem como comprovar renda! "Ah, mas está se fazendo a vila dos idosos". Mas a vila dos idosos é pra quem recebe aposentadoria. E quem não tem nem direito a aposentadoria? Tem vários casos assim aqui. Que nem documento tem.

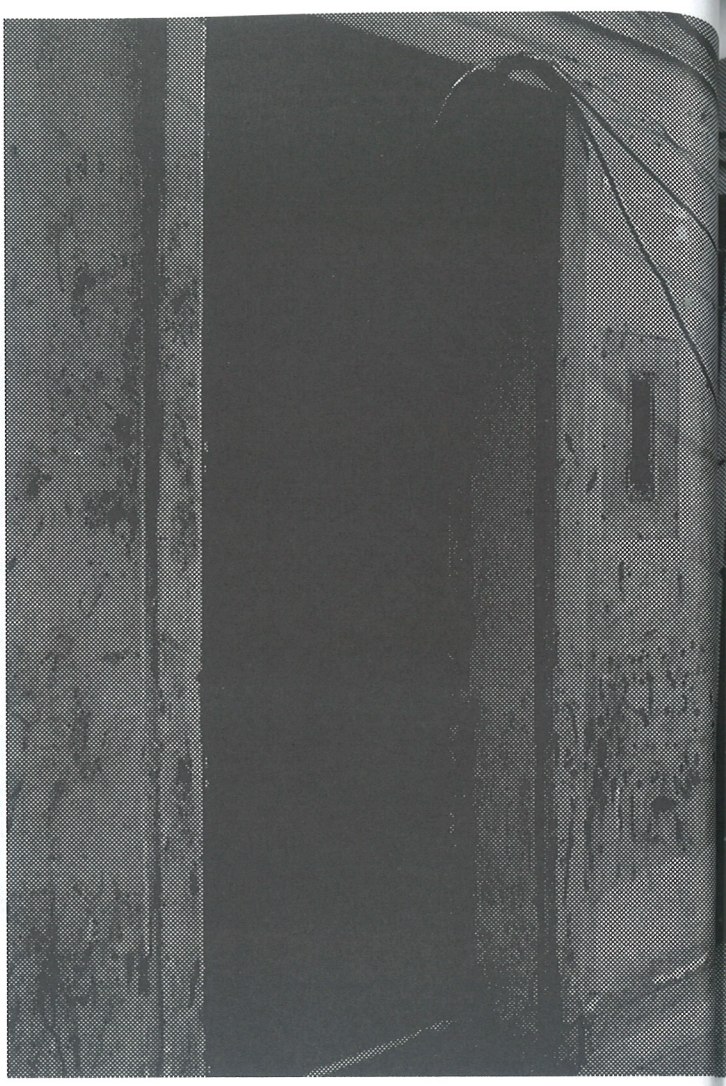
Então, o Minha Casa, Minha Vida é um bom programa, mas é muito mal gerenciado...

MV Mas é bom pra quem?

NETI É, pra classe média alta, pra construtora, pros grandes proprietários... Agora, se fosse da nossa maneira, seria pros trabalhadores de baixa renda. Tem gente que diz: "Ah, mas vocês são a favor que a pessoa trabalhe a semana e no final de semana se arrebente pra construir mutirão". Não, mas que seja discutido do começo ao final com as famílias, eu não sou a favor que a família se arrebente durante a semana e no final de semana vá lá levantar a casa, ninguém é de ferro, só que discuta, tenha participação popular.

A perspectiva que nós temos é de





Corredores e áreas internas da ocupação.

muita luta. Não adianta a gente tentar fazer diálogo, mas, tá, a gente tem que gastar todo o pavio pra quando a gente arrebentar lá na frente não dizerem "ah, mas a porta do governo sempre esteve aberta pra vocês"... Aberta está, mas resolver não resolve. Aliás, aberta entre aspas, porque teve uma época que nem aberta tava, eu fui proibida de entrar dentro da Secretaria de Habitação. Então, apesar de ser "a casa do povo", não é propriamente do povo, não é pública, acaba sendo privada. Então, se você não luta, você não consegue.

PARTE II

MV: Em abril de 2010, a FLM fez uma série de ocupações. Uma na periferia, na Zona Sul, e duas na região central de São Paulo. Uma parte do pessoal também ficou acampada em frente à prefeitura, no Viaduto do Chá. Na verdade, dois desses edifícios ocupados, o Nove de Julho e o Prestes Maia, já têm um longo histórico de ocupações...

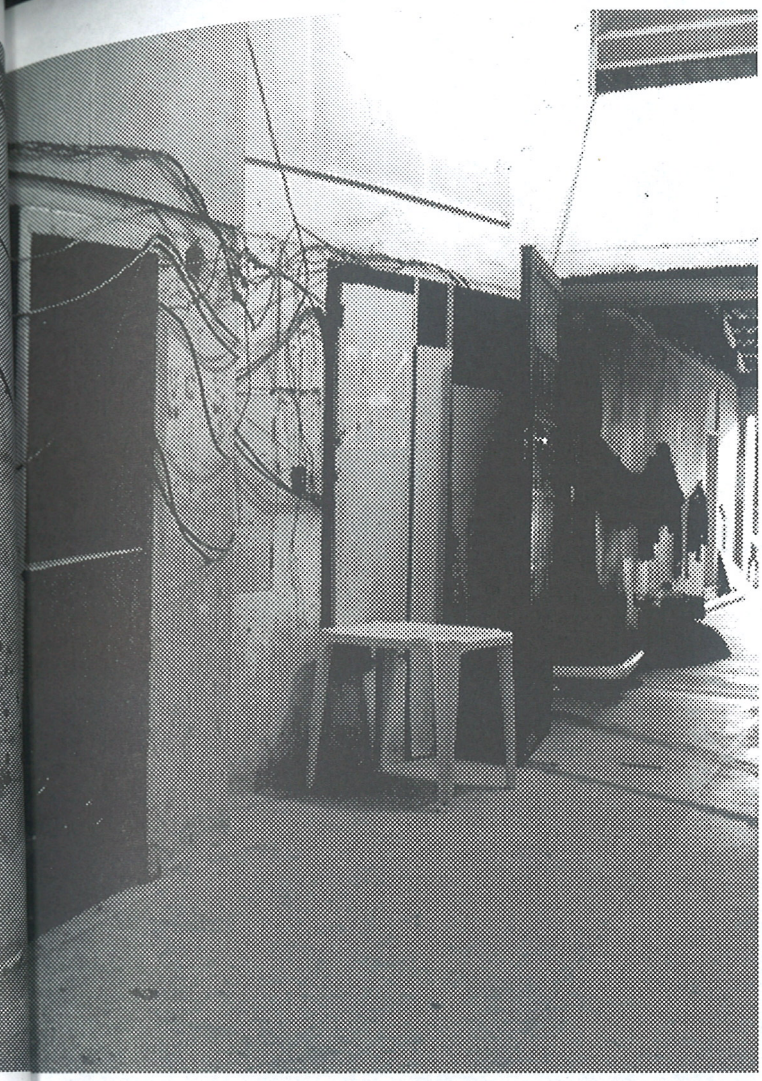
NETI Nós ocupamos o INSS e a Prestes Maia em primeiro lugar porque o prédio da Nove de Julho já é um prédio do Instituto [Nacional da Seguridade Social], já pertence aos trabalhadores, e as famílias há 17 anos reivindicam que seja reformado para as famílias de baixa renda morarem. E aí o que aconteceu? As famílias saíram de lá, depois de 5 anos morando lá, com uma promessa de retorno. Na época foram pra locação transitória, depois o bolsa aluguel, com a promessa de que poderiam retornar. Aí os anos foram passando, as bolsas-aluguel das famílias foram vencendo, algumas famílias até desistiram e foram pra um outro projeto, e o prédio continuou lá, e nós continuamos com essa demanda, sonhando com aquele prédio reformado e as famílias morando. Aí nós fizemos uma ocupação em abril de 2009, propondo que realmente o prédio fosse reformado. O problema é que existe uma lei do Governo Federal que não poderia passar o prédio do PAR pro Minha Casa, Minha Vida. Tinha também um imbróglio danado, era dívida de água, era dívida de luz, é o terreno do INSS que avança no terreno vizinho, não tinha desmembramento, nem nada. Daí a gente acabou desocupando o ano passado com a promessa de que esse ano regularizaria tudo.

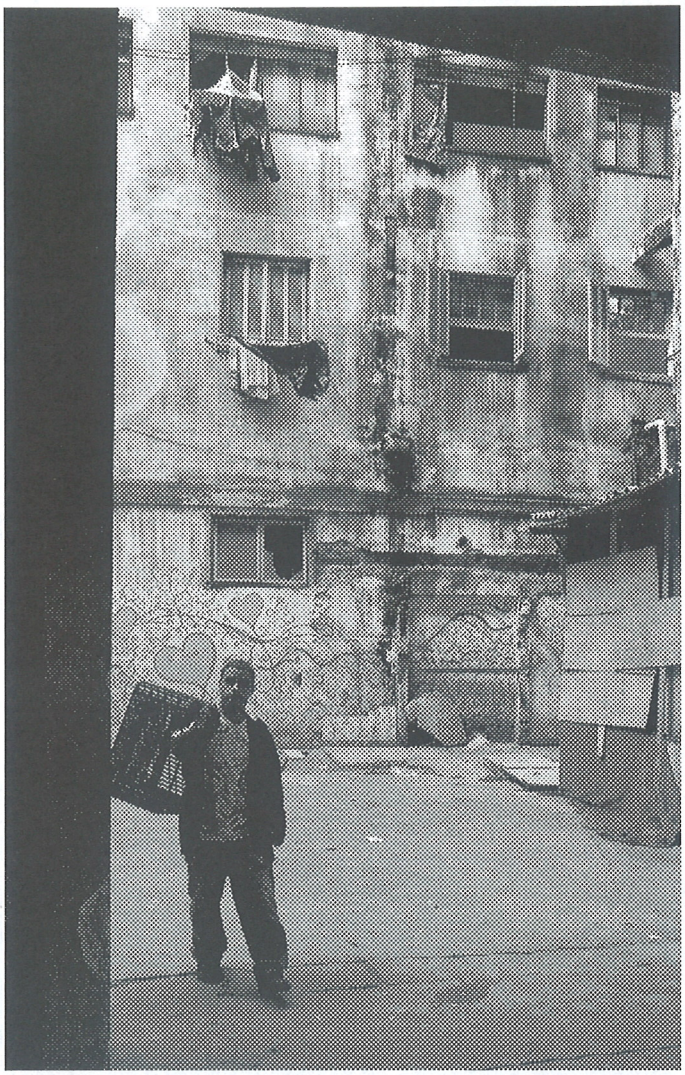
Nada disso! Passou um ano e nada disso foi resolvido! E a demanda firme, a gente com reuniões quinzenais com a demanda, informando a demanda... Na verdade, mais formando do que informando, porque não tinha muita informação pra passar pra demanda. E aí quando a necessidade bateu, agora, a gente veio e ocupou. Lembrando que o ano passado, o governo municipal, enquanto não iniciasse a reforma, se propôs a pagar uma ajuda de custo, uma verba de atendimento pra poder ajudar com o aluguel. Mas esse prazo já estava terminando e nada do INSS ou o governo Federal tomarem uma posição sobre o imóvel da Nove de Julho.

O objetivo da gente não é ficar de verba emergencial a verba emergencial. É de fato resolver a situação da família, que é a falta da moradia digna. Então, por esse motivo, a gente acabou ocupando.

MV E o edifício Prestes Maia?

NETI Foi quase a mesma coisa. A gente saiu do Prestes Maia em maio de 2007 com uma promessa das famílias serem atendidas pelos 3 níveis de governo. 153 famílias foram encaminhadas pro José Bonifácio, a outra parte das famílias ficou sendo assistida na verba emergencial. Essa verba emergencial era pra ser por 8 meses e o governo municipal estendeu por 2 anos. Enquanto isso, o Estado e





o Governo Federal não chegaram num acordo pra poder encaminhar, pra poder saber como iam ficar as cartas de crédito das famílias. Então, por esse motivo, nós voltamos a ocupar o Prestes Maia.

MV Pouco depois das ocupações serem feitas, entre os dias 30 de abril e 03 de maio, elas foram progressivamente terminando. Por que isso aconteceu, como foi o processo de negociação?

NETI Isso aconteceu porque em uma mesa de negociação sentaram os três níveis de governo. Foi um momento em que eu deixei muito bem claro: "Eu não estou aqui visando sigla partidária. Não estou aqui pra beijar o rosto de um, alisar o outro e dar o tapa no outro. Eu estou aqui pra reivindicar de fato o que viemos buscar há muitos anos atrás". Então, ficou encaminhado que o INSS precisa de um prazo de 2 anos, no máximo 2 anos e 3 ou 4 meses pra poder concluir, ou seja, entregar pra demanda com a reforma, tudo reformado, tudo bonitinho. Vai ser reformado pelo programa Minha Casa Minha Vida.

E a questão do Prestes Maia, a partir do momento que a gente ocupou, veio a promessa de atender as famílias que não tinham de fato pra onde ir, famílias que foram procurando o movimento. Então, essas famílias estão sendo encaminhadas pro Parceria Social. E das cartas de crédito, as originais lá do Prestes Maia mesmo, que moraram lá e tudo, estão sendo agora contempladas com as cartas de crédito. As cartas de crédito estavam todas vencidas e não tinham o direito de renovar. Agora vai renovar, inclusive amanhã tem um ato solene em que vão ser entregue todas as cartas. E além de serem entregues, as cartas foram aumentadas para 70 a 100 mil reais, com subsídio de até 30 mil reais.

MV Voltando ao Nove de Julho. A principal concessão que os três níveis de governo fizeram foi, justamente, além do compromisso com o bolsa aluguel, liberar o edifício pra fazer parte do Minha Casa, Minha Vida, com todos os problemas de que já falamos...

NETI Bem colocado... O Minha Casa, Minha Vida no momento ainda está sendo propício pros grandes empresários, as grandes empreiteiras, infelizmente pros moradores sem-teto de baixa renda não. Agora, eu acredito que, se envolver os três níveis de governo, isso pode acontecer. Mas tem que ter a vontade dos três níveis. Não adianta um se preocupar e o outro não.

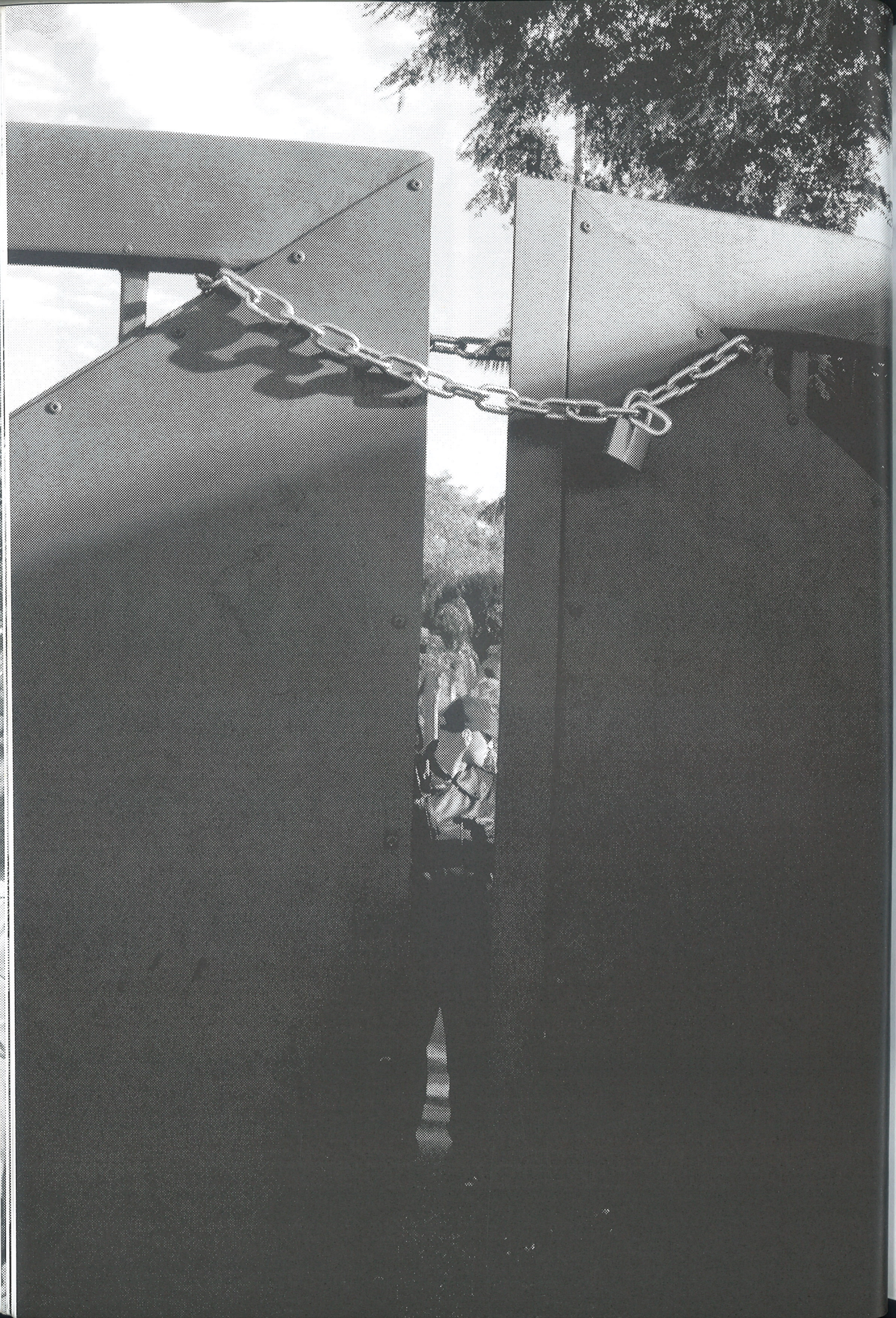
Então, é um programa, aquilo que estou te dizendo, ele tem tudo pra ser melhorado. Se eu falar assim: "Não é um programa bom"... Eu acho que ele caiu no colo de pessoas erradas. Mas é um programa que daria pra ajudar para que nossas famílias fossem contempladas.

MV Você fala dos três níveis, mas nós vimos que o Minha Casa, Minha Vida do Governo Federal já não atendeu ninguém...

NETI É inviável, é inviável!

MV O diretor da Aecom, que é uma das empresas responsáveis pelo consórcio do projeto da Nova Luz, fala que o grande desafio pra esse projeto é fazê-lo atraente à iniciativa privada e para o mercado imobiliário...

NETI É, não vai ser fácil. Vão vir com todo tipo de docinho tentando adoçar a boca do pessoal. Agora, o nosso sonho é transformar esse imóvel em moradia social de baixa renda. É possível, basta ter vontade política de fazer as coisas acontecerem. Mas não vai ser fácil tirar a gente daqui! Nós não temos renda, tem muitos aqui que pra ter uma renda de 200 reais, 300 reais, catam papel. Mas somos só nós aqui. Se todos os movimentos tivessem a mesma ousadia que a gente, de repente seria diferente. ▪



A LUTA DOS TRABALHADORES DA USP

Funcionário, estudante e professor falam sobre a greve de 2010 na USP

Após 57 dias, no dia 30 de junho terminou a greve dos funcionários da USP. Por meio de um acordo entre o sindicato, SINTUSP, e o novo reitor, João Grandino Rodas, os salários dos grevistas não foram cortados. Porém, a quebra da isonomia salarial foi mantida e existe a possibilidade de ativistas serem punidos. O movimento, que se assemelhou à luta do ano passado, posicionando-se contra a repressão, não obteve adesão dos movimentos dos docentes e dos estudantes.

No início de 2010, os professores receberam aumento salarial diferenciado em relação aos funcionários (12,57% para os professores, contra 6,57% aos funcionários). Tal fato quebrou um acordo estabelecido no passado, onde a igualdade do benefício entre os dois setores era garantida. Porém, a reitoria não voltou atrás de sua decisão. Pelo contrário, ao perceber que os funcionários poderiam entrar em greve, ameaçou cortar os salários dos dias parados. Foi o estopim para a radicalização do movimento, que chegou a ocupar a reitoria e a trancar os portões da universidade.

A tentativa de impedir a greve se assemelhou à que aconteceu no ano passado, em 2009, quando a antiga reitora Suely Vilela chamou a polícia para acabar com os piquetes nas unidades do campus. Em 2009, os estudantes e os docentes também entraram em greve diante da presença da polícia dentro da universidade. Durante um protesto, houve confronto entre estudantes e policiais, que atiraram bombas de gás e balas de borracha para acabar com a manifestação.

Leia a seguir as entrevistas com André Pansarini, funcionário do Instituto de Química da USP; Carime Tomazini, estudante de arquitetura e Luiz Renato Martins, professor doutor da Escola de Comunicação e Artes da USP.

Ao lado, funcionários e estudantes trancam os portões da USP no dia 17 de junho de 2010.

André Pansarini, funcionário da USP

MV A greve do ano passado teve como principal motivo a demissão de um dirigente sindical. Agora, em 2010, o que motivou uma nova greve?

A A quebra da isonomia salarial entre os funcionários e os professores. Foi dado um aumento de 12,57% pros professores e, para os funcionários, de 6,57%. Além disso, os professores também receberam outros benefícios. A isonomia foi bastante negociada nos anos de 1989 até 1991 e, por meio de um acordo entre o Conselho dos três Reitores das Universidades Estaduais (CRUESP) e o Fórum das Seis [que reúne os seis sindicatos de professores e funcionários das universidade estaduais paulistas], foi estabelecida.

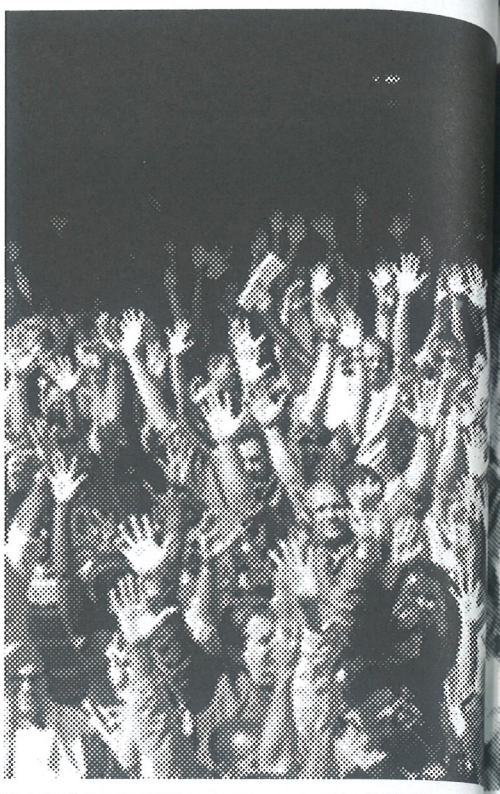
MV E qual foi a adesão à greve pelos funcionários?

A A adesão variou entre 20% e 25%. Não foi uma greve com tanta adesão assim, talvez, pela não adesão dos professores nem dos alunos. Porém, isso fortaleceu os funcionários que entraram em greve. A luta pela igualdade salarial meio que mexeu com o breu do funcionário e fez ele se afirmar como categoria. Então, isso fez a greve ser forte, tanto que durou 57 dias e que teve suas conquistas.

MV Além da quebra da isonomia, a reitora cortou os salários. Qual foi a resposta dos funcionários em relação ao corte?

A Em janeiro, começamos a discutir as

André Pansarini, funcionário da USP.



Funcionários da USP aprovam greve, maio de 2010.

pautas que não tinham sido resolvidas nos anos passados e as reivindicações salariais deste ano. Nós tivemos sete reuniões com o reitor e ele não avançou nenhum centímetro em nenhum dos pontos de pauta. Nesse mesmo período, concedeu um aumento diferenciado para os professores. Continuamos as negociações, não interrompemos de maneira alguma. Só que, percebendo nossa organização e mobilização, o reitor mandou um email atacando os funcionários, dizendo que o direito de greve estaria mantido, mas quem entrasse em greve ia ter seu ponto cortado. Isso fortaleceu a greve.

MV O que você acha da luta pelo direito de fazer greve?

A Eu acho que é uma luta necessária. Há alguns anos direitos estão sendo atacados, como a tentativa, agora, de cortar salários e a demissão de um diretor do sindicato no final de 2008. Eu já ouvi várias vezes funcionário dizendo: "Mandaram o diretor do sindicato embora, não vou fazer greve não!". Então, isso vai abalando a mobilização. Por isso, quando aparece, tem que ser combatido. Há uma tentativa de criminalização do movimento de greve.

MV Qual é o papel dos sindicatos? Como o SINTUSP age, diante disso?

A Eu não sou ligado ao sindicato, a não ser como associado. Eu acho o SINTUSP muito combativo. Ele tem essa tradição de paralisação, piquete, ocupação. Porém, o SINTUSP no meu ver tem um ponto fraco, que é a formação política e a conscientização. O SINTUSP é muito forte no movimento de greve. Quando essa movimentação diminui, é necessário que se fortaleçam as instituições, por exemplo o CDB, que é o conselho de diretor de base, para que as unidades sintam o sindicato mais perto. E isso precisa ser organizado porque nós temos 100 CDB´s, mas na greve apareceram, talvez, 30% disso. Isso é um fator que nos desarma.

MV Na sua unidade não tem o CDB?

A Existia um CDB, só que ele pediu pra sair do cargo.

MV Você acha que isso prejudicou ou prejudica a mobilização?

A Pra mim isso é um problema, porque são focos de mobilização. Pelo que eu percebi, o cdbista não é bem visto pela estrutura administrativa dentro das unidades justamente porque é um camarada que puxa a greve. Nós precisamos fortalecer essa imagem de alguma forma dentro das unidades. Ele tem que ser aceito como um representante, por exemplo, da congregação. Não podemos perder esses espaços de representação.

MV Você acredita que se os CDBs fossem mais estruturados e fortes a mobilização seria maior? Falta isso para ter uma greve de funcionários com, pro exemplo, maior adesão?

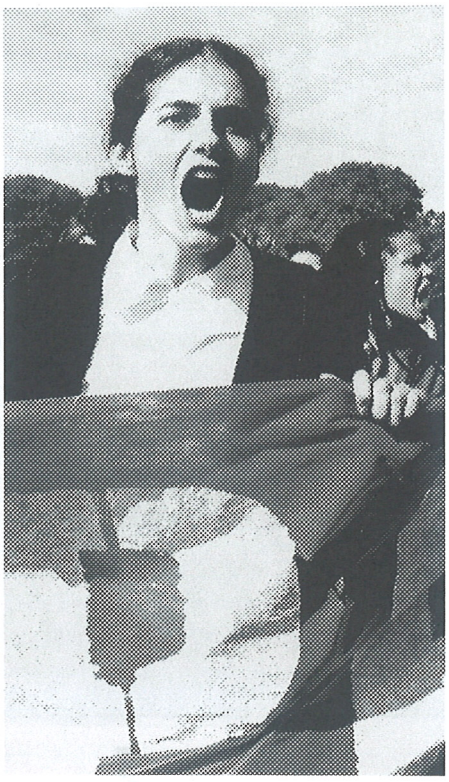
A Não é o fator principal, mas seria um fator muito importante. Se nesta greve tivesse um CDB inteiro coeso, acho que a adesão poderia atingir metade ou próximo da metade da categoria. As conquistas seriam mais significativas e a greve seria menos demorada também, porque seria mais forte. Não é a única maneira, a gente também precisa conscientizar, precisamos fazer diversos trabalhos, ter uma base. Só que eu considero o CDB bastante importante.

MV Queria que você comentasse sobre a ocupação da reitoria. Qual sua avaliação sobre a ocupação e a importância dela pra greve?

A A ocupação da reitoria deste ano foi feita só por funcionários e ela teve uma única finalidade: fazer pressão em cima da reitoria pelo pagamento dos dias parados. Se ela pagasse os dias parados, nós desocuparíamos a reitoria. A gente teve que fazer isso porque estávamos justamente sozinhos na greve. Não temos como mudar, por exemplo, a posição do movimento estudantil. Foi comentado por representantes de comissão de negociação da reitoria que a ocupação da reitoria atrapalhou o andamento de alguns projetos da universidade. Então, a ocupação causou certa pressão sobre as negociações da greve.

MV Você comentou que vocês entraram na reitoria muito por conta do corte no pagamento dos dias parados. A partir desse momento o movimento ganhou essa reivindicação principal?

A Eu acho que sim, eu acho que a partir da ocupação da reitoria a questão dos dias parados foi se tornando a questão principal, porque a isonomia depende da decisão do CRUESP, depende das três



Carime Tomazini, estudante e militante do Território Livre

Carime Tomazini, estudante de arquitetura e militante do Território Livre

universidades. E nós tínhamos na UNICAMP uma greve que era das mais fracas

MV Como que foi o apoio dos professores e dos estudantes?

A Houve apoio de alguns estudantes e professores. Porém, não do movimento estudantil ou da categoria dos docentes. No caso de estudantes alguns independentes e algumas correntes, como MNN, PCO e LER-QI. Todas tiveram uma participação ativa, inclusive em atos, na ocupação, no trancaço junto ao portão principal.

MV Por que nem os professores e nem os estudantes aderiram à greve?

A Uma resposta simples: os professores porque receberam benefício e os estudantes, talvez, pela despolitização.

MV A greve terminou sem a conquista da isonomia, alem disso, existe a possibilidade de haver punições. Qual que é sua avaliação sobre a greve?

A Houve mais vitorias do que derrotas. Em termos de derrota, a questão da isonomia. Os pontos positivos foram que houve uma mobilização maior, por exemplo, que a do ano passado. Os grupos de funcionários em cada unidade, em cada instituto, exerceram uma pressão enorme nas congregações e nas figuras individuais dos diretores, fato que eu não lembro de ter acontecido antes. Isso abre espaço para criar uma nova relação, buscando uma maior igualdade entre funcionários, professores e alunos dentro das unidades. Então, isso foi um ganho extraordinário.

MV Como se deu o início da greve?

C Primeiro com a reivindicação salarial, assim como com a entrada do Rodas na reitoria, que começou o ano provocando os funcionários, ao dar um aumento de 6% apenas para os professores da USP. A partir de certo momento, acho que um dia antes de iniciar a greve, a reitoria chegou a avisar que iria multar o sindicato e, também, que iria cortar o ponto dos funcionários grevistas. E em junho isso acabou acontecendo: cerca de 1.000 funcionários tiveram seus salários cortados por estarem participando da greve. Isso levou a uma maior radicalidade do movimento. A partir daí ocorreu a ocupação da reitoria.

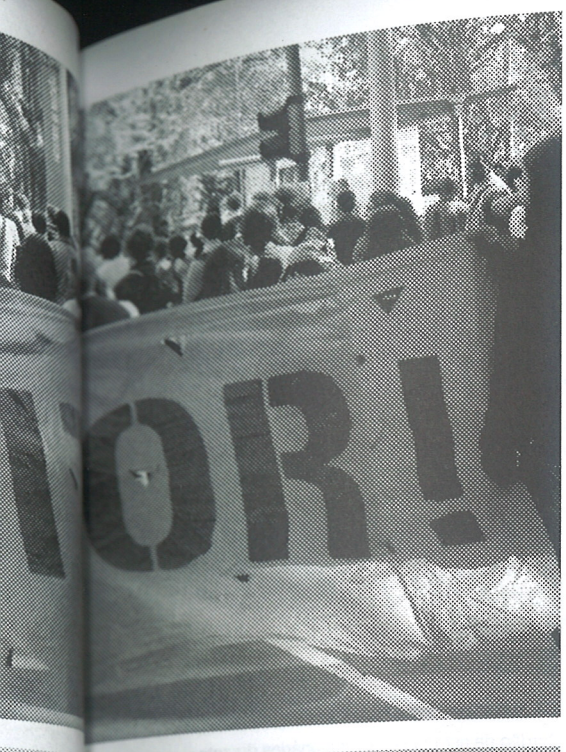
MV Como ficou a movimentação dos funcionários após o corte dos salários?

C Cerca de 1.000 funcionários da USP tiveram seus salários cortados. O número é impressionante, porque mostra, para além das afirmações da reitoria, que havia um número grande de funcionários em greve. Então, o sindicato viu a necessidade de uma radicalização e propôs ocupar a reitoria da USP para exigir o pagamento dos dias parados. Nas assembléias, os funcionários começaram a pegar o microfone para falar que tiveram seus salários cortados, questionar os diretores de unidade. Nas últimas semanas da greve, em dias seguidos, os funcionários chegaram a pressionar alguns diretores, alguns burocratas da COSEAS e da Prefeitura do Campus. Eles saíam da assembléia, cerca de 70 a 100 trabalhadores, uma vez foram 200, para exigir os dias parados, pressionar a chefia para pagar. Esse processo foi muito forte, porque é uma luta bem objetiva. Em relação às outras greves que eu já pude acompanhar, essa luta defensiva contra o corte de salários levou a uma movimentação bem grande, que eu não cheguei a ver em greves passadas. Para mim, foi bastante forte ver essa reação contra o corte dos salários, principalmente porque vinha da base da categoria.

MV Qual foi a atitude dos estudantes em relação à reação dos trabalhadores?

C É a velha história: o DCE e vários CAs hoje estão nas mãos do PSOL. E eles tentaram bloquear a situação. Eles, principalmente, e o PSTU, em parte, que de certa forma dirigem o movimento na USP, estavam mais preocupados em organizar o 10º Congresso dos Estudantes da USP, que não acontecia há quatro anos. Botaram muita força nisso. Para eles, entrar em greve e se contrapor à reitoria e ao Rodas pouco importava. Acho que a gente vê isso sistematicamente no movimento estudantil. No ano passado, a gente conseguiu passar por cima deles a partir de algumas assembléias, principalmente na luta contra a repressão da

Ato durante a greve de 2010, contra o corte de salários: PAGAMENTO JÁ!.



PM aqui dentro. Porém, este ano foi bem mais difícil. Porém, nós não fizemos moções de apoio estéreis. A gente estava com os funcionários, apoiando da maneira que a gente podia. Chegamos até a organizar o fechamento conjunto do portão principal da USP. Conseguimos parar por cerca de 3 ou 4 horas a entrada de pedestres e carros. Teve uma repercussão muito grande. E é nesse sentido que tem que ser dado apoio. Não só nas palavras, mas estar junto com os trabalhadores, lado a lado. Os estudantes decidiram não entrar em greve, o que poderia ter dado um impulso maior pra greve dos funcionários, que acabaram entrando e saindo isolados. E é óbvio que os estudantes, que são a maioria na universidade, são um peso muito grande.

MV E os professores?

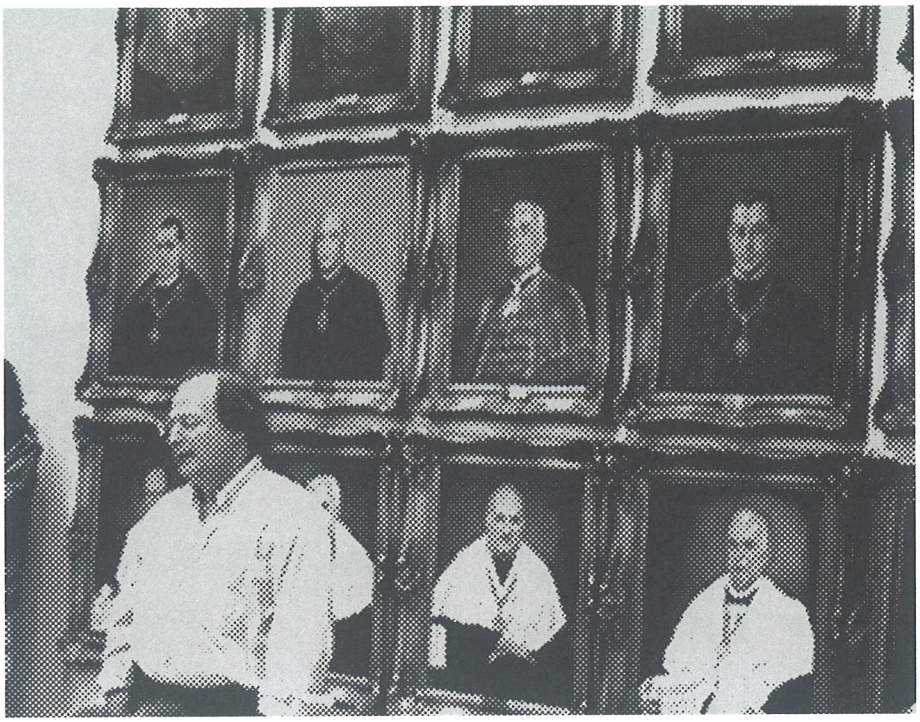
C O apoio dos professores foi ainda menor que o dos estudantes. Essas associações de docentes, que nos últimos anos não se movimentam, estão burocratizadas. A movimentação dentro da USP está cada vez mais se polarizando. Quem se cala diante dessa polarização está consentindo com os ataques que estão acontecendo.

MV Qual a sua opinião sobre o corte de salários?

C Cortar o salário é tão grave quanto colocar a polícia aqui dentro. É uma maneira silenciosa de tentar conter a movimentação. Quando você corta o salário, por quanto tempo, afinal, os funcionários vão conseguir resistir participando de uma greve? É muito importante se contrapor. Mesmo que de forma defensiva, tentar reverter e não se calar diante desses ataques. Caso contrário, é dizer pra reitoria: "Pode vir que a gente ta quietinho, não vamos fazer nada." Eles sabem que existe um movimento que se desenvolve claramente dentro da USP e estão querendo de qualquer maneira acabar com isso. Apagar esse incêndio que sempre retorna e, cada vez com mais freqüência.

MV Qual é a sua avaliação sobre o fim da greve?

C A gente, do Território Livre, analisa da seguinte maneira: o fato dessa greve ter ficado isolada contribuiu um pouco para a derrota. A greve terminou com uma garantia de pagamento dos salários que foram cortados, mas a isonomia foi perdida e tinha uma reivindicação de 5% de reajuste, uma ascensão na carreira dos funcionários, que a reitoria não concedeu. O fato das direções, ADUSP e DCE, terem se calado da maneira que se calaram contribuiu muito para esse fim. Se a gente quer enfrentar o Rodas, não dá pra enfrentar de maneira isolada, com uma greve que envolva somente uma categoria. Para enfrentar a burocracia é importante ter movimentos massivos, movimentos unificados. Por isso, o papel dos estudantes é fundamental nesses momentos. Não dá para ficar refém dos bloqueios do PSOL e do PSTU no movimento estudantil, ou mesmo ficar submetido à burocracia da própria ADUSP. A gente falou bastante durante a greve: o que está acontecendo hoje com os funcionários, amanhã vai acontecer com todo mundo, seja estudante ou professor, de dentro e de fora da USP. A crise está aí e anuncia um futuro sombrio como o que está acontecendo na Grécia e em toda a Europa, com relação aos planos de austeridade e a retirada de direitos. É importantíssimo não aceitar qualquer ataque



Luiz Renato Martins durante greve de 2010 na ocupação da reitoria.

Cordão de estudantes e funcionários durante

ao direito de greve, como o corte de salário, demissão, e muito menos a repressão aumentando dentro e fora dos muros da USP. O que a gente tem nas mãos é o próprio movimento. A gente só pode contar com a gente mesmo para tentar reverter qualquer ataque. Não é pela via institucional, é pelo movimento, é ir para as ruas. É nesse movimento de greve que a gente consegue reverter esses ataques da reitoria que são cada vez mais graves e mais freqüentes.

Luiz Renato Martins, professor da USP

MV Por que a reitoria quebrou a isonomia salarial?

L Isso tem como prioridade produzir a dissociação daquela frente política articulada tradicional na universidade, que unificava todos professores, estudantes e funcionários em um único bloco. Acho que desde que o governo Serra tomou ciência da situação, com a ocupação da reitoria em 2007, começou o que eu chamo de fase bonapartista de gestão da universidade. Em novembro de 2007, o governo de SP nomeou o agente de policia Ronaldo Pena como diretor de segurança da universidade. Em 2008, houve a demissão de um dirigente sindical. Em 2009, as invasões policiais. O próprio Rodas, atual reitor, era um homem diretamente vinculado ao gabinete do governador. O reitor diz que a USP virou terra de ninguém. Como exemplo, ele cita o morro do Rio de janeiro e o Haiti. Ele diz que a reitoria não controla mais nada, que a universidade está tomada por invasores e não adianta a gente chamar a policia pra desfazer o piquete, por que quando a polícia vai embora o piquete se refaz. A conclusão lógica é que, assim como nos morros do Rio de Janeiro e no Haiti, se deseja instalar uma presença militar permanente aqui dentro

MV No ano passado a reitoria usou a polícia, este ano o Rodas cortou os salários de praticamente todos os funcionários que aderiram à greve, como você vê essa diferença de resposta ao movimento?

L Uma nova intervenção militar aqui dentro arriscava desfazer o que Rodas está construindo, que é o divorcio do movimento político entre professores, estudantes e funcionários. A intervenção policial militar arriscava produzir o que ela produziu em 2009 [uma grande mobilização contrária]. Cortar o salário foi uma medida absolutamente autoritária, à revelia inclusive do estado de direito formal do Brasil, como a própria congregação da Faculdade de Direito se manifestou. Não se pode cortar salários de uma greve que não foi julgada pelo Tribunal do Trabalho. Isto fere o principio básico da lei burguesa de relações de trabalho.

MV Qual a reação dos professores em relação ao corte dos salários?

L A resposta que os professores e os estudantes deram nunca ultrapassou a dimensão filantrópica. O máximo que essas duas categorias conseguiram fazer foi uma coleta de arrecadação financeira. Professores se desfiliaram da ADUSP depois que essa entidade fez doação ao fundo de greve dos funcionários. Do lado dos estudantes a coisa ficou igual.

MV Como é a relação entre as três categorias?

L A universidade entrou na era da luta de classes e hoje há uma percepção clara que classes sociais diferentes têm uma atuação diferente. Foi-se o tempo em que era fácil produzir uma aliança pluriclassista ou interclassista aqui dentro da universidade em nome de valores democráticos. A ADUSP não conseguiu fazer nenhuma assembléia significativa durante a greve e os estudantes tampouco. Há estudantes com posições de esquerda e que vieram em nível individual ou de pequenos grupos apoiar as ações dos funcionários, mas o movimento estudantil não tomou posição enquanto categoria política ao lado dos funcionários por uma questão de classe. O nível de organização que os funcionários da USP construíram nos últimos anos é singular dentro do movimento dos trabalhadores brasileiros. Infelizmente, estão isolados aqui dentro. Porém, mesmo isolados, conseguem levar uma luta, como levaram agora, de quase dois meses, e sair dessa luta politicamente vitoriosa. Embora não tenham conseguido retomar a isonomia nessa batalha, eles conseguiram avanços políticos notáveis porque ficou consolidado o papel central e de liderança dos trabalhadores da USP na luta em defesa da universidade pública. Outro ganho político muito importante foi quebrar a arrogância do reitor, porque ele entrou aqui como o interventor bonapartista. É só ver a entrevista que ele deu pro Estadão. Nela, ele teve que abaixar a crista.

trancaço do P1 da USP

Aula do prof. Hector Benoit (Unicamp) na reitoria da USP ocupada pelos funcionários em greve.

MV Comente um pouco sobre o avanço na organização dos funcionários em relação à organização dos professores e dos estudantes.

L Eu acho que a organização dos estudantes e dos professores não avançou nem um milímetro. Ela só regrediu e vem regredindo. A universidade está num processo de desmanche que não vem de agora, faz parte dos resquícios estruturais da sociedade do neoliberalismo. A organização política de estudantes e professores tem visivelmente sofrido os impactos desse desmanche e do avanço neoliberal, da despolitização. A pequena burguesia nitidamente se despolitizou e o movimento de estudantes e professores faz parte disso. Atualmente, temos a consolidação da herança política dos trabalhadores como defensores reais do programa em defesa e avanço democrático da universidade pública e o agente do outro lado é a tendência oposta, a desagregação. No movimento dos estudantes eu tenho uma interrogação maior por ter uma massa maior de gente, que sempre se renova.

MV Qual o papel da ADUSP na sua opinião?

L Eu acho que, atualmente, a ADUSP tem um comportamento político completamente ambíguo e nisso ela reflete um caráter errático, oscilante, politicamente desestruturado etc. Dentro da categoria dos docentes, ainda há pessoas que politicamente podemos trazer para o campo de luta.

MV Você é filiado à ADUSP e ao SINTUSP. Por que está filiado às duas entidades e não só a uma delas?

L Olha, eu sou filiado às duas desde que eu estava na UNICAMP. O meu coração político está com o SINTUSP. Acho interessante que caminhasse para uma unificação e integração entre essas duas entidades. Porém, são classes sociais muito diferentes. Os professores não ganham tanto a mais que os funcionários, hoje em dia, mas há um resquício de classe em nível social. Os professores, de um modo ou de outro, são em geral oriundos de classes altas que não faziam trabalho manual e que não faziam trabalho servil. Apesar de ganharem pouco, se portam de acordo com esse passado. Já os funcionários vêm das classes trabalhadoras. Há um abismo no Brasil entre essas duas classes. E eu acho que por isso nós temos dois sindicatos. Até o ano passado, eu ia com freqüência na assembléia da ADUSP.

MV E agora?

L Agora não mais.

MV Por quê?

L Porque não vejo mais condições de intervenção política lá dentro. Entretanto, não é o caso de eu me desfiliar da ADUSP, pois tenho um bom diálogo com algumas pessoas lá dentro. Enfim, esse não é o ponto importante, porque o processo político vai levar a uma posição ou a outra. Está claro que a ADUSP está se convertendo em um anacronismo político. Quando se trata de lutar pela universidade pública e pela democratização da universidade, quem leva adiante esse programa é o SINTUSP. ■

NIK

ELEIÇÕES 2010

Entrevistas com Martiniano Cavalcante (PSOL), Eduardo Almeida (PSTU) e Fernando Dillenburg (MNN)

Martiniano Cavalcante (PSOL)

Martiniano Cavalcante, 51 anos. Militou no PCB, no PSTU e foi fundador do PSOL. Em 2010 disputou a pré-candidatura à presidência pelo PSOL.

MV Diante da conjuntura política e econômica, como você vê a importância destas eleições em 2010?

MARTINIANO Estas eleições para a esquerda socialista têm grandes desafios e dificuldades. Acho que a esquerda socialista, desde a queda do muro de Berlim, procura o lugar de sua recolocação como alternativa real de construção de um outro modelo de sociedade, que seja capaz de preservar a busca da igualdade, combinada com a mais profunda liberdade coletiva e individual. E, ao mesmo tempo, existe o problema da alternativa de produção que seja sustentável. Aí existe uma contradição que naturalmente ao capitalismo não interessa resolver, ele não tem possibilidade de resolver, mas que o socialista tem obrigação de responder. E a esquerda mundial não se recolocou ainda como sujeito à altura de um combate real com o imperialismo, capaz de mobilizar milhões e se transformar em força material objetiva.

No que se refere ao problema da crise, a crise agudiza mais o nosso dilema, porque ela expõe aos olhos de amplos setores de massa do mundo a falência do capitalismo como alternativa civilizatória. Mas é preciso dizer uma coisa, de modo bastante categórico, os que acreditam que a crise trará por si mesma o ascenso do movimento dos trabalhadores têm que dar muita atenção para as tristes cenas que ocorreram na porta da GM, quando teve a demissão de milhares trabalhadores, e dirigentes de uma vanguarda combativa, predominantemente do PSTU, mas também do PSOL, na porta da fábrica chamavam os trabalhadores pra resistir e nem os demitidos se reuniram.

Então, há mais coisas do que essa pobre concepção mecanicista de esquerda de que a crise levará o partido minoritário de esquerda como condão da verdade a conduzir repentinamente as amplas massas para o destino da redenção. É preciso abandonar isso e construir uma dualidade de crítica, de ação, de mediação do programa real de diálogo, baseado nos interesses das massas e nas contradições concretas do regime, que altere a correlação de forças a partir de um processo cotidiano de acúmulo permanente. Ou então nós estaremos perdidos ou condenados a vociferar contra a crise ou na esperança dela, como alguns crentes fazem em praça pública a respeito do juízo final.

MV E a crise da esquerda no Brasil?

M Estamos numa situação mais complexa ainda. Eu analiso a história recente do Brasil como o trágico desfecho de uma longa disputa que se concluiu com a adesão de um dos pólos desta disputa ao outro.

Desde a ditadura, dois projetos disputam o imaginário social. Um capitaneado pelas forças conservadoras e sustentado econômica e politicamente pelas grandes estruturas monopolistas construídas na época da ditadura.

Do outro lado, as forças populares, democráticas e socialistas, que defendiam um outro modelo econômico. Isso se refletia nos setores de esquerda com uma intensidade grande, capitaneado

Martiniano Cavalcante (PSOL)

pelo PT, com o projeto democrático e popular, que ameaçava essa ordem econômica com um processo de radicalização da democracia, de distribuição de renda, democratização de acesso à terra, universalização dos serviços públicos e por aí vai.

Ocorre que o processo que conduziu o PT ao governo resultou na dissolução completa dos vínculos entre as forças que hegemonizavam esse movimento. Essas lideranças se autonomizaram, romperam com esse programa e aderiram às forças dominantes. Então, a maioria das entidades do movimento social construídas nestas décadas capitulou a esse processo conduzido pelo PT e se transformou em força de sustentação do governo Lula, que, na verdade, não ameaça mais, é parte da estabilização desta estrutura.

O que restou como resistência é uma ínfima minoria. Do ponto de vista político, sobrou uma referência um pouco maior, um processo que negou esse caminho do PT e se condensou na figura da senadora Heloísa Helena.

O PSOL foi o depositário desse fio de continuidade com a luta de construção de alternativa que nasceu lá no início da luta contra a ditadura. Mas é um fio minoritário, já vivendo em um processo de democracia muito restrita e ameaçada. Mas o PSOL também nasceu impulsionado por um processo que ameaçava um desempenho medíocre do governo Lula. Na passagem do primeiro mandato para o segundo mandato, nós vimos uma alteração profunda desse processo. O crescimento e fortalecimento da popularidade do governo Lula, da personalidade do presidente da república.

Anteriormente tinha, de um lado, o PT, a Esquerda Socialista, Movimento Popular, justificando os governos PSDB, DEM. E hoje estão todos defendendo os mesmos programas. Então, a esquerda brasileira, transformadora, está sendo excluída da política brasileira e mal vê esse processo. Acredita numa alteração da correlação de forças baseada em subjetividade e não em uma análise concreta. Trabalham com suposições metafísicas, ao invés de construir um plano de uma política de ampliação que teria que contar com a preservação de princípios e a mais absoluta flexibilidade tática. Construí-la na política e não na ideologia é a saída para que a esquerda pudesse acumular forças e pudesse se manter ou se desenvolver nesse jogo da grande política brasileira.

Eu acredito que a exclusão da esquerda socialista revolucionária transformadora da luta institucional brasileira dificultará intensamente sua recomposição social, que já se encontra bastante difícil e poderá selar um longo período no Brasil sem que se consolide qualquer ameaça real a esse modelo de dominação. E eu repito que não acredito que a crise, por si mesma, processe a solução desse problema. A crise pode criar determinadas situações e uma condição mais favorável, mas, às vezes, cria também uma situação de barbárie incontrolada.

Na minha opinião, tem que enfocar o problema do Estado, do poder, de maneira pedagógica. Valorizar imensamente, como o PSOL fez no início da sua construção, essa decomposição, apodrecimento, degeneração da forma política da dominação burguesa, e propor outra forma, realmente democrática, incorporada à estratégia do partido socialista.

O partido que pensa que o terror vermelho é elemento central da possibilidade de um processo revolucionário, o partido que pensa a ditadura do proletariado como um elemento de coesão absoluta do comitê central do partido, ou do secretário geral, inclusive sobre o próprio operariado, como ocorreu no leste europeu, o partido que não fez o ajuste de contas com este programa será incapaz de propor de forma conseqüente que nós avancemos para a democracia direta em num país como o Brasil, para os plebiscitos, para a soberania popular, que é a única forma possível de se contrapor a esse projeto que está aí.

Do ponto de vista econômico, também é preciso apresentar um processo de mediação. No que se refere à questão da intervenção do Estado, não se pode trabalhar com a idéia de socialização absoluta de todos os meios de produção. É preciso responder o problema das camadas médias. Acho que nós temos que formular essa proposta, debatê-la claramente com a sociedade brasileira dando uma ênfase muito grande à forma da propriedade comunitária, a forma da propriedade coletiva, como alternativa mais avançada em relação à propriedade privada e também à perspectiva burocrática do Estado.

E depois, o problema da questão social do Brasil, fazer um diálogo também pedagógico com essa política compensatória, desenvolvida pelo cérebro do FMI e aplicada em larga escala no Brasil pelo governo Lula e pelo PT, dialogando no sentido de superar as desigualdades sociais, a miséria, a exclusão e a falta de saneamento, educação, salário e emprego, propondo uma emancipação social que seja a conclusão definitiva de um processo de libertação do nosso povo das condições de vida subumanas que existem.

Por último, o problema ambiental, acho que o Brasil tem melhores condições do que qualquer outro país pra construir uma nova economia sustentável, que tenha um código tributário que penalize os setores predatórios, poluidores, que estimule alternativas sobretudo comunitárias dos movimentos sociais, alternativas de preservação e que potencialize a intervenção do Estado. Existe muito discurso em torno disto, mas ninguém respondeu como será possível saciar a fome, os desejos de consumo

de uma sociedade de 7 bilhões de pessoas no planeta e preservar os recursos naturais.

MV Como você vê o PSOL dentro dessa análise?

M Eu vejo que o PSOL faz parte dessa realidade. Nós temos muitas dificuldades, fomos o produto de um processo de continuidade daquela acumulação das décadas de resistência da luta contra a ditadura, da construção do PT, das entidades populares, mas uma continuidade muito minoritária, com forças pequenas. E aí a complexificação da realidade ampliou a dificuldade do PSOL, ampliou as divisões do PSOL.

No terreno organizativo, o PSOL se propôs a ter um processo de frente e unidade, preservando as diferenças políticas, os direitos de manifestações diferenciadas, perspectivas de construção a longo prazo. Naturalmente, as dificuldades políticas acirram os ânimos internamente. E nós vivemos essa realidade no PSOL hoje.

O PSOL vive um dilema entre reafirmar uma concepção esquerdista—e eu tenho dito que já existem partidos no Brasil com esse perfil, não precisa do PSOL pra isso—ou aprofundar o que foi o elemento do seu nascimento, a possibilidade de se construir uma esquerda socialista, revolucionária, democrática, com influência de massas. Não fechadas como um gueto, como um castelo em sabedoria, como uma vanguarda que espera o momento adequado para ser reconhecida como portadora da verdade. Então, são dois caminhos muito distintos que estão presentes no debate do PSOL.

Se não bem resolvido, o conflito de busca de uma hegemonia no interior do partido pode se somar às dificuldades já enormes da conjuntura para o naufrágio dessa tentativa. Então, eu vejo o PSOL sob um risco grande. Acredito que nós temos possibilidade de superar, acho que o PSOL é a única possibilidade genuína de se construir como uma alternativa de poder no Brasil.

MV Nesse sentido, o que significou a decisão de não lançar a Heloísa Helena como candidatura à presidência?

M Olha, é difícil essa análise. A Heloísa esteve muito em dúvida em ser candidata de um partido com essas dificuldades, de viver em um processo permanente de campanha e de debates histéricos internos em relação a uma declaração. Ela viu que o partido estava, no entendimento dela, sem condições de sustentar uma candidatura como ela pensava que deveria se apresentar no Brasil. E preferiu um caminho de acúmulo de forças que também pode ser muito importante para a sobrevida do PSOL, para a sobrevida desse projeto e para a recuperação e o desenvolvimento de sua vocação original. Naturalmente, ela, no Senado, poderá contribuir muito com isso. Mas foi uma opção difícil, uma opção complexa, cujo resultado nós só saberemos daqui a alguns anos.

MV E, com essa decisão, qual se torna o objetivo principal do PSOL nas eleições?

M Bom, eu esperava que nós tivéssemos uma candidatura com esses eixos programáticos que eu apresentei aqui, disputei isso dentro do partido. Mas, independente dos problemas que tivemos na decisão, o Plínio [de Arruda Sampaio] foi o candidato escolhido, tinha uma maioria na direção do partido. Embora ainda tenham diferenças, acredito que ela [a candidatura do Plínio] ainda é este centro, deve continuar sendo e, por isso, acatei a decisão.

O Plínio debateu com muita honorabilidade, expôs de modo muito verdadeiro e sincero as discussões pretendidas para o Brasil. Eu discordo delas, acho que elas não contribuirão para que a esquerda possa ressuscitar. Mas temos concepções filosóficas, modos e análises diferentes. Não acredito que choques e mágicas políticas possam resolver essas questões. Um processo de acúmulo real pode nos conduzir a isso. Mas eu espero que ele tenha sucesso. Ele, como eu ou qualquer outro candidato, vai viver a exclusão, a marginalizarão, mas vamos lutar, talvez tenham espaços nos debates.

É possível que o PSOL se recupere, e eu desejo que ele [Plínio] possa cumprir esse papel na resistência e ampliar os diálogos do PSOL, soldar um pouco mais as nossas relações com setores mais conscientes do Brasil.

E eu acho que, além dele, nós temos as eleições dos nossos parlamentares. A eleição dos nossos parlamentares prolonga, na superestrutura, as contradições da sociedade e o debate eleitoral. Portanto a eleição parlamentar tem um papel muito importante. A eleição da Luciana, do Ivan, do Chico, dos deputados estaduais daqui de São Paulo, Rio de Janeiro, até mesmo Rio Grande do Sul, em Goiás e no Ceará, isso tem um papel muito importante. A Heloísa, sobretudo como candidata ao Senado, naturalmente, tem mais preponderância ainda. Então, eu acredito que esse é o elemento central da tática do PSOL.

MV E existe um programa unificado que esses parlamentares vão defender? Ou o programa é definido por cada candidato?

O programa do partido se desenvolve dentro da cultura do partido. O PSOL não tem cartilha. Mas a atuação dos parlamentares do PSOL se mostrou bastante unitária. Não como um partido que tem amarras, mas se vê uma unidade bastante considerável nas atuações dos parlamentares do PSOL, quase no Brasil inteiro. Havia aí uma unidade que é resultado da cultura do PSOL, do acúmulo da esquerda socialista no Brasil.

MV Esse programa seria um programa democrático popular? Como você vê essa polêmica que existe na esquerda, entre um programa democrático-popular e um programa socialista? Como você vê o *Programa de Transição* defendido pelo Trotsky na fundação da IV Internacional no interior da discussão atual do programa?

M Eu acho que este é um programa de transição. E acho que o *Programa de Transição* tem uma forma inacabada, é um método que dialoga com as consciências de massas e suas aspirações e propõe tarefas que podem romper a dominação. Nós poderíamos dizer que apenas a discussão do programa de poder, que eu propus, é suficiente para isso. Não precisaria outro. Ele é mais abrangente do que paz, pão e terra.

Eu não gosto dessa denominação [programa democrático popular], porque ela é formulada inicialmente por uma idéia de um programa de transição para colocar as massas em movimento, aliás, o que foi feito com o PT muitas vezes. Mas, depois, isso foi apropriado por um programa puramente institucional, como um programa de marketing eleitoral. E essa caracterização acabou se constituindo em um caminho propagandístico para a capitulação do PT ao projeto das classes dominantes.

Então, essa formulação carrega consigo essa trajetória histórica negativa. A verdade é que nenhum partido realmente comunista, socialista, revolucionário, propôs para as massas um programa socialista para fazer a revolução em nenhum lugar do mundo. Isso é uma falácia pra justificar concepções doutrinárias e dogmáticas que são mais propícias, mais úteis, para a construção de seitas do que de partidos de massa com vocação transformadora.

MV Então o programa que você defendeu seria o *Programa de Transição*?

M Acho que sim. Mas o programa formulado no papel só pode se transformar e só se caracteriza como um programa de transição quando é capaz de dinamizar, mobilizar as pessoas. Então, não adianta formular o programa, que aparentemente tem toda a lógica científica de um programa de transição, se ele não adquire o elemento central vivo, que é a mobilização permanente da sociedade. Então, eu não teria a pretensão de dizer que este programa é, e sim que pode vir a ser o programa de transição.

Eduardo Almeida (PSTU)

Eduardo Almeida, 58 anos, começou a militar com 18 anos no movimento estudantil em Brasília. Foi fundador do PT e da Convergência Socialista. É membro da Direção Nacional do PSTU.

MV Diante da conjuntura política e econômica, como você vê a importância destas eleições em 2010?

EDUARDO ALMEIDA Nós temos uma particularidade bastante precisa na evolução econômica política brasileira, nós temos uma crise econômica se aprofundando hoje na Europa como um todo.

Esse novo momento da crise assinala uma nova entrada do conjunto da economia mundial, uma crise brutal. O Brasil está fora disso, aparentemente. Essa é a consciência dos trabalhadores brasileiros. Expressa uma particularidade da realidade brasileira, porque nós temos uma crise brutal se desenvolvendo na Europa e, por outro lado, a economia brasileira crescendo num ritmo acima, inclusive, dos seus índices anteriores. Isso tem uma explicação.

Aqui, o país está completamente entregue às multinacionais, ao capital estrangeiro. No final de 2008 ocorreu uma queda livre da economia brasileira, porque as empresas frearam conscientemente e brutalmente a produção. Com a evolução da economia internacional, as multinacionais decidiram investir no Brasil ao sentir que a gente tinha possibilidade de recuperação na economia internacional. A redução de IPI não tem influência. A história verdadeira é que as multinacionais decidiram seguir investindo no Brasil, porque o país é uma plataforma de exportações muito importante tanto de produtos industriais, como de commodities para o mundo inteiro. E porque aqui é possível ter salários que satisfazem a expectativa de lucros delas.

Com a possível generalização da crise, em evolução na Europa, nós devemos ter uma crise muito forte atingindo o Brasil. Só que isso está fora da realidade das eleições hoje. Você não encontra isso no discurso de nenhum dos candidatos. Nós vamos entrar agora no período eleitoral num mundo de faz de conta, de como o Brasil vai ao primeiro mundo através do pré-sal, das Olimpíadas, da Copa do Mundo.

E, na realidade, nós vamos ter uma crise econômica provavelmente mais forte nesse próximo governo e um governo mais fraco. Se encerra o governo Lula em seus dois mandatos e, seguramente, vai ter, a partir de janeiro de 2011, um governo com menos popularidade, com menos peso entre os trabalhadores, seja ele Dilma, seja de direita. Então, a conjuntura das eleições é uma espécie de ante-sala que ainda não está na cabeça dos trabalhadores. Mas os grandes atores dessa luta política sabem o que está ocorrendo, o governo sabe o que está acontecendo.

Nesse sentido, Lula acaba de vetar o fim do fator previdenciário. O discurso do PT sempre foi de que "nós não podemos fazer mais, porque a maioria do congresso impede". Desta vez, dependia de uma canetada, e a canetada do Lula foi contra os aposentados, ajudado pela CUT, pela Força Sindical, que bateram bumbos na manutenção desse 7%. Mas, na verdade, o elemento mais importante que tinha era o fator previdenciário. E o governo Lula, mesmo em ano eleitoral, faz isso em função de que vem aí uma crise econômica muito forte. É a mesma justificativa para os cortes no orçamento público, que é a mesma justificativa para a negociação com o funcionário público em greve neste momento.

MV Você fala de um governo mais fraco em 2011. Como o PSTU avalia a trajetória do PT nestas três décadas?

E O PT foi um sonho de centenas de milhares de ativistas deste país. Nós tivemos juntos na fundação do PT. Fui fundador do PT, assim como o Zé Maria, assim como uma boa parte da velha guarda do PSTU. E esse partido foi um processo fantástico naquele momento inédito, a linha histórica com a influência de centenas de milhares de ativistas nas grandes greves nessa década de 80, num projeto partidário que tinha muito de novo, muito de grande efervescência política num debate em relação ao socialismo e uma confluência de vários setores que se juntaram naquele momento para fundar o PT. Não só propusemos a criação do PT como ajudamos a formular o primeiro programa do PT.

Mas ali já estabeleceu uma luta importante, que defendia o programa socialista claro. E a direção do PT defendia um programa que era um socialismo difuso, que não expressava um projeto real de revolução socialista, e sim se aproximava de um projeto social-democrata. A década de 90, que foi uma década de retrocesso em função do processo do leste-europeu na restauração do capitalismo no leste, em função do neoliberalismo, marcou o mundo inteiro, marcou também o Brasil. Foi um momento de institucionalização do PT, uma guinada à direita fortíssima com o ganho dos governos municipais, alguns estaduais, outros parlamentares. E mudou completamente o peso social da estrutura do partido. Esse partido se perdeu completamente para qualquer objetivo sério em projeto socialista e isso nos levou à ruptura com o PT, em 94, por defendermos o Fora Collor.

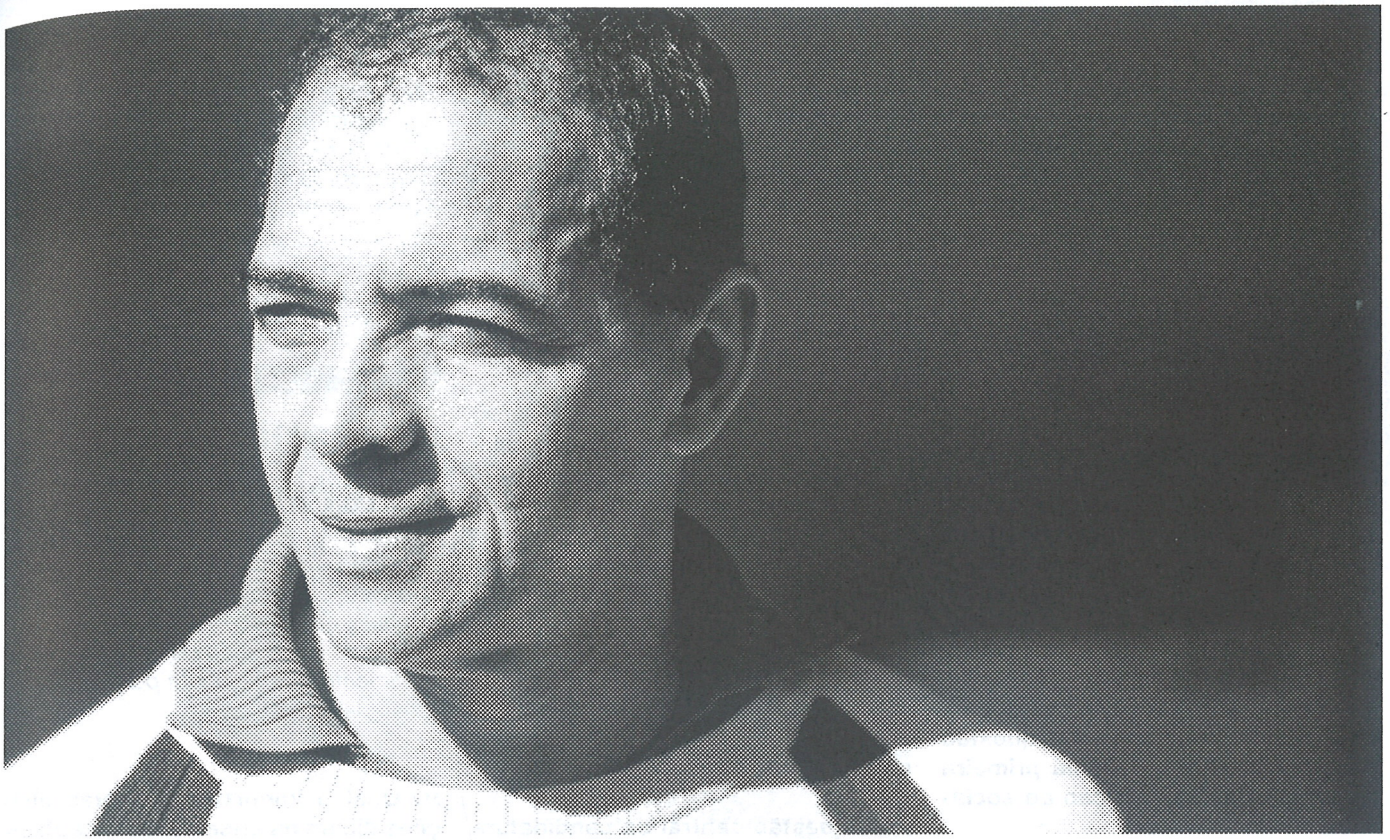
José Maria de Almeida, candidato do PSTU à presidência da república, que, segundo algumas pesquisas, alcançou 1% das intenções de voto.

Esse partido passou a ser diretamente o grande responsável pela aplicação do plano neoliberal no Brasil, passou a ser o principal sustentáculo do regime, o principal defensor no Brasil dos governos imperialistas. Esse partido acumulou com essa nova realidade todas as convenções inerentes à esses partidos e uma delas é a corrupção. E isso tem diretamente a ver com a reeleição atual. Dilma é uma figura que não foi candidata a nada, nem a vereadora. Dilma é uma invenção do Lula e isso foi necessário para o PT porque todos os quadros que tinham possibilidades de sucessores foram queimados no escândalo de 2005, o Zé Dirceu, o Palocci, o próprio Genoíno.

Então, hoje nós temos Dilma Rousseff candidata ao governo com grande chance de ser eleita e foi tirado de uma decisão direta e pessoal do Lula para sucedê-lo, porque assim ele acha que pode controlar o governo diretamente nesses 4 anos que ficar fora e depois ele volta ao governo nas novas eleições em 2014. Evidentemente que nós não temos nada a ver com isso, mas achamos que a candidatura do PT é uma candidatura para dar continuidade aos planos neoliberais, dar continuidade à exploração dos trabalhadores.

MV E a esquerda nessa situação, nestas eleições?

E Nós tínhamos um projeto de unificar a esquerda nas eleições. Foi uma luta de um ano e meio praticamente, para reeditar a frente de esquerda que nós fizemos em 2006. Infelizmente, foi impossível. Houve toda uma primeira parte de uma inclinação do PSOL à candidatura



Eduardo Almeida, membro da Direção Nacional do PSTU.

da Marina, um episódio lamentável na história do PSOL. Terminou não dando frente porque o PV decidiu fazer uma aliança com o PSDB no Rio de Janeiro. No final desse processo, eles, muito enfraquecidos pela não saída da frente com a Marina [Silva, do PV], propõem a frente, mas com base em critérios que são muito difíceis de serem aceitos.

Em primeiro lugar, o programa que foi apresentado na Conferência do PSOL que definiu o Plínio é um programa que é o conteúdo que nós chamamos Programa Democrático Popular, de que pra fazer uma revolução socialista no Brasil nós precisamos nos aliar com os setores da burguesia. Não se fala no não pagamento da divida externa e interna, não se fala em ruptura com o imperialismo, ruptura com o capital, não se fala em estatização do sistema financeiro e do agronegócio. Fica no limite democrático-popular. Nós achamos que nas eleições era necessário apresentar um projeto socialista. Nós defendemos que numa campanha de esquerda não pode ter financiamento da burguesia, e nisso não houve acordo. A Conferência do PSOL no Rio Grande do Sul reafirmou o financiamento de campanha por empresas privadas.

Então, agora existem três candidatos da esquerda, quatro se você incorporar o PCO, e temos uma realidade eleitoral difícil. Mas também muitas vezes a esquerda brasileira comete um equívoco ao comparar as eleições ao processo direto da luta de classes. Você precisa de unidade, por exemplo, em uma greve. Nas eleições não é a mesma coisa. Nós não vamos para as eleições pelo poder, não vai existir nenhuma mudança essencial no país pelas eleições. Você apresenta um programa, você discute e debate com a consciência dos trabalhadores, o fundamental é que você apresente um programa socialista sem qualquer tipo de financiamento da burguesia.

MV Depois desse tempo de discussão com o PSOL, como que você acha que o PSTU entra nas eleições? É um processo de fortalecimento do partido com uma candidatura própria?

E Eu acho que estas eleições vão ter uma bandeira socialista, vão ter uma campanha apoiando as lutas dos trabalhadores. Isso é um motivo de fortalecimento de um partido, mas não entramos nas eleições com o critério de que se nós não elegermos parlamentares nós estamos derrotados, nós não somos um partido eleitoral. O PSTU é um partido da revolução socialista, nós somos pequenos, mas estamos nesse projeto seriamente. A participação nas eleições pra nós é uma tática, é um momento particular e secundário muito importante na luta política para divulgar nosso programa, mas não é nosso centro, não é nossa estratégia chegar ao poder pelas eleições.

Nós queremos também eleger parlamentar, nós vamos disputar votos um a um, vamos pedir votos para o Zé Maria, vamos ter muito orgulho de ver os operários da GM em São José, metalúrgicos do ABC votarem no Zé Maria. Mas nós não vamos condicionar toda nossa estratégia em transformar isso em eleição de um ou outro parlamentar, nós vamos lutar pela eleição dos parlamentares, mas sempre tendo como centro a nossa estratégia diária de ação direta dos trabalhadores, de fortalecer o partido, de fazer com que pelo menos uma parte dos trabalhadores brasileiros tenham consciência de que vem uma crise, de que é necessário um programa socialista.

MV E quais são as principais questões do programa que vocês apresentam nestas eleições?

E É uma discussão de como apresentar o socialismo, como chegar à consciência dos trabalhadores. Nós achamos que isso não pode ser feito simplesmente fazendo uma declaração de que o socialismo é necessário um dia, é preciso mostrar como seria hoje a modificação da economia do país que servisse aos trabalhadores. Esse é o centro da campanha.

Junto com isso nós vamos mostrar que isso tem envolvido uma questão de classe, nós queremos que os trabalhadores governem o que a burguesia governa hoje. Vamos mostrar isso buscando como poderia ser a vida concreta de um trabalhador se nós tivéssemos a expropriação das grandes empresas multinacionais no Brasil. O socialismo pode ser resumido numa fórmula simples que é a expropriação sobre controle dos trabalhadores das grandes empresas e o controle democrático por parte do proletariado. Queremos a discussão concreta, como ficaria em relação ao salário, como ficaria em relação ao emprego. Nós queremos falar do socialismo, mas queremos demonstrar como seria hoje com emprego e salário.

O salário é um dos grandes temas dessa discussão. O que se fala é que o país não pode elevar muito os salários, que não tem dinheiro ou então isso causaria um grande problema inflacionário. Com o aumento dos lucros das empresas durante o governo Lula de 400%, por que não é possível elevar em 400% o salário?

É impossível? Não, não é impossível. A barreira para isso é que a propriedade das grandes empresas está nas mãos das multinacionais. Se você rompe a barreira da propriedade privada você poderia ter um salário decente mínimo, você poderia ter uma elevação geral do salário. E por que não se pode tocar na propriedade? O socialismo tem essa audácia, o programa socialista tem essa audácia, o programa socialista tem essa disposição de quebrar barreiras, que são as barreiras para que a humanidade possa viver dignamente.

MV Vocês acham que essa questão da expropriação seria uma primeira transformação em direção ao socialismo?

E A expropriação das grandes empresas é muito simples, mas não existe uma disposição, mesmo nos setores de esquerda, de dizer "sim, nós somos a favor da expropriação das grandes multinacionais". No meio dessa crise que vem aí nós temos que expropriar as grandes empresas e transformar a produção em algo racional, em função da necessidade da população e não do lucro dos patrões.

Da mesma forma em relação ao emprego. Por que tem tanto peso o Bolsa-Família hoje? Porque você não tem emprego no país, então o Bolsa-Família atende hoje ao redor de 12 milhões de famílias, é um gigantesco cabo eleitoral do governo Lula, tá de acordo com determinado objetivo do Banco Mundial. Para você manter os planos neoliberais, você tem que fazer algumas intervenções sociais que permitam manter o controle da população. Então, você varre a exploração brutal e ao mesmo tempo faz alguns tipos de paliativos sociais, que evitem uma exclusão social.

O capital é incapaz de superar o desemprego. Durante a crise de 1929 o mundo inteiro vivia índices de desemprego brutais, superiores aos atuais, 25%, 30%. E na União Soviética naquele momento havia pleno emprego, ela crescia a taxas que deixariam hoje envergonhados os chineses. Isso é possível por quê? Porque se feriu o sagrado mito da propriedade, se aboliu a propriedade privada das grandes empresas. Então, é possível ter pleno emprego no Brasil hoje, acabando com a propriedade das grandes empresas do país.

Da mesma forma, se você rompe com o imperialismo, deixa de pagar a dívida interna e externa, você tem condições de ter uma educação de qualidade, saúde de qualidade. O governo Lula dedicou, em 2009, 36% do orçamento federal para pagar dívida, 2,8% para a saúde, um pouco mais para a educação. Vamos parar de pagar a dívida, mais uma vez atacando a propriedade, porque você vai ferir o direito dos grandes bancos. Mais além, nós temos de estatizar os grandes bancos, são setores completamente parasitários, e permitir um avanço fundamental social.

Nós fizemos um cálculo para financiar um plano de reforma agrária e assentar 6 milhões de famílias de sem-terra. Hoje, você precisaria de um investimento de ao redor de R$ 80 bilhões... Foi o que o governo Lula entregou só em 2009 para pagar a dívida. Então, nós queremos nestas eleições dizer isso, discutir isso, não falar simplesmente do socialismo, como ele vai ser belo no futuro, mas o que significa hoje tocar na propriedade das grandes empresas, o que significa no bolso do trabalhador.

MV A questão central da candidatura do Zé Maria seria a questão da propriedade privada?

E Exatamente. E a outra coisa é o programa da classe, nós queremos mostrar como é equivocada essa idéia de que esse governo é dos trabalhadores. Isso é uma das grandes ilusões da realidade política atual, de que nós temos a maior liderança da história do movimento operário do Brasil, o Lula.

MV Nessa polêmica, entre o PSTU e o PSOL, entre o programa democrático popular e o programa socialista, como vocês vêem o *Programa de Transição*, do Trotsky?

E Nós somos trotskistas, defendemos o *Programa de Transição* e achamos que o exercício da aplicação do *Programa de Transição* é um exercício da campanha que agora nós queremos, pra explicar o projeto socialista exatamente. Isso é o *Programa de Transição*. É aquele que faz o nexo entre as reivindicações mínimas e a luta pelo poder, faz um nexo entre o programa mínimo e o programa máximo. É aquilo que eu falava em relação à traduzir o que significaria a expropriação dos meios de produção pelos trabalhadores.

MV No *Programa de Transição*, a escala móvel de salários e a escala móvel de horas de trabalho referem-se à manutenção do salário do emprego...

E A do salário tem muita relação com o processo inflacionário que, no Brasil, neste momento, não tem grande peso, se comparado com a época que existia uma inflação mais aberta. A gente transformava essa reivindicação na forma de gatilho salarial, reajuste automático, à medida que a inflação chegasse a 5%. Vamos defender isso. A escala móvel de horas de trabalho também, uma aproximação dela é a redução da jornada de trabalho, que é nossa reivindicação de 36 horas semanais. É o exercício de tradução, esse é o objetivo nosso de como introduzir o *Programa de Transição* na campanha eleitoral nos dias de hoje.

Fernando Dillenburg (MNN)

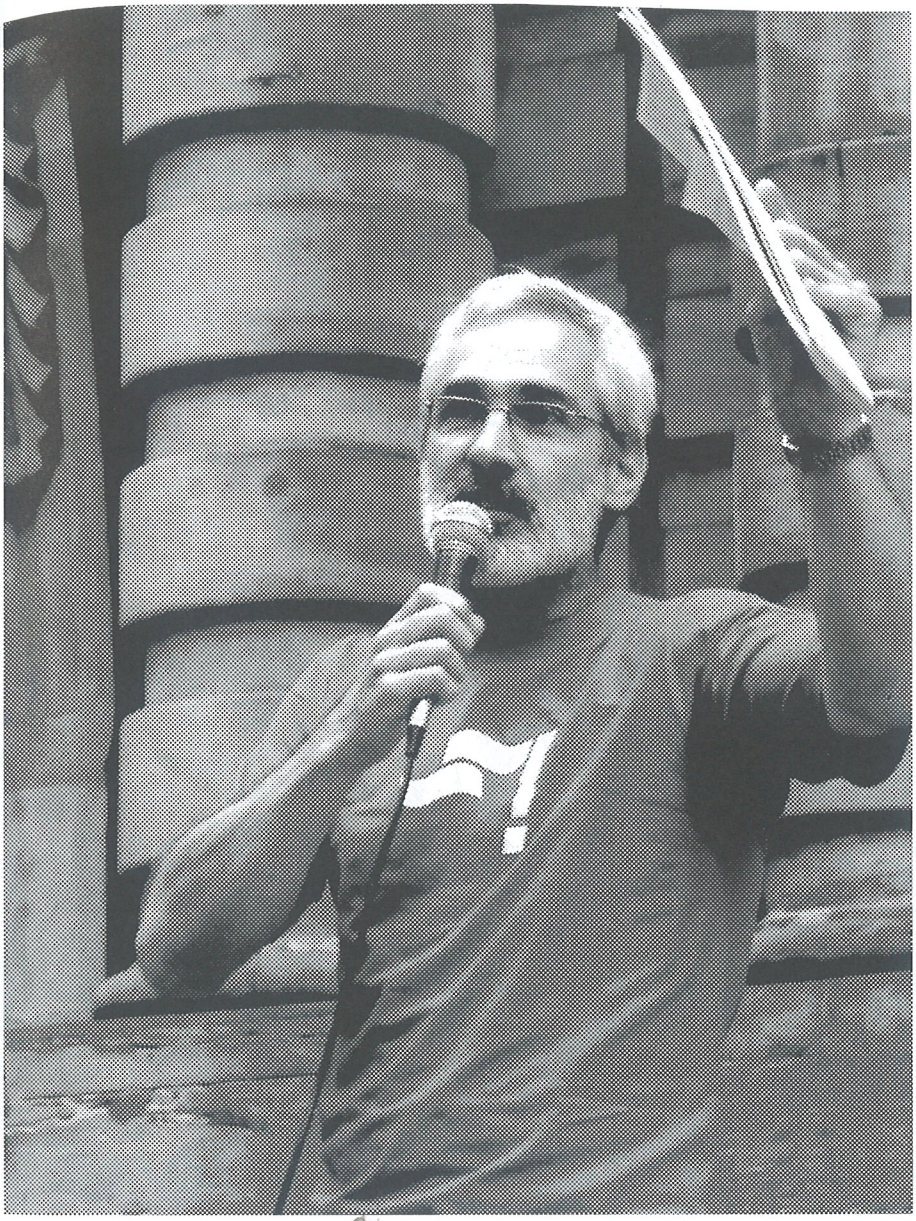
Fernando Dillenburg, 48 anos. Militou no PSTU e foi fundador do Movimento Negação da Negação (MNN). Atualmente é membro da Direção Nacional do MNN, movimento que hoje luta por sua legalização partidária.

MV Qual a importância destas eleições diante da crise econômica mundial e da sucessão de um governo de 8 anos do Partido dos Trabalhadores?

FERNANDO DILLENBURG Nós, do MNN, temos defendido há vários anos que a vitória de Lula nas eleições presidenciais em 2002 representou o fim de um ciclo histórico no Brasil, ciclo que iniciou com o fim da ditadura militar, com as greves no ABC paulista no final da década de 70, e a criação do PT e da CUT. Grande parte da classe trabalhadora tinha grandes expectativas com o governo Lula. Assim que assumiu, ele jogou por terra a ilusão de milhões de trabalhadores, que acreditavam que a chegada de um ex-operário à Presidência da República seria capaz de resolver os seus problemas mais urgentes. Os diversos escândalos de corrupção que envolveram o Governo Federal, desde o mensalão, em 2005, acabou com a expectativa que milhões de trabalhadores alimentaram durante mais de 20 anos.

A crise econômica mundial aprofundou o distanciamento entre as massas trabalhadoras e o PT. Seus efeitos no Brasil não foram o de uma mera marolinha, como Lula chegou a declarar. A crise causou demissões em massa e o rebaixamento dos salários em vários setores, levando à miséria um número ainda maior de trabalhadores. Se o descontentamento com o governo Lula já existia antes da crise econômica, com ela muitos trabalhadores passaram a perceber que, independente do governo, o sistema capitalista não é capaz sequer de manter suas condições de vida atuais.

É perceptível uma mudança de postura entre os trabalhadores. De uma posição de expectativa, de esperança que alguém resolveria os seus problemas



Fernando Dillenburg, membro da Direção Nacional do MNN.

mais urgentes, setores cada vez mais amplos de trabalhadores estão atropelando suas antigas direções sindicais e se mobilizando de maneira espontânea. É claro que essas manifestações de libertação da classe trabalhadora em relação às velhas burocracias que os dominaram por décadas não se manifesta, necessariamente, de maneira direta, nos resultados das eleições deste ano. Mas esse é um processo real que não pode ser desprezado.

Ao contrário, esse novo murmurar que brota do interior das fábricas é um sinal que anuncia um novo tempo de grandes lutas sociais. Apesar disso, é possível que as eleições transcorram como se nada estivesse acontecendo. O grande capital continuará investindo nos seus candidatos para ter o Estado nacional a seu dispor por mais quatro anos. Mas o aumento da disposição de luta da classe operária confirma que o MNN estava certo quando afirmava que estamos diante do início de um novo ciclo histórico. A direção revolucionária precisa estar preparada para responder a essa nova situação.

MV Você acha que o PT mudou desde a sua fundação? Como você o caracterizaria hoje?

F O PT surgiu, no início da década de 80, como o resultado de um movimento espontâneo e legítimo da classe trabalhadora, que realizou greves por reajustes salariais, enfrentando a decadente ditadura militar no final da década de 70. Mas apesar de sua origem operária, o PT cumpriu sempre, desde o início, o papel de preservar esse sistema que domina e escraviza a classe trabalhadora. Ao contribuir para a manutenção do sistema, o PT serviu para atender, em última instância, os interesses fundamentais da burguesia. No início, o PT aparecia ainda como uma opção de esquerda, aparência reforçada pelas correntes revolucionárias que entraram no partido, cujos militantes construíam núcleos de base, garantiam as campanhas eleitorais, enfim, deram ao PT a aparência de um partido diferente.

Evidentemente, essas correntes nunca conseguiram conquistar a hegemonia interna no partido, que sempre ficou com o grupo de Lula, José Dirceu e companhia, a chamada Articulação. Assim, esses pequenos grupos não fizeram mais do que legitimar, mesmo contra a sua vontade, a política da direção majoritária do PT. A partir da década de 90, parte das correntes internas foram saindo do partido, o que contribuiu para ir desvelando a essência que o PT continha desde a sua origem. Por isso, o que mudou não foi a essência do PT, que foi sempre aquela determinada pela política da direção majoritária. O que mudou foi a maneira como o partido aparece para as massas.

Durante as três décadas de sua existência, ao invés de impulsionar as lutas dos trabalhadores, o PT foi controlando o movimento, impondo derrota após derrota, e minando, assim, a radicalidade que os trabalhadores mostraram nas greves do final da década de 70. Depois da chegada de Lula à Presidência da República, a essência do PT foi totalmente desvelada: o PT foi sempre um instrumento extremamente útil à burguesia para dar sobrevida ao sistema capitalista e bloquear o movimento de massas.

MV Como você vê a esquerda nesse processo eleitoral?

F Penso que o papel desempenhado pela esquerda está muito aquém do que a situação exige. Os trabalhadores querem lutar, mas não encontram ainda uma direção forte e confiável o suficiente a qual eles possam aderir. Prova disso é que, apesar do brutal ataque aos empregos e aos salários dos trabalhadores que vem se aprofundando em decorrência da crise econômica mundial, os partidos de esquerda continuam repetindo os programas baseados no anti-imperialismo, na estatização de empresas. O problema é que essas propostas aparecem para o trabalhador comum como algo distante, difícil de ser alcançado. Numa situação de crise econômica como a que estamos passando, na qual milhares de trabalhadores perderam seus empregos, como na Volks, na GM, na Embraer, na Amsted-Maxiom e em muitas outras, a defesa dos empregos e dos salários ganha uma importância de primeira ordem. Numa situação de crise econômica, os capitalistas são obrigados a demitir em massa e rebaixar os salários. Por isso, a manutenção dos empregos e dos salários deveria ser o principal ponto de todo e qualquer programa de esquerda. Um programa objetivo e claro em defesa dos empregos e dos salários seria facilmente compreendido pelas massas e ganharia a adesão de milhões, sobretudo numa época de crise. No entanto, nos programas dos partidos de esquerda essas reivindicações aparecem dispersas, dissolvidas no meio de várias outras, sem respeitar a ordem de importância que elas assumem, sobretudo numa situação como esta que estamos vivendo.

Ato do MNN no centro de São Paulo em defesa dos salários e dos empregos.

MV Como o MNN está preparado para este momento? Qual é o objetivo principal do MNN nestas eleições?

F Ainda não podemos lançar candidatos próprios nestas eleições, pois estamos em campanha pela legalização do partido. Vamos aproveitar o processo eleitoral para ampliarmos a campanha de legalização, continuar indo às ruas, defender a necessidade de um programa único para todos os trabalhadores. Vamos aproveitar o processo eleitoral para criar novos organismos de base nos bairros e fortalecermos os já existentes, abrirmos trabalho político em novas fábricas, escolas e universidades. Como dizia Lenin, o partido precisa aproveitar todos os espaços para entrar em contato com as massas. Para nós, a campanha eleitoral é mais um espaço para divulgar o programa, para construir o partido.

MV Qual é o programa que vocês levantarão durante a campanha eleitoral?

F O programa que defendemos é fruto das experiências históricas do proletariado: a experiência da revolução de 1848, da Comuna de Paris e da Revolução Russa. A experiência de 1848 foi traduzida programaticamente por Marx em *O capital*. Se Marx esboçou a estratégia geral, Trotsky desenvolveu alguns pontos e detalhou, de forma tática, essas experiências no chamado *Programa de Transição*. Esse é o programa que defendemos. Não é um programa meramente eleitoral. É um programa que pode ser agitado permanentemente, todos os dias, independente das eleições. É um programa comum a todos os trabalhadores, que parte de suas reivindicações mais imediatas.

Para a acabar com o desemprego, os desempregados exigem frentes públicas de trabalho. Isso se contrapõe ao programa bolsa família dos partidos burgueses, que dá uma esmola de cerca de 100 reais por mês. Ao invés dessa esmola oficial que humilha e submete os desempregados, as frentes públicas darão condições para que eles produzam suas vidas dignamente, por meio do seu próprio trabalho.

Os trabalhadores que estão empregados exigem o reajuste mensal dos salários e não aceitam uma única demissão sequer. É a Escala Móvel de Salários e a Escala Móvel de Horas de Trabalho. Os salários e a jornada de trabalho serão móveis. O salário se move conforme a inflação mensal. É o reajuste mensal dos salários conforme a inflação. A jornada será o resultado da divisão do trabalho existente em cada fábrica pelo número de trabalhadores existente naquela fábrica. Se houver redução da produção ou a inclusão de uma nova tecnologia, o patrão não poderá demitir. Para manter o emprego de todos os trabalhadores que estão trabalhando, os patrões terão que reduzir a jornada. Cada fábrica terá uma jornada diferente, uma jornada necessária para garantir o emprego de todos aqueles que já estão trabalhando. Essas propostas feitas por Trotsky têm como objetivo simplesmente manter o salário e o emprego nos níveis atuais.

Não se trata, portanto, de exigir uma jornada fixa para todas as empresas (36 ou 40 horas semanais), como fazem os sindicatos e os partidos de esquerda. Trata-se de garantir o emprego de todos os que estão trabalhando (escala móvel de horas de trabalho) sem redução dos salários (escala móvel de salários) e dar

emprego a todos os desempregados (frentes públicas de trabalho).

MV Como você vê a polêmica entre um programa democrático-popular e um programa socialista? Como você vê a questão de um programa de transição?

F No programa mínimo, ou programa democrático-popular, o socialismo aparece como a soma de conquistas parciais periódicas. É o discurso comum atualmente entre os sindicalistas. É o caso também de propostas como a melhoria da saúde, da educação, da habitação etc. É um programa reformista. O programa máximo é o extremo oposto, pois levanta reivindicações socialistas como se elas pudessem ser aplicadas imediatamente. É o caso da luta anti-imperialista, por exemplo. A enorme desproporção entre o programa máximo e as forças reais organizadas para realizá-lo impede que ele seja assumido pelas massas. E o pior, a repetição da proposta em condições desfavoráveis à sua aplicação serve para desmoralizá-la totalmente. É um programa ultra-esquerdista. Outra proposta vinculada a um programa máximo é a estatização imediata das empresas, assim como o imediato controle operário sobre elas. A proposta de estatização com controle operário só deve ser lançada próxima à tomada do poder. É assim que ela é aparece no *Programa de Transição*, de Trotsky.

Não por acaso, o ponto de partida do *Programa de Transição* são as escalas móveis, que aparecem para os trabalhadores como reivindicações mínimas, meramente econômicas, facilmente realizáveis. Mas elas são, na sua essência, reivindicações socialistas, porque são, na verdade, irrealizáveis no capitalismo. Isso é o pleno emprego e a conservação do valor dos salários, duas condições que o capitalismo, em sua totalidade, é incapaz de garantir. A potencialidade das escalas móveis está justamente nessa diferença entre sua aparência e sua essência. Apesar de aparecerem como simples reivindicações econômicas, elas são, na verdade, reivindicações socialistas.

A luta em torno dessas reivindicações pode levar o proletariado a perceber os limites do capitalismo. O *Programa de Transição* é a superação definitiva da polêmica entre a necessidade de um programa mínimo ou de um programa máximo. Mas os patrões não poderão aceitar as escalas móveis, pois isso os levaria à bancarrota. Palocci, que já foi trotskista e, por isso, conhece as escalas móveis, disse em São José dos Campos, quando era Ministro da Economia, que a indexação do salário à inflação e a garantia de emprego eram inaceitáveis. Ele sabe do perigo dessas reivindicações. Se generalizadas, podem levar a um impasse insolúvel. Você pode perguntar que impasse seria esse? É o impasse gerado pelo fato dos trabalhadores acharem que essas reivindicações são o mínimo aceitável e, ao mesmo tempo, os patrões não conseguirem atendê-las.

É evidente que esse programa não terá força se for aplicado em uma única fábrica ou num pequeno número delas. Deve ser um programa defendido nos principais setores da economia de um país e até mesmo por diversas seções de um partido internacional. Com as greves em defesa das escalas móveis, os trabalhadores poderão criar os comitês de fábrica, que poderão se unificar em regiões ou setores inteiros, criando, então, as condições para o desenvolvimento dos organismos de controle operário da produção. Somente nesse momento aparece, no *Programa de Transição*, a proposta de estatização de empresas. Somente depois de criar e fortalecer centenas ou milhares de comitês de fábrica, somente depois de unifica-los em setores ou regiões, o proletariado terá então acumulado forças para controlar a produção e estatizar as empresas. Se colocadas nesse momento avançado da luta elas não aparecerão para os trabalhadores como utópicas, como aparecem em alguns programas que colocam essa proposta como possível imediatamente. Se agitado antes do tempo, antes da construção de comitês de fábrica independentes dos sindicatos, o controle operário aparece para os trabalhadores como algo que cai do espaço, sem base real para ser implementado.

No *Programa de Transição*, as palavras de ordem vão sendo expostas dentro de uma ordem que corresponde ao nível de consciência das massas. Não são jogadas aleatoriamente, como acontece nos programas dos partidos de esquerda atuais. Um dos problemas desses programas é levantar essas palavras fora de ordem. As palavras de ordem têm, em certa medida, uma ordem que não deve ser embaralhada, sob pena de bloquear sua realização. O problema é como encadear as palavras de ordem de modo a conduzir a luta do proletariado ao poder e realizar plenamente o programa contido em *O capital*, o programa que tem como objetivo expropriar os expropriadores, realizar, como diz Marx, a negação da negação, que é aliás, a origem do nome do nosso movimento. Sem a construção de um duplo poder, embasado em comitês de fábrica, em organismos de controle operário e em sovietes, um poder operário ao lado do poder burguês, que se enfrentará com esse nos combates decisivos, as palavras socialismo e revolução não significam coisa alguma. Servem apenas para dar um tom de esquerda para alguns comícios políticos, em dias de festa.

Foi isso o que nos ensinaram Marx, Lenin e Trotsky. Será que esse programa é realizável? Nada garante. Temos apenas uma certeza. Essa é a única via para a preservação da espécie humana neste planeta. Caso o proletariado não construa uma direção revolucionária à altura de sua missão histórica, só nos restará a barbárie, a barbárie capitalista que, aliás, já está em curso. Os militantes do MNN (assim como os militantes de outros partidos do mundo inteiro, ainda que com programas equivocados) dedicam suas próprias vidas a esse projeto histórico, o projeto de libertação de toda a humanidade do jugo do capital. Atualmente, o murmurar que brota do interior das fábricas, a atitude dos trabalhadores de atropelar suas antigas direções, demonstra que o socialismo ainda é possível. As condições para a construção do socialismo em escala mundial já estão dadas há mais de um século. O que falta é construir uma direção revolucionária, composta por operários e por todos os setores oprimidos pelo capital, que prepare, junto com todos os trabalhadores, a transição para o socialismo, uma transição baseada na dualidade de poder. Esse é, para nós, o único caminho possível. ■

A ACUMULAÇÃO DO CAPITAL, DE ROSA LUXEMBURG:

Contribuição ao estudo não-dialético de *O capital*

Jadir Antunes*

Rosa Luxemburg é considerada por boa parte dos historiadores das crises como a rainha dos fatalistas e subconsumistas. Sua principal obra é *A acumulação do capital: contribuição ao estudo econômico do imperialismo*, publicada em 1913. Segundo Rosa, essa obra foi escrita com o objetivo político de libertar as análises marxistas da II Internacional das concepções harmonicistas e pacifistas que predominavam em teóricos como Eduard Bernstein e Tugan-Baranovsky.

Bernstein foi um dos principais intelectuais do movimento operário europeu após a morte de Engels em 1895, e propulsor de um profundo movimento de revisão da estratégia revolucionária e socialista de Marx e Engels a partir de fins do século XIX. Na concepção de Marx e Engels, a sociedade capitalista seguiria inevitavelmente na direção da destruição das condições de vida da classe operária. Aos partidos socialistas só caberia, por isso, travar uma luta revolucionária que conduzisse a classe operária ao poder e à direção política da sociedade. Após a morte de ambos, porém, Bernstein começou a argumentar que a sociedade capitalista não seguiria esse curso previsto, mas que seguiria, sim, um curso progressista na qual o socialismo poderia ser alcançado mediante métodos de luta pacíficos e parlamentares.

Tugan-Baranovsky foi um importante professor de economia em São Petersburg entre os anos de 1900 e 1920 e membro do chamado marxismo legal, que também argumentava contra a concepção de Marx e Engels. Segundo ele, ao contrário do colapso e de crises cada vez mais frequentes e destruidoras, a sociedade capitalista poderia se perpetuar na história porque a principal força consumidora da produção era o próprio capital e suas indústrias. Segundo ele, apesar de todas as revoltas da classe operária contra a carestia de vida e o desemprego, a sociedade capitalista poderia se reproduzir indefinidamente no tempo porque ela não dependia do consumo humano da sociedade, mas apenas do consumo produtivo das indústrias. Produzindo para si própria e independente das necessidades humanas, a acumulação de capital tenderia, por esse motivo, cada vez mais para a estabilidade e a harmonia dos mercados.

Para combater essas concepções, Rosa considerava necessário libertar não apenas o movimento operário das chamadas ciladas reformistas de Bernstein e Tugan-Baranovsky, mas considerava necessário libertar sobretudo o próprio pensamento de Marx. Segundo ela, em *O capital* predominava a absurda concepção de que, em última instância, a produção capitalista é uma produção pela produção sem nenhuma consideração pelo consumo humano. Concepção essa que teria alcançado nas análises de Tugan-Tugan-Baranovsky, segundo Rosa, uma verdadeira miragem da economia vulgar.

Bernstein nunca fundamentou suas concepções com um sistema teórico apoiado na leitura de *O capital*. Tugan-Baranovsky, porém, procurou fundamentar suas concepções harmonicistas com a análise da Terceira Seção do Livro Segundo, onde Marx analisou os esquemas de reprodução social do capital global da sociedade. A crítica às concepções reformistas de Bernstein foi divulgada por Rosa em sua clássica obra *Reforma ou Revolução*, de 1900, onde ecleticamente combina a luta por reformas com a luta revolucionária. Será em *A acumulação do capital* que Rosa criticará as concepções de Tugan-Baranovsky.

* Prof . Dr. do Dept. de Filosofia da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)

Marx e a acumulação do capital

A obra *A acumulação do capital* está dividida em três seções. Na Primeira Seção, intitulada *O problema da reprodução*, Rosa Luxemburg analisa a formulação clássica do esquema de reprodução social em Quesnay, Smith e Marx. Na Segunda Seção, intitulada *Exposição histórica do problema*, Rosa analisa as controvérsias entre Sismondi-Malthus versus Say, Ricardo e MacCulloch; entre Rodbertus e Von Kirchmann e entre Struve-Bulgakov-Tugan-Baranovsky versus Vorontsov-Nikolai-on. Na Terceira Seção, intitulada *As condições históricas da acumulação*, a autora discute as contradições do esquema da reprodução social do capital no pensamento de Marx e sua relação com a economia real. Nosso trabalho limitar-se-á a analisar essa última seção.

Para Rosa Luxemburg, as análises de Marx sobre a economia capitalista em *O capital*, especialmente as do Livro II, são análises abstratas e apartadas da economia real. Para ela, a economia real está assentada sobre relações mercantis que ultrapassam a relação capital-trabalho estudada em *O capital*. Segundo sua concepção, a economia real abarca também um conjunto extenso de relações do capital com esferas de produção mercantis não capitalistas, como a economia natural-camponesa e a economia colonial.

Rosa inicia a terceira seção de sua obra analisando as contradições do esquema de reprodução ampliada exposto por Marx na Terceira Seção do Livro II de *O capital*. Nesse esquema, Marx abstrai da análise, assim como fizera em todo *O capital*, todas as relações e formas de produção não-capitalistas, pressupondo a existência de uma única relação social de produção: a relação capitalista. Por isso, nesse esquema existem apenas duas classes de produtores e consumidores: a operária e a capitalista.

Do ponto de vista do valor de uso, Marx divide a produção total anual em dois grandes departamentos: o Departamento I, produtor de meios de produção, e o Departamento II, produtor de meios de subsistência. Do ponto de vista do valor, a produção total anual é dividida em três partes: capital constante, capital variável e mais-valia.

Nesse esquema, o capital constante é produzido inteiramente pelo Departamento I. A parte da produção anual representada por esse capital é realizada com a substituição da parte do capital constante consumido durante o ano pelas indústrias dos Departamentos I e II. Essa substituição é necessária para assegurar que no ano seguinte a produção seja iniciada numa escala igual a que iniciara no ano anterior.

Essa primeira parte da produção anual será, por isso, realizada exclusivamente pelo conjunto das indústrias capitalistas. Seus compradores serão, portanto, o conjunto das indústrias instaladas tanto no Departamento I quanto no Departamento II da sociedade capitalista.

A segunda parte da produção anual, o capital variável, representada pelos meios de subsistência destinados ao consumo dos operários, será consumida pelos próprios operários, tanto do Departamento I quanto do II, na forma de dispêndio em salários.

A terceira parte da produção anual, composta pelo trabalho excedente, tanto na forma de meios de produção quanto na forma de meios de subsistência, será consumida sob duas formas: uma primeira parte será consumida sob a forma de renda destinada à compra dos meios de subsistência e de luxo consumidos pelos capitalistas, e uma segunda parte será convertida não em renda como a primeira, mas em capital.

Essa última parte será destinada à contratação de novos trabalhadores e à compra de novos meios de produção capazes de reproduzirem a escala de produção num patamar mais elevado que o patamar do ano anterior.

Assim, a mais-valia existente sob a forma de meios de subsistência será consumida em parte pelos próprios capitalistas e em parte pelos novos operários contratados para aumentar a escala da produção. A mais-valia na forma de meios de produção será comprada pelas próprias indústrias capitalistas para a expansão de seus negócios.

Assim, nesse esquema, a produção total anual (meios de produção e meios de subsistência, ou sob outra forma, capital constante, capital variável e mais-valia) será inteiramente consumida por duas únicas classes da sociedade: a classe operária e a classe capitalista.

A totalidade dos meios de subsistência será consumida sob três formas: em primeiro lugar, como meio de subsistência dos operários já empregados e explorados pelo capital; em segundo lugar, como renda pelos próprios capitalistas e; em terceiro lugar, como meio de subsistência dos novos operários contratados pelo capitalista para ampliar a escala anual de produção.

A totalidade dos meios de produção, tanto a parte que estará sob a forma de capital constante necessário para a reposição anual do capital consumido, quanto a parte excedente produzida no ano corrente, será comprada pelas próprias indústrias capitalistas.

Marx demonstra, desse modo, que cabe exclusivamente aos capitalistas e aos operários adicionais realizar a totalidade da mais-valia e do excedente anual. E os capitalistas realizam essa mais-valia de duas maneiras: pela transformação de uma parte em renda e pela transformação da outra parte em capital. A mais-valia, assim, é consumida pelo capitalista enquanto pessoa individual e enquanto empresário capitalista.

Os esquemas de reprodução anual do capital analisados por Marx têm como função, em sua exposição, demonstrar sob que condições e possibilidades a acumulação de capital e o progresso capitalista podem existir historicamente. E a condição fundamental para isso é que a mais-valia seja constantemente capitalizada, isto é, seja constantemente transformada em meios de consumo e capital pelas próprias indústrias capitalistas. Os esquemas abstraem da análise qualquer possibilidade de crise e interrupção da produção, pois pressupõem um constante equilíbrio e harmonia entre produção e consumo.

A origem dos compradores da mais-valia

No Livro I, Marx trabalhava com a suposição de que a massa de dinheiro disponível no bolso de cada capitalista é lançada inteiramente na circulação para a compra de meios de produção (força de trabalho e meios de produção). Desse modo, após a compra dos meios de produção o bolso dos capitalistas estará completamente vazio, não restando nenhum centavo para a compra de riqueza adicional. Rosa perguntava, por isso, de onde viria a massa de dinheiro adicional que realizaria a mais-valia surgida ao final do processo de produção. Se os capitalistas lançam na circulação uma massa de dinheiro equivalente ao valor dos meios de produção e da força de trabalho, ficando por isso sem nenhum tostão em seus bolsos após esta operação, de onde vem o dinheiro com o qual compram o excedente dessa produção, perguntava Rosa.

Essa questão, porém, não tem nenhuma importância para as análises do Livro I, porque nele se trata apenas de explicar a produção da mais-valia e não sua realização. Será no Livro II que Marx responderá essa questão. Para os esquemas funcionarem, Marx pressupõe então que o conjunto da classe capitalista é proprietário de uma massa adicional de dinheiro que fica retida em seu próprio bolso e que só será desembolsada mais tarde, no momento do consumo desse excedente à disposição dela. Ou seja, agora no Livro II, a condição pressuposta para analisar a esfera da produção deve ser substituída por um novo pressuposto: que o sistema capitalista

Em cima, da esquerda para a direita: Bernstein, Tugan-Baranovski e Adam Smith; embaixo: Thomas Malthus, David Ricardo e Fraçois Quesnay.

em seu conjunto produza não apenas meios de produção e consumo adicionais, mas que produza ainda meios de circulação adicionais suficientes para que o excedente da riqueza seja realizado dentro das próprias relações de produção capitalistas.

Para Marx, esse adicional monetário é um pressuposto necessário para que a realização da mais-valia ocorra normalmente e sem sobressaltos no interior da própria sociedade capitalista. Esse excedente monetário deve existir, portanto, a *priori*, deve surgir do entesouramento bancário realizado pelos diferentes capitalistas e da ativação do setor responsável pela produção desses meios monetários adicionais: a indústria do ouro. Assim, nos esquemas de reprodução de Marx a indústria do ouro, a indústria do dinheiro, deverá, como qualquer outra indústria, fornecer anualmente ao conjunto da classe capitalista esse material circulante adicional.

No Livro I a classe capitalista aparecia no mercado com uma massa de dinheiro suficiente apenas para comprar força de trabalho e meios de produção. No Livro II ela deverá aparecer com uma massa adicional suficiente para a realização da mais-valia. Essa massa virá do interior da própria sociedade capitalista –do entesouramento ou da indústria do ouro. Rosa acreditava que este recurso de Marx à indústria do ouro servia como um subterfúgio logicamente necessário para salvar do naufrágio o que ela considerava um falso esquema da acumulação. Rosa dizia, por isso, ter "a impressão de que cabe exclusivamente à produção capitalista a realização da mais-valia total e que ela utiliza a mais-valia capitalizada para satisfazer a suas próprias necessidades".[1]

Rosa estava impressionada pelo fato de que nos esquemas de Marx tudo gira em torno do capital e do capitalista, de que nesse esquema o capital aparece como princípio, meio e fim de todo o processo. Esse rodeio da análise em torno do capital e do capitalista, segundo Rosa, é confirmado por Marx na tentativa de "repetidamente custear a circulação do esquema apenas com meios monetários, ou seja, com a demanda dos capitalistas e dos operários".[2] Essa tentativa levava Marx, segundo Rosa, "a introduzir na reprodução o produtor de ouro como *deus ex machina*".[3]

1. LUXEMBURG, *A acumulação do capital: contribuição ao estudo do imperialismo*. São Paulo: Editora Nova Cultural, Coleção Os Economistas, 1985, p. 227.
2. Idem, ibidem.
3. Idem, ibidem.

Rosa Luxemburg com Karl Liebknecht, em 1909.

Rosa Luxemburg com Clara Zetkin, em 1910.

Nos esquemas de Marx, os consumidores externos, as classes não-produtivas da sociedade, só são incorporados como dependentes da renda dos trabalhadores e dos capitalistas, como consumidores derivados dessas duas classes fundamentais. É o caso, segundo Marx, do consumo dos reis, padres, professores, prostitutas e soldados. Nesses esquemas, a sociedade real aparece apenas como uma sociedade burguesa, formada por suas duas classes fundamentais, a classe operária e a classe capitalista, e pelos consumidores derivados delas–seus dependentes diretos e indiretos. Nesses esquemas, a sociedade capitalista produz para si mesma e segundo suas próprias metas e finalidades. Por isso, nesses esquemas não há nenhuma relação da sociedade capitalista com outras sociedades. A sociedade capitalista produz apenas para si mesma e relaciona-se apenas consigo mesma.

A produção capitalista, por isso, é apresentada por Marx como uma produção pela produção, como uma produção que se destina ao consumo humano apenas na medida em que esse consumo possa servir à reprodução ampliada do capital. Os esquemas apresentam, por isso, uma sociedade onde a meta absoluta da produção é sua constante reprodução.

Nos esquemas, operários e capitalistas são vistos como meros agentes da produção e da reprodução social do capital, e nenhum deles trabalha em vista de seus próprios interesses e finalidades. Nos esquemas, todas as classes e subclasses da sociedade trabalham e consomem em vista da reprodução social do capital. O operário deve ser reproduzido como operário e agente do trabalho e o capitalista como capitalista e agente do capital.

Para Marx, o capitalista não organiza a produção tendo em vista sua satisfação pessoal através do consumo. Para ele, o capitalista é um agente do capital que se satisfaz no processo organizando a reprodução e a valorização incessante do valor-capital. O capitalista não valoriza o capital para satisfazer a si próprio, ele se satisfaz vendo o capital se valorizar.

Rosa compreendia essa concepção expressa nos esquemas de Marx sobre a finalidade em si mesma da produção capitalista. Como dizia ela: "Não resta, pois, a menor dúvida de que Marx queria descrever o processo de acumulação de uma sociedade constituída exclusivamente de capitalistas e operários, sob o domínio geral e exclusivo do modo de produção capitalista".[4] Por isso, dizia Rosa se lamentando, "seu esquema não permite nenhuma outra interpretação a não ser a da produção pela produção".[5]

4. Idem, ibidem, p. 229.

5. Idem, ibidem.

O papel do consumo humano nos esquemas de reprodução

Nos esquemas de reprodução ampliada esquematizados por Marx no Livro II, o consumo cresce em função da produção e nunca o contrário. Nesses esquemas, a produção se expande sempre em vista de sua própria finalidade e o crescimento do consumo aparece como uma consequência dessa expansão. A questão que intrigava Rosa era a de saber como se realiza a mais-valia excedente não consumida pela classe capitalista.

Nos esquemas de reprodução analisados por Marx, o consumo da classe trabalhadora está sempre limitado pela massa geral de salários e é uma função dessa massa salarial global. O consumo da classe capitalista está limitado pela renda, ou seja, pela parte da mais-valia global destinada ao consumo improdutivo e individual do capitalista.

A questão fundamental para Rosa era saber quem consome a parte

Rosa Luxemburg, em 1908.

excedente da mais-valia não consumida pelos capitalistas. O esquema de Marx, porém, responde claramente essa pergunta. Para Marx, a mais-valia excedente é consumida pelas próprias indústrias capitalistas em seu processo de auto-expansão e de auto-valorização.

Supondo assim, que o consumo da classe trabalhadora está limitado pela massa salarial e o consumo da classe capitalista está limitado pela renda, "quem realiza, então, a mais-valia, que cresce sem parar?" [6] perguntava Rosa. "O esquema responde: são os capitalistas e somente eles. E o que fazem com essa mais-valia crescente? O esquema reponde: usam para ampliar sua produção cada vez mais", [7] diz Rosa.

O tom indignado de Rosa com as respostas fornecidas por Marx deve-se à circunstância de que nos esquemas de Marx é a produção, e não o consumo, quem dirige todo o processo de acumulação de capital. Nesses esquemas, a produção gira sempre em torno dela própria, aparecendo como princípio, meio e fim do processo. Os capitalistas e os operários aparecem neles como meros agentes do capital e do trabalho e nunca como verdadeiros agentes do consumo. O que surpreende nos esquemas elaborados por Marx, segundo Rosa Luxemburg, é o fato de que neles os agentes do consumo são os mesmos agentes da produção.

Como dizia ela, impressionada:

Esses capitalistas são, portanto, fanáticos adeptos da ampliação da produção, por amor à própria ampliação da produção. Mandam construir máquinas novas para, com elas, construírem outras máquinas novas. Daí não resulta uma acumulação de capital, mas uma produção crescente de meios de produção, sem nenhuma finalidade... [8]

Por isso, segundo Rosa, seria necessário,

Ter a ousadia e o amor ao paradoxo de Baranovski para admitir que esse incansável carrossel que se situa no vazio seja um fiel retrato da realidade capitalista e uma consequência real da teoria marxista. [9]

Os esquemas de Marx, na opinião de Rosa, estavam mais bem esclarecidos no Livro III, onde as contradições entre produção e consumo social estavam mais evidentes. Para demonstrar que os esquemas de reprodução de Marx estavam em contradição com a realidade do capitalismo moderno, Rosa citava diversos eventos da história econômica do capitalismo inglês, entre eles o papel desempenhado pelas colônias inglesas na absorção de grande parte da produção de sua indústria têxtil entre os séculos XVII e XVIII. Diz ela:

O esquema pressupõe, pois, um movimento do capital total, um movimento que se contrapõe ao andamento real do desenvolvimento capitalista. A história do modo de produção capitalista caracteriza-se, logo à primeira vista, por dois fatos: por um lado, pela expansão periódica, por saltos, do campo integral da produção e, por outro lado, pelo desenvolvimento altamente heterogêneo dos ramos distintos da produção. [10]

Segundo Rosa, a história que melhor contrariava os esquemas de Marx era a da expansão mundial da indústria algodoeira inglesa desde o século XVIII até os anos 70 do século XIX. Para ela, esta história "parece totalmente inexplicável sob o prisma do esquema marxista". [11] Segundo Rosa, nos esquemas de reprodução social do Livro II impera a falsa concepção ricardiana e burguesa da harmonia entre produção e consumo. Já no Livro III, impera a realidade da sociedade capitalista e a contradição entre produção e consumo. Segundo ela, nos esquemas do Livro II impera a falsa concepção de que a expansão da sociedade capitalista depende exclusivamente da expansão do consumo dentro da classe operária e da classe capitalista. Já no Livro III e na realidade histórica do capitalismo, essa expansão pressupõe a existência de sociedades e classes não capitalistas.

Com essa falsa contraposição entre os esquemas de reprodução de Marx e a história real do capitalismo inglês com sua expansão sobre a Índia não capitalista, no fundo Rosa estava dizendo que havia uma contradição inexplicável entre os esquemas de reprodução social do Livro II e os resultados expostos por Marx ao longo do Livro III. Essa falsa contradição entre os Livros I, II e III surgiu entre os economistas a partir da edição do Livro III por Engels em 1895. Segundo eles, haveria uma contradição entre a teoria do valor do Livro I e a teoria dos preços do Livro III. Evidentemente, esses críticos desconheciam completamente o esquema dialético da exposição de *O capital*.

Nos esquemas de reprodução ampliada do Livro II, como notava corretamente Rosa, "não existe entre a produção de mais-valia e sua realização nenhuma contradição imanente", mas, pelo contrário, existe entre ambos uma "identidade imanente". [12] Por isso, dizia ela, "a realização da mais-valia e sua acumula-

6. Idem, ibidem, pp. 230-231.
7. Idem, ibidem.
8. Idem, ibidem.
9. Idem, ibidem.
10. Idem, ibidem, pp. 236.
11. Idem, ibidem.
12. Idem, ibidem, p. 237.

Para Marx, a realização da mais-valia para fins de acumulação pressupõe uma contínua ampliação da escala de produção da sociedade, um contínuo e ininterrupto

ção constituem, no caso, aspectos de um mesmo processo; são conceitualmente idênticas".[13] Nesses esquemas,

a capacidade de consumo da sociedade não constitui, portanto, nenhum limite imposto à produção. Nele a ampliação da produção prossegue automaticamente, ano após ano, sem que a capacidade de consumo da sociedade supere suas 'condições antagônicas de distribuição'.[14]

Porém, segundo Rosa, no Livro III tudo é muito diferente. Nele o capitalismo aparece como uma força social e econômica que só pode se desenvolver mediante constante processo de crescimento e expansão para fora de suas próprias fronteiras. Enquanto nos esquemas de reprodução social do Livro II o capital gira em torno de seu próprio eixo, nas análises do Livro III o mercado "deve transcender evidentemente o consumo dos capitalistas e dos operários"[15] e se expandir para áreas não capitalistas do planeta, diz Rosa. Para superar as contradições internas da produção capitalista, como dizia o próprio Marx no Livro III, o campo externo da produção deverá se expandir continuamente.

Nos esquemas de reprodução social de Marx, a ampliação do campo externo da produção, o consumo, é obtida mediante a expansão da própria produção através da ampliação da divisão social do trabalho e da criação de novos ramos de aplicação do capital. Nos esquemas, o mercado e o consumo conseguem se expandir através da expansão das próprias relações de produção capitalistas, através do desenvolvimento das forças produtivas capitalistas e da transformação da mais-valia em novos capitais, pois nesses esquemas, como já mencionamos, existem apenas três formas de consumo, o do operário, o do capitalista e o das indústrias, e toda ampliação do consumo só poderá ocorrer sobre a base do consumo dessas três categorias. Ou seja, nos esquemas de Marx, expandir o campo do consumo é o mesmo que expandir o campo da produção, já que tudo gira em torno da produção e reprodução do capital por suas próprias forças e agentes.

Nos esquemas de Marx, não há nenhuma dependência da sociedade capitalista frente a outras sociedades e outros agentes que não seus próprios agentes: o capitalista e o trabalhador. No fundo, Marx está querendo mostrar em seus esquemas que para sobreviver em meio às suas próprias contradições, o capital precisa se expandir continuamente a partir de suas próprias bases e condições e sobre essas mesmas bases e condições.

Porém, não é assim que Rosa compreendia os esquemas de Marx. Para ela, nesses esquemas,

não existe nenhuma necessidade de ampliar o mercado continuamente além dos limites do consumo dos capitalistas e dos operários; também a capacidade limitada de consumo da sociedade não constitui nenhum obstáculo ao desenvolvimento normal e à capacidade de ampliação ilimitada da produção.[16]

Evidentemente, Rosa não compreendeu a importância dos esquemas da mesma maneira que Marx compreendia. Erroneamente, Rosa concluía dizendo que

o esquema exclui, porém, a contradição profunda e fundamental entre as capacidades de produção e consumo, da sociedade capitalista, da contradição que é decorrente da acumulação capitalista, que periodicamente procura aliviar-se por meio das crises e impele o capital para a ampliação constante do mercado.[17]

Para Rosa, a contradição entre produção e consumo estava ausente no Livro II e só aparecia no Livro III. No fundo da concepção de Rosa estava a falsa idéia, bastante divulgada entre os economistas, da contradição entre os Livros I, II e III de *O capital* e da superioridade deste último livro sobre os primeiros.

Para os esquemas de Marx, é evidente que a expansão do consumo é uma condição para a expansão da produção, que esta só pode se expandir com a condição de que se expanda o consumo, e que entre ambos existe uma contradição insuperável. Porém, para Marx e seus esquemas, essa expansão é alcançada através da expansão do capital a partir de si mesmo e sobre seus próprios fundamentos.

13. Idem, ibidem.
14. Idem, ibidem.
15. Idem, ibidem.
16. Idem, ibidem.
17. Idem, ibidem, p. 238.

desenvolvimento das forças produtivas da riqueza apoiado exclusivamente sobre o trabalho assalariado e o capital.

Para Rosa, o problema fundamental do processo de acumulação de capital girava em torno do problema da realização da mais-valia não consumida como renda pela classe capitalista e transformada em capital. Como já mostramos, mais-valia na forma de capital é aquela porção da mais-valia global que não se destina ao consumo individual do capitalista, mas à ampliação da escala social da produção. Como dizia ela:

o problema tem por base o seguinte: como se configura a reprodução social quando uma parte crescente da mais-valia não é consumida pelos capitalistas, mas é empregada na ampliação da produção?.[18]

Como os operários só podem consumir o equivalente representado pelo capital variável e os capitalistas somente o representado pelas suas rendas, torna-se naturalmente impossível para Rosa a realização da mais valia por estes setores. Por esse motivo, dizia ela, "a realização da mais-valia para fins de acumulação em uma sociedade composta só por operários e capitalistas é, portanto, um problema sem solução".[19]

É evidente que para Marx a questão posta por Rosa é uma falsa questão. Como ele demonstra em seus esquemas, a realização dessa mais-valia pressupõe uma contínua ampliação da escala de produção da sociedade, um contínuo e ininterrupto desenvolvimento das forças produtivas da riqueza apoiado exclusivamente sobre o trabalho assalariado e o capital.

Os esquemas de reprodução de Marx, que pressupõem a classe capitalista e a classe operária como os únicos agentes do consumo social, continham o erro, na equivocada opinião de Rosa, de não integrar em suas relações as esferas de consumo situadas fora das relações capitalistas. Para Rosa Luxemburg, "a realização da mais-valia exige como primeira condição um círculo de compradores fora da sociedade capitalista".[20] Para ela,

o aspecto decisivo é que a mais-valia não pode ser realizada nem por operários, nem por capitalistas, mas por camadas sociais ou sociedades que por si não produzam de modo capitalista.[21]

Os compradores externos da mais-valia

Como podemos ver, todos os argumentos de Rosa contrários aos esquemas de Marx giravam em torno de um mesmo objetivo: o de mostrar a impossibilidade da expansão capitalista sem a existência de um terceiro setor, de uma terceira classe, ou de uma terceira sociedade capazes de comprar parte da mais-valia global do sistema. Como diz Irène Petit, "a tese central de Rosa afirma a impossibilidade de encontrar tais compradores no interior de uma sociedade composta exclusivamente de capitalistas e operários".[22]

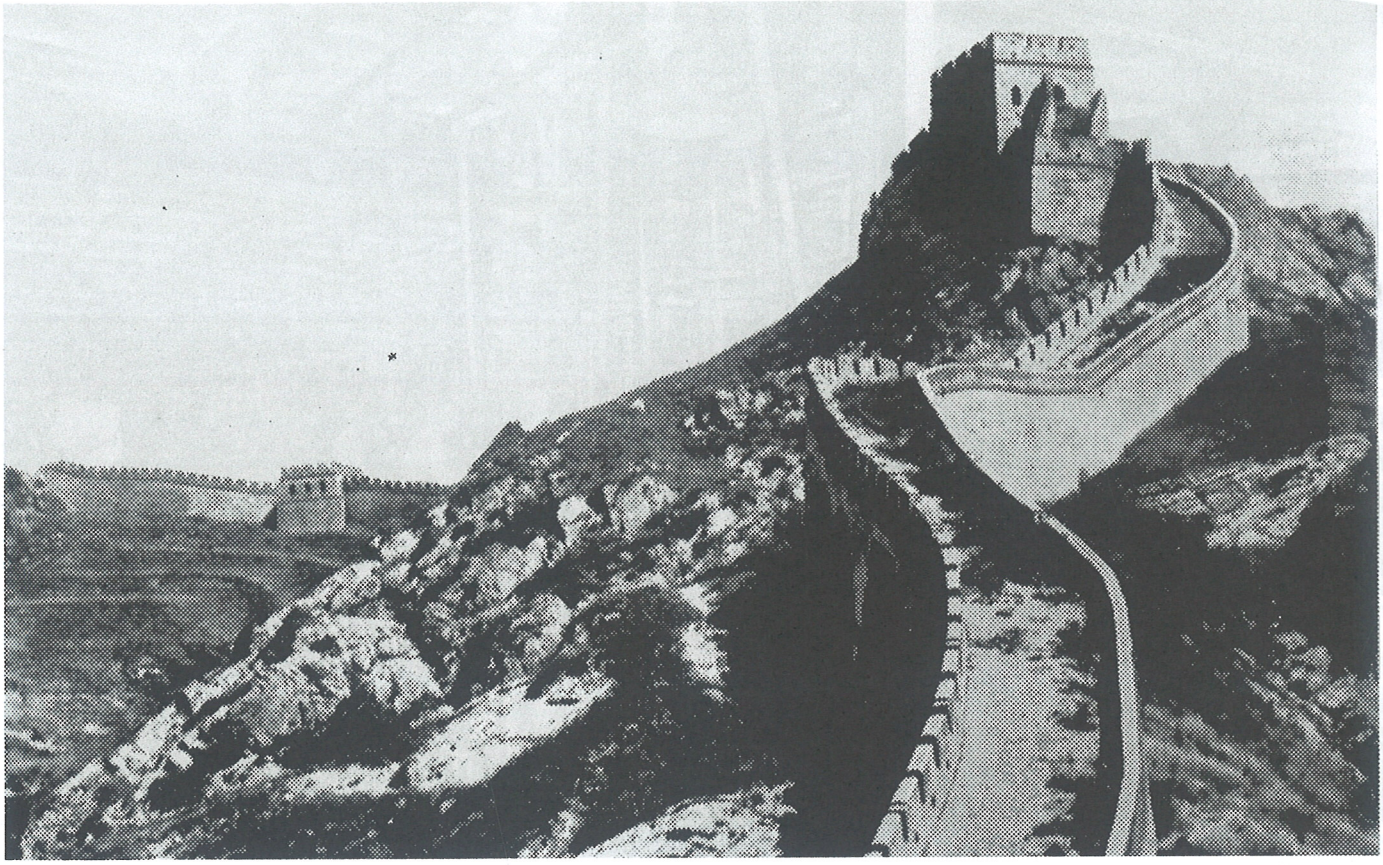
Rosa criticava os esquemas de Marx por serem esquemas fechados, acreditando que um verdadeiro esquema para a reprodução anual do capital deveria ser um esquema aberto para outras classes e sociedades não capitalistas. O ecletismo teórico de Rosa aparece com toda força nessa concepção de uma reprodução aberta para o consumo exterior e dependente dele.

Após descrever uma série de situações históricas favoráveis à realização externa da mais-valia na indústria têxtil da Inglaterra nos séculos XVIII e XIX, e as relações desta indústria com sociedades não capitalistas do Oriente, da África e da América, Rosa sentenciava dizendo que esses exemplos esclareciam o fato de que,

pelo menos a mais-valia a capitalizar e a respectiva parte que lhe corresponde na massa de produtos de cunho capitalista não podem ser realizadas no âmbito capitalista, tendo forçosamente de buscar seus compradores fora dessa área, em camadas sociais e formas de sociedade que produzam utilizando métodos não-capitalistas.[23]

Por esse motivo, Rosa definia o mercado externo como o mercado situado fora

18. Idem, ibidem, p. 241.
19. Idem, ibidem.
20. Idem, ibidem.
21. Idem, ibidem.
22. PETIT, *Préface à l'édition française de l'Accumulation du capital*. Paris : François Maspero, 1976.
23. LUXEMBURG, Op. cit., p. 246.



Rosa defendia que a mais-valia excedente tinha que se realizar em países onde predominassem formações econômicas pré-capitalistas, como China e Índia.

das relações de consumo capitalistas, composto por compradores situados em camadas sociais e sociedades externas ao modo de produção capitalista. É mercado externo por não se situar no interior das relações de consumo puramente capitalistas. Tais mercados externos não se identificam, por isso, diretamente com os mercados situados fora do país ou de determinada região capitalista.

O mercado externo para Rosa não se define por sua posição geográfica, ele pode compor-se inclusive de esferas internas aos países capitalistas, como a economia camponesa e artesanal. Mercado externo é sempre mercado de consumo marcado por relações de produção não-capitalistas e pode estar geograficamente situado tanto dentro quanto fora do país em questão. É externo em relação às relações de produção capitalistas e pode assim, constituir-se de todos os tipos de relações de produção pré-capitalistas. Trocas, por exemplo, entre indústrias de países como Inglaterra e Alemanha constituem-se em trocas internas, e troca da indústria alemã com camponeses alemães constituem-se em trocas externas.

A existência desses compradores não capitalistas da mais-valia excedente se constituiria, dizia Rosa

na condição vital para o capital e para sua acumulação e constitui dessa forma o aspecto decisivo do problema da acumulação do capital.... De uma ou de outra forma, enquanto processo histórico, a acumulação de capital depende, sob todos os seus aspectos, das camadas e sociedades não-capitalistas.[24]

Essas esferas externas atuariam, porém, não apenas como compradores e realizadores da mais-valia, mas atuariam também como fontes de meios de produção e reservatório de força de

24. Idem, ibidem, p. 251.

trabalho para os países industrializados. Por esse motivo, afirmava Rosa, "o capitalismo não pode existir sem os meios de produção e a força de trabalho dessas formações, nem sem a demanda destas do mais-produto capitalista".[25]

Na concepção fechada e dialética de Marx, o consumo da riqueza excedente produzida pela sociedade capitalista seria realizado pela própria sociedade capitalista e seus agentes. Assim, produção e consumo formam uma unidade, ainda que contraditória, no interior do sistema. No esquema aberto e eclético de Rosa, o consumo desta riqueza excedente seria realizado pelas sociedades não-capitalistas e seus agentes. No esquema de Rosa teríamos, então, um sistema dicotômico onde de um lado estaria a sociedade capitalista, com seus agentes e forças produtivas produzindo a riqueza, e de outro lado estariam as sociedades não-capitalistas funcionando como compradores consumidores desta riqueza. Teríamos um esquema nada dialético do ponto de vista dos esquemas de Marx. No fundo dessa concepção mecânica e funcional de Rosa estavam a incompreensão do caráter dialético de *O capital* e o desconhecimento completo da lógica hegeliana, aliados à sua incapacidade de aceitar que a sociedade capitalista não está regida pelo consumo, mas pela produção.

O desconhecimento e o desprezo pela dialética de *O capital* são confessados por Rosa em carta de 8 de março de 1917, endereçada da prisão ao seu amigo Hans Diefenbach. Segundo palavras da própria Rosa, a lógica expositiva do primeiro volume de *O capital* de Marx parecia-lhe abominável e para aprendê-la precisaria de uns 5 anos de trabalho árduo ou 10 anos sem direitos civis algum. Para ela, sua obra *A acumulação do Capital*, em sua forma era extremamente mais simples que a de Marx.[26]

Seria, portanto, sem a dialética de *O capital*, mas com o ecletismo do empirismo e da história que o imperialismo e as crises do capital deveriam ser explicados segundo Rosa. Assim, não seria da relação contraditória do capital consigo mesmo, mas da sua relação contraditória com os mercados externos que surgem as crises e as barreiras ao processo ininterrupto da acumulação capitalista. Para Rosa, essa relação é contraditória porque ao conquistar as nações atrasadas e ao transformá-las em nações capitalistas industrializadas, o capital estaria destruindo seus mercados externos e transformando-os em mercados internos, tornando a realização da mais-valia numa tarefa impossível de ser alcançada. Por isso dizia Rosa:

Se o capitalismo, portanto, vive de formas econômicas não-capitalistas, vive, a bem dizer, e mais exatamente, da ruína dessas formas. Necessitando obrigatoriamente do meio não capitalista para a acumulação, dele carece como meio nutriente, à custa do qual a acumulação se realiza por absorção. [27]

A concepção de Rosa Luxemburg é muito clara. Para ela, o desenvolvimento capitalista é impossível sem uma vasta extensão de áreas não capitalistas do planeta que funcionem como sociedades absorventes, como sociedades que absorvem o excedente da mais-valia global produzida pela indústria capitalista e não consumida por seus agentes. Esse meio externo não-capitalista funciona na concepção de Rosa como um meio comprador e consumidor. Os modos de produção pré-capitalistas funcionam, assim, em sua concepção, como condição fundamental para a expansão capitalista. Sem esses modos atrasados a reprodução e a expansão capitalista seriam completamente impossíveis. Seria assim, acusando Marx de elaborar análises fragmentárias, inacabadas e abstratas no Livro II, análises que não correspondiam com a realidade empírica do capitalismo, que Rosa pretendia corrigi-lo ampliando a reprodução capitalista para além de suas fronteiras externas e até os limites das nações não-capitalistas. Sem encontrar compradores para a mais-valia em expansão dentro do sistema capitalista, seriam essas nações, então, que dariam sentido à acumulação capitalista, pois seriam elas as compradoras da crescente mais-valia produzida pelos países capitalistas.

Como dizia Rosa:

Sem esses modos a acumulação de capital não pode efetuar-se. Sob esse prisma, ela consiste na mutilação e assimilação dos mesmos, e daí resulta que a acumulação do capital não pode existir sem as formações não-capitalistas, nem permite que estas sobrevivam a seu lado. Somente com a constante destruição progressiva dessas formações é que surgem as condições de existência da acumulação de capital. [28]

Seria da "dialética" entre produção interna e compra e consumo externos que viria o colapso fatal e destruidor da sociedade capitalista. A partir do momento em que essas formações sociais atrasadas fossem inteiramente conquistadas e transformadas pelo avanço planetário do capitalismo, a sociedade capitalista entraria inevitavelmente em colapso e se abriria para a revolução e o socialismo. No momento em que o esquema de Marx correspondesse completamente à realidade histórica do capitalismo, este entraria inevitavelmente em sua etapa terminal e afundaria em meio às suas próprias contradições insolúveis. Não encontrando mais mercado externo para a realização de sua mais-valia excedente, não tendo mais nenhuma nação atrasada para conquistar e transformar, o capitalismo entraria na sua fase final, a fase imperialista.

Como dizia Rosa:

A impossibilidade de haver acumulação significa, em termos capitalistas, a impossibilidade de um desenvolvimento posterior das forças produtivas e, com isso, a necessidade objetiva, histórica, do declínio do capitalismo. Daí resulta o movimento contraditório da última fase, imperialista, como período final da trajetória histórica do capital.[29]

Foi com essa concepção que Rosa Luxemburg entrou para a história do marxismo como uma autora subconsumista e fatalista.

A crise da acumulação de capital se define para Rosa, como temos visto, como produto de uma escassez crescente de mercados externos para a realização da mais-valia destinada à acumulação. A crise surge, assim, da contradição que existe entre essa necessidade intrínseca do capital por mercados externos sempre mais extensos e do efeito destrutivo que a acumulação de capital exerce sobre esses mesmos mercados. O capitalismo atingiria seu limite e esgotamento históricos no momento em que todas as nações do planeta estivessem inteiramente dominadas por suas forças produtivas. Momento esse que coincidiria com o máximo de progresso capitalista sobre o planeta.

O imperialismo surge, assim, nessa abordagem, como a política de conquista colonial das grandes potências sobre os mercados não-capitalistas situados fora do país. Por isso, dizia Rosa, "quanto mais violento, enérgico e exaustivo é o esforço imperialista na destruição das culturas não-capitalistas, mais rapidamente ele destrói a base para a acumulação do capital".[30] Uma política em defesa desses povos contra a agressão e a rapina capitalista aparece, a partir desse ponto de vista de Rosa, como uma política em contradição com o movimento objetivo do sistema capitalista, pois "o imperialismo tanto é um método histórico de prolongar a existência do capital, quanto o meio mais seguro de pôr objetivamente um ponto final em sua

25. Idem, ibidem, p. 255.

26. Vide ROSDOLSKY, *Génesis y Estructura de El Capital de Marx: estudios sobre los Grundrisse.* Quinta Edição. México: Siglo Veintiuno Editores, 1986, p. 540. Vide também BLANC, Rosa Luxemburg and the global violence of capitalism (http://www.marxsite.com/Rosa).

27. LUXEMBURG, Op. cit., p. 285.

28. Idem, ibidem.

29. Idem, ibidem.

30. Idem, ibidem, p. 305.

Para Rosa, o militarismo desempenha na história do capitalismo um papel não apenas bélico, mas um papel similar ao desempenhado pelas economias não-capitalistas.

existência".[31]

O capital atingiria naturalmente seu declínio ou colapso, porque através da conquista imperialista reduzia-se cada vez mais o número de mercados externos não-capitalistas capazes de servirem como escoadouros da mais-valia produzida no centro industrial do planeta. Lutar pela conservação dessas culturas e sociedades atrasadas seria uma política anti-revolucionária porque atrasaria o colapso final do sistema e porque lhe daria uma sobrevida que em nada interessaria ao movimento operário e socialista internacional. Sob esse ponto de vista, não faltam motivos para que o marxismo seja acusado de ser uma concepção europeísta e positivista da história humana.

O desenvolvimento da acumulação de capital e do imperialismo suscita, ainda, as guerras e o desenvolvimento de um ramo especial da produção, o da indústria bélica. Segundo Rosa, o militarismo desempenha na história do capitalismo um papel não apenas bélico e conquistador, mas um papel similar ao desempenhado pelas economias não-capitalistas. Ao desenvolver o setor armamentista, o Estado desenvolve ao mesmo tempo um ramo de investimento de capital livre das amarras do consumo interno, pois a produção armamentista não está destinada ao consumo humano, mas, sim, à destruição da riqueza e das forças produtivas em ação na sociedade.

A realização da mais-valia do setor armamentista não ocorre no consumo, mas através das guerras de conquista. Ao desenvolver o setor bélico, o imperialismo desenvolve um setor da produção que não depende do consumo humano para se realizar, mas apenas das guerras. Por isso, as guerras da fase imperialista estão indissociavelmente ligadas à economia e à decadência geral do sistema.

O militarismo, porém, não abole, segundo Rosa, as contradições do sistema capitalista, mas, ao contrário, ele potencializa e acirra ainda mais as contradições. Em primeiro lugar, o imperialismo aprofunda ainda mais a crise do capital ao aprofundar a pobreza geral dos camponeses e da classe trabalhadora dos países mais avançados, pois é sobre a renda e o salário deles que recai a maior parte dos impostos necessários para sustentar a política bélica desses países. Em segundo lugar, o imperialismo aprofunda sua própria crise ao destruir a indústria artesanal e a população consumidora dos países atrasados e ao convertê-los em agentes internos da acumulação capitalista. Por isso, dizia Rosa:

Quanto mais o capital, por meio do militarismo, liquida com a existência de camadas não-capitalistas e reduz as condições de vida das classes trabalhadoras, mais a história cotidiana da acumulação de capital no cenário mundial transforma-se em uma série de catástrofes e convulsões políticas e sociais que, em combinação com as catástrofes econômicas periódicas (em forma de crises), inviabilizam a acumulação ao mesmo tempo que tornam imprescindível a rebelião da classe operária internacional contra a dominação do capital, antes mesmo que essa dominação tropece economicamente nas barreiras naturais que ela mesma criou.[32]

A solução interna de Marx ao problema da realização da mais-valia

O recurso de Rosa às terceiras pessoas e a um mercado externo não capitalista para resolver o problema da realização do sobreproduto social tem o defeito de não ser um recurso dialético ao problema da realização da mais-valia. Na concepção de Marx, o capital é um movimento automático de valorização do valor que põe e resolve, ainda que de

31. Idem, ibidem.

32. Idem, ibidem, pp. 319-320.

forma precária e transitória, suas próprias contradições imanentes sem a necessidade de buscar soluções externas.

Em várias passagens de sua obra, Marx enfatiza que a produção capitalista constitui-se numa produção pela produção, numa produção que tem uma finalidade em si mesma, numa produção para o capital e não para os homens, numa produção que tem o capital como ponto de partida e de chegada como produtor e consumidor de todos os produtos por ele criado. Os esquemas de reprodução social do Livro II expressam muito bem essa característica do capital. O erro de Rosa pode ser atribuído, em parte, às conclusões exageradas de Tugan-Baranovsky, que a partir de uma leitura simplista desses esquemas concluíra que o capitalismo poderia eternizar seu movimento de valorização do valor, apoiando-se exclusivamente na demanda industrial e não na demanda dos consumidores.

O termo expansão do campo externo da produção utilizado por Marx em *O capital*[33] para referir-se ao consumo dos produtos do capital por seus próprios agentes, e que Rosa interpreta com o sentido de externo às relações de consumo capitalistas, não elimina o impulso do capital a se valorizar vendendo para as esferas não capitalistas do planeta.

Para Marx, as contradições do capital só podem resolver-se transitoriamente conservando-as em escalas progressivamente mais elevadas. A expansão das relações capitalistas de produção gera e desenvolve dentro de seu próprio movimento, ainda que de forma contraditória, relações de consumo também capitalistas.

Como dizia Lenin:

O "mercado interno" para o capitalismo é criado pelo próprio capitalismo em desenvolvimento, que aprofunda a divisão social do trabalho e decompõe os produtores diretos em capitalistas e operários. O grau de desenvolvimento do mercado interno é o grau de desenvolvimento do capitalismo no país.[34]

As formas capitalistas de expandir o mercado interno constantemente expostas por Marx em *O capital* podem ser resumidas nas seguintes:

1. Ampliação da divisão social do trabalho e da formação de novos ramos de produção antes inexistentes;

2. Revolucionamento científico das condições de produção e lançamento contínuo de novos produtos no mercado;

3. Desintegração da produção artesanal independente e integração da massa de produtores falidos às relações assalariadas de trabalho e consumo;

4. Aumento da escala de produção através do emprego de todas as forças produtivas disponíveis dentro da própria sociedade;

5. Associação da produção capitalista com a pequena propriedade de base familiar;

6. Aceleração da rotação anual do capital. Essa aceleração da rotação anual do capital tem o efeito de ampliar o crédito monetário à disposição da sociedade capitalista para ser convertido em capital dentro da própria sociedade capitalista;

7. Em suma, o mercado externo é formado através da expansão das próprias relações de produção capitalistas e do desenvolvimento das forças produtivas do próprio capitalismo. Como dizia Rosdolsky, citando Max:

A contradição deste modo capitalista de produção consiste precisamente na sua tendência ao desenvolvimento absoluto das forças produtivas, a qual entra permanentemente em conflito com as condições específicas de produção dentro das quais se move o capital, e que são as únicas dentro das quais pode mover-se.[35]

Porém, para resolver o problema das contradições da realização da mais-valia, Rosa buscou refúgio em elementos externos ao capitalismo, nas chamadas terceiras pessoas e nas áreas não-capitalistas do mundo.

Acreditamos, ao contrário de Rosa, que, para Marx, a expansão do campo externo da produção é realizada na expansão da própria produção capitalista e de suas correspondentes relações de distribuição e consumo. É verdade que essa expansão se realiza destruindo as nações atrasadas do planeta e convertendo-as em nações capitalistas. Mas essa destruição não significa, de modo algum, uma diminuição do mercado consumidor, como pensava Rosa, mas sim, uma expansão desse mesmo mercado.

33. MARX, *O capital: crítica da economia política.* São Paulo: Nova Cultural, livro III, volume IV, 1988, p. 176. Nesta passagem, Seção Terceira onde é exposto o problema da lei da queda tendencial da taxa de lucro, Marx refere-se ao movimento imanente do capital a procurar novos mercados externos capazes de superarem as contradições internas da valorização do valor e da mais-valia em constante crescimento. Diz Marx: "A contradição interna procura compensar-se pela expansão do campo externo da produção". É a partir desta passagem que Rosa desenvolve sua concepção sobre o que seria um mercado externo para Marx.

34. LENIN, *O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia*, São Paulo: Nova Cultura, 1982, pp. 30 a 33.

35. ROSDOLSKY, Op. cit., p. 538.

A crítica de Lenin

Acreditamos que a resposta de Lenin ao problema dos mercados em sua polêmica com os populistas russos serve, em certa medida, como resposta ao falso problema de Rosa Luxemburg. Os populistas russos acreditavam que devido à expropriação camponesa, à destruição do mercado interno e às limitações do mercado externo para um país atrasado como a Rússia, não haveria nenhuma possibilidade de um desenvolvimento capitalista na Rússia no início do século XX.

Contra esse ceticismo populista, Lenin apresentava três objeções importantes que bem poderiam ser endereçadas à Rosa Luxemburg. Em primeiro lugar, a necessidade do mercado externo para um país capitalista não é, em absoluto, determinada pelas leis da realização do produto social. Essa necessidade está determinada, dizia Lenin, "pelo fato de que o capitalismo resulta de uma circulação de mercadorias largamente desenvolvida, que ultrapassa os limites de um país".[36]

Em segundo lugar, a correspondência entre as partes isoladas da produção social é incessantemente violada na sociedade capitalista, por causa do isolamento dos diferentes produtores que trabalham para um mercado desconhecido. Essa falta de correspondência, dizia Lenin, deve-se ao fato de que

os diferentes ramos da indústria, que servem de mercado uns para os outros, não se desenvolvem uniformemente, mas se ultrapassam reciprocamente, e o ramo mais desenvolvido procura um mercado externo.[37]

É essa falta de sincronia entre os diferentes ramos da produção e a dificuldade de se encontrar um comprador para seus produtos que levam o capital a se expandir para fora e para além de si mesmo. Mas, como dizia Lenin, "isso não significa, absolutamente, que 'é impossível, para um país capitalista, realizar a mais-valia', como se dispõe a concluir o populista com ar profundo".[38] Esse deslocamento do capital para além de suas próprias fronteiras nacionais "expressa apenas a desproporção que existe no desenvolvimento dos diferentes ramos industriais".[39]

A terceira objeção de Lenin ao ceticismo populista diz respeito ao caráter mundial da produção capitalista. A produção capitalista, diferentemente da

36. LENIN, Op. cit., pp. 30 a 33.
37. Idem, ibidem.
38. Idem, ibidem.
39. Idem, ibidem.

Vladimir Ilyitch Ulianov, Lenin.

antiga produção corporativa medieval restrita aos limites da cidade e dirigida a um mercado local previamente conhecido, necessita expandir-se a todos os rincões do planeta. A expansão do capitalismo sobre todos os povos do planeta não é apenas uma consequência da necessidade de realização da mais-valia e de uma terceira categoria de consumidores para seus produtos. Essa expansão já está posta no próprio conceito de capital e na própria origem cosmopolita do capital, dizia Lenin.

A crítica de Bernstein e Chesnais

Eduard Bernstein também não concordava com as concepções de Rosa Luxemburg. Em sua polêmica com ela, Bernstein utilizava um argumento empírico que consideramos relevante. Segundo ele, "na estatística do comércio dos grandes países industriais o papel mais importante é assumido indubitavelmente pela exportação para os tradicionais países importadores".[40]

Para provar seu argumento contrário ao de Rosa e mostrar que a maior parte da riqueza global do capitalismo era transacionada entre os próprios países capitalistas e não entre estes e as colônias, Bernstein citava o valor das exportações da Inglaterra para toda a Ásia austral. Segundo ele, o valor dessas exportações não alcançava sequer o valor das exportações da Inglaterra para a França. Bernstein também citava o caso da relação da Inglaterra com a América.

Segundo Bernstein, o valor das exportações da Inglaterra para o Canadá não alcançava sequer o valor das exportações para a Rússia. A soma das exportações para esses dois setores coloniais juntos, que possuíam uma idade e extensão respeitáveis, não chegava a igualar a soma do comércio da Inglaterra com a Alemanha.

Segundo ainda Bernstein, o comércio exterior da Inglaterra com todas as suas colônias, incluindo-se o enorme império da Índia, não representava nem sequer um terço de seu comércio com o resto do mundo.[41]

Bernstein conseguia perceber, mesmo sem fundamentar seus argumentos no estudo teórico do problema, que o desenvolvimento capitalista na era imperialista tendia a desenvolver-se muito mais entre os próprios países já desenvolvidos, do que entre estes e o resto do mundo ainda não desenvolvido

Eduard Bernstein

Roman Rosdolski

40. BERNSTEIN, "Las Premisas del Socialismo y las Tareas de la Socialdemocracia". In: COLLETTI (org.), p. 155.
41. Idem, ibidem.

Lenin discursa durante a Revolução de Outrubro de 1917.

ou em vias de desenvolvimento.

Ainda que as colônias sejam importantes para o desenvolvimento do capital instalado nos países europeus, Bernstein já percebia que o capitalismo expandia-se muito mais sobre seus próprios pés do que sobre a cabeça das nações mais atrasadas e dominadas do planeta.

Exemplo semelhante e bem mais recente que demonstra a atualidade dos esquemas de reprodução ampliada de Marx e o erro de Rosa Luxemburg pode ser verificado em *A Mundialização do Capital*, de François Chesnais.[42] Nessa obra, Chesnais demonstra através de uma vasta série de estatísticas que os fluxos de capital no mercado internacional se realizam predominantemente entre a tríade EUA, Japão e Europa rica, e não entre essa tríade e o resto do mundo.

Chesnais demonstra em sua obra que a integração da produção mundial se realiza cada vez mais entre os países desenvolvidos do planeta do que entre estes e os países não desenvolvidos. Chesnais demonstra ainda, contra o pensamento de Rosa, que uma vasta esfera já industrializada do planeta encontra-se em vias de uma desindustrialização repentina. Demonstra ainda que certas regiões pobres e subdesenvolvidas do planeta nunca se desenvolveram e nem se desenvolverão, no sentido capitalista do termo. Essas regiões não oferecem nenhum interesse aos países centrais, exceto suas riquezas naturais, e estão se destruindo em guerras tribais, religiosas e nacionais, como ocorre em certas regiões da África e da Ásia.

Mais do que encontrar compradores para seus produtos, o imperialismo busca em suas colônias novas fontes de matérias primas e força de trabalho barata para suas indústrias. A exportação de capital realizada pelo imperialismo às colônias da Ásia e da América é muito mais o resultado da escassez desses elementos do que a necessidade de encontrar um terceiro setor da sociedade que funcione como um setor absorvente do excesso de riqueza produzida no centro do planeta.

A crítica de Rosdolsky

Roman Rosdolsky, um dos primeiros estudiosos da relação entre *O capital* de Marx e a dialética hegeliana, considera que Rosa subestimou no pensamento de Marx a assim chamada herança hegeliana e, por isso, não compreendeu com total clareza a estrutura dialética de *O capital*. Como diz ele, a interpretação errônea dos esquemas de reprodução por parte de Rosa "parece estar enraizada na compreensão insuficiente da metodologia da obra de Marx".[43] Rosa "subestimou a importância da assim chamada 'herança hegeliana' do pensamento de Marx, e por isso não compreendia com total clareza a estrutura de sua obra".[44]

Rosdolksy cita em nota de rodapé (nota 123) a carta já citada acima por nós, onde Rosa reclamava da complexidade da dialética de *O capital* e da lógica hegeliana, comentando que isso demonstrava o quanto Rosa passava por cima do conteúdo dialético da obra de Marx. Por desconhecer o caráter dialético da obra de Marx e por acreditar que os esquemas do Livro II deviam corresponder inteiramente à realidade empírica da acumulação capitalista, "Rosa Luxemburg entendeu mal o papel que cabe ao modelo de uma sociedade puramente capitalista na obra de Marx", [45] diz Rosdolsky, buscando, por isso, uma solução externa e não dialética ao problema da acumulação capitalista.

O preconceito de Rosa com a dialética de *O capital* a impediu de compreender que somente num modelo livre de toda interferência externa e perturbadora poderiam ser percebidas as tendências evolutivas da sociedade capitalista.

42. CHESNAIS, *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.

43. ROSDOLSKY, Op. cit., p. 540.

44. Idem, ibidem.

45. Idem, ibidem, 541.

Desconhecedora da dialética de *O capital*, Rosa tomou os esquemas abstratos e provisórios de Marx como algo estático e acabado, e não como momento de um pensamento vivo e em movimento que seria concluído apenas com a exposição do Livro III.

O modelo de uma sociedade puramente capitalista em Marx tinha em vista demonstrar exatamente o que Rosa não conseguia perceber: que dentro de certos limites e condições, a sociedade capitalista prescinde completamente de quaisquer elementos externos para se desenvolver, como o Estado e a existência de terceiras pessoas para consumir a riqueza excedente por ela mesma produzida. Por isso, como diz Rosdolsky:

Ao haver passado isto por alto, Rosa Luxemburg não levou em conta que todos os resultados da análise do processo da reprodução do tomo II somente podiam ser de índole provisória, isto é, que necessitavam ser completados com as etapas ulteriores e mais concretas da análise.[46]

O erro elementar de Rosa Luxemburg ao criticar Marx foi o de desconhecer a dialética de *O capital* e o caráter abstrato e provisório do Livro II. Rosa errou por querer encontrar na empiria e nos fatos, que podem ser facilmente contestados por novos fatos, argumentos para criticar uma obra de crítica filosófica a essa mesma visão factualista e empirista do sistema capitalista, a visão dos economistas.

Conclusão

Na visão de Rosa, os esquemas de Marx eram demasiadamente simplistas, chegando aos mesmos resultados de J. B. Say e David Ricardo, que acreditavam no ajustamento automático dos mercados e na impossibilidade de crises econômicas pelo excesso de produção. Para Ricardo, eram a produção e a oferta que ditavam a ordem do mercado e, num ambiente de livre concorrência, a oferta criaria automaticamente sua própria procura.

Malthus, um dos mais atrasados economistas clássicos e considerado um vigarista e plagiador por Marx, não acreditava nessa concepção de Ricardo e defendia a necessidade da produção capitalista buscar compradores para a mais-valia excedente dentro da classe dos proprietários fundiários. Seriam esses proprietários que, fora das relações de produção capitalista e vivendo da renda fundiária paga pela classe dos arrendatários capitalistas, atuariam como agentes consumidores da riqueza excedente. Assim, a sociedade capitalista atuaria no esquema de Malthus como sociedade responsável pela produção da riqueza, enquanto a classe parasitária dos proprietários fundiários atuaria como sociedade compradora e consumidora da riqueza excedente.

Como podemos perceber, na base de toda a argumentação de Rosa contra Marx estava esse mesmo argumento falacioso de Malthus contra Ricardo. Desse modo, muito antes de Keynes nos anos 40 do século XX, foi Rosa Luxemburg quem desenterrou o cadáver esquecido do reverendo Malthus, que dirigira sua crítica reacionária contra a Economia Clássica inglesa para criticar Marx e *O capital.*

Por isso, não foi sem motivos que *A acumulação do capital* de Rosa Luxemburg foi mais tarde elogiada pelos economistas como uma obra precursora da moderna teoria da demanda efetiva, teoria que encontrará em Keynes seu maior expoente. Seria corrigindo essa deficiência de demanda identificada por Malthus e Rosa Luxemburg que Keynes e os economistas, como Kalecky e Joan Robinson, pensaram poder evitar ou atrasar a eclosão das crises e da revolta da classe operária contra os efeitos devastadores sobre suas condições de vida.

Em seu afã de derrotar a direita socialdemocrata alemã, Rosa Luxemburg não combateu apenas Bernstein e Tugan-Baranovsky. Ela combateu sobretudo Marx. Carente de uma concepção dialética sobre *O capital* e sobre o caráter provisório do Livro II e dos esquemas de reprodução social do capital, ela acabou somando-se aos seus adversários na tarefa de negar Marx e *O capital* sem compreendê-los adequadamente. Desconhecedora do caráter dialético do pensamento de Marx, Rosa acabou conduzindo suas análises para o campo do positivismo e do economicismo, o mesmo campo que pretendia combater e derrotar.

Enquanto Bernstein atribuía à máquina burocrática do partido a tarefa de lutar pelo socialismo dentro do parlamento, Rosa atribuía à dinâmica espontânea e natural da economia capitalista a tarefa de destruir historicamente a própria sociedade capitalista. A luta de classes e a tomada revolucionária do poder apareceriam como resultado natural e espontâneo desse mesmo dinamismo econômico. Organizar um partido de quadros, de combate e rigidamente hierarquizado, como defendia Lenin, seria uma utopia jacobinista e blanquista que se chocava com essa dinâmica espontânea do sistema e do movimento operário. Para ela, a classe operária se auto-organizaria espontaneamente em meio ao movimento de crise e colapso fatal da acumulação capitalista. Para ela, a consciência revolucionária não viria do partido, como concebia de certa maneira Lenin, mas viria sim do próprio movimento objetivo do sistema capitalista em crise. Nesse esquema de Rosa, a consciência revolucionária da classe operária apareceria como mero fenômeno ou reflexo da economia.

Foi a crença mística no domínio mecânico da economia sobre a consciência do proletariado, na espontaneidade do movimento operário, na greve geral de massas e no positivismo dos fatos que levaram Rosa a considerar a organização partidária de Lenin como uma organização burocrática semelhante ao Partido Social Democrata Alemão de Kautsky e Bernstein, podendo, por isso, ser dispensada pelo movimento operário.

Rosa não estaria errada, segundo Lenin, apenas porque discordava de suas concepções de partido e por causa de seu espontaneísmo revolucionário. Rosa errou porque seu pensamento era abertamente positivista, economicista, eclético e revisionista, tanto quanto o pensamento de seu inimigo Bernstein. ■

46. Idem, ibidem. Sobre o caráter dialético de *O capital,* ver os seguintes trabalhos: BENOIT, "*Sobre a crítica (dialética) de O capital*". In: *Revista Crítica Marxista*, nº 3. São Paulo: Xamã, 1996. Idem, "Sobre o desenvolvimento (dialético) do Programa". In: *Revista Crítica Marxista*, nº 4, São Paulo: Xamã, 1997. BENOIT & ANTUNES: "A exposição dialética do conceito de crise em *O capital*". In: Revista Maisvalia, nº 2. São Paulo: Týkhe, 2008. Idem, *O movimento dialético do conceito de crise em O capital de Karl Marx.* São Paulo: Týkhe, 2009.

A RENDA DA TERRA EM MARX

Fabio Luis Barbosa dos Santos*

Este trabalho é uma exploração em torno ao tema da renda da terra, tal como é desenvolvido na seção VI do livro III de *O capital*.

Nossa atenção concentra-se nos capítulos iniciais e finais da seção, concedendo menor relevância ao minucioso desenvolvimento acerca das modalidades da renda diferencial, que parecem orientados, sobretudo, a refutar conclusivamente a tese ricardiana.[1]

O trabalho organiza-se em duas partes: em primeiro lugar, procuraremos reconstruir os conceitos e a argumentação central de Marx em relação ao tema da renda da terra.

A segunda parte divide-se em três itens: 1) uma nota bibliográfica sobre o tema; 2) uma tentativa de sistematização dos argumentos referente à contradição entre a renda da terra e o desenvolvimento do capitalismo, recorrendo à citações do texto, sob o risco de incorrer em repetição e 3) algumas observações gerais finais.

A renda da terra na seção VI do livro III de *O capital*

Para Marx, a renda fundiária é a soma paga pelo arrendatário pelo uso da terra. É, portanto, a forma em que a propriedade da terra se realiza economicamente — ou seja, se valoriza. A premissa dessa realização é o monopólio da propriedade fundiária, como pressuposto histórico e fundamento do modo de produção capitalista.

A agricultura capitalista tem duas especificidades.

Primeira especificidade: na medida em que o processo produtivo submete-se aos desígnios de valorização do capital, está franqueado o caminho para uma racionalização da agricultura, expressa principalmente na associação da pesquisa científica e da maquinaria à produção, e na tendência à exploração agrícola em grande escala, que viabiliza essa associação. Em síntese, permite-se que a agricultura seja exercida socialmente.

Como contraponto ao deslanche proporcionado por essa produção socializada, Marx faz comentários, em outra passagem, a respeito da pequena propriedade:

A propriedade parcelária exclui por natureza: o desenvolvimento das forças produtivas sociais do trabalho, formas sociais do trabalho, concentração social dos capitais, criação de gado em larga escala, aplicação progressiva da ciência.[2]

Segunda especificidade: no modo de produção capitalista a propriedade fundiária é reduzida *ad absurdum*, ou seja, recebe sua forma puramente econômica, eliminando todos os seus antigos ornamentos e amálgamas políticos e sociais. Em uma palavra, a terra torna-se mercadoria.

1. Visando superar a teoria ricardiana, Marx decompôs conceitualmente a renda da terra em renda absoluta e renda diferencial I e II. De forma sintética, Marx associa a renda absoluta à propriedade privada, inerente à exploração da terra no modo de produção capitalista. Seria uma espécie de privilégio mínimo auferido pelo proprietário fundiário, adquirindo a feição de um tributo que a sociedade paga para explorar a terra. A renda diferencial está associada a recursos que viabilizam um rendimento superior ao preço agrícola médio, o que pode estar vinculado a elementos naturais como solos férteis e localização privilegiada (renda diferencial I) ou ao investimento de capital buscando intensificar a produção (renda diferencial II).

2. Karl Marx. *O capital*. São Paulo, Nova Cultural, 1986. Livro III, 2º tomo, cap. XLVII, p. 262

* Doutorando em História Econômica pela Universidade de São Paulo e professor de História da América na Universidade de Guarulhos.

Marx sublinha o aspecto meritório dessa transformação produzida pelo capitalismo em relação ao modo de produção que lhe antecedeu, ao mesmo tempo em que salienta a total pauperização dos produtores diretos como a condição em que está assentado esse processo histórico.

A seguir, Marx procede a uma cuidadosa diferenciação entre renda e juro na esfera da produção agrícola. Essa distinção é fundamental para a oposição posteriormente desenhada entre o proprietário fundiário e o capitalista, referenciada na limitação que a renda fundiária estabelece para o próprio desenvolvimento do capitalismo.[3]

Embora a fonte de ambos radique em última instância na geração da mais-valia, a renda assenta-se exclusivamente sobre a propriedade da terra, enquanto o juro encontra lastro econômico em melhorias investidas pelo capitalista sobre a terra. Assim, o segundo encontra-se referido em última análise à geração de valor e, portanto, ao trabalho—diferente da mera propriedade da terra, que não tem relação com o valor ou com o trabalho.

Por esse motivo, o preço de uma terra não pode estar ancorado no valor, mas na renda fundiária que proporciona, calculada de acordo com a taxa média de juros. O preço da terra é, portanto, renda capitalizada.[4]

A progressiva incorporação de capital fixo à terra revela um primeiro mecanismo que acresce o poder do proprietário fundiário às expensas do desenvolvimento capitalista, e que ao mesmo tempo o coíbe: uma vez amortizado o investimento de capital realizado, esse capital alheio incorporado à terra passa às mãos do proprietário fundiário, e integra-se à sua renda—sem risco ou esforço. Por outro lado, esse mecanismo tem evidente efeito inibidor sobre o investimento de capital na terra alheia e, portanto, ao desenvolvimento do capitalismo.

Um segundo mecanismo relaciona uma tendência ascendente do preço da terra à lei da queda tendencial da taxa de lucro, desenvolvida pelo autor em capítulos precedentes. Isso porque o preço da terra tende a subir com a baixa da taxa de juros, na medida em que é a renda capitalizável que referencia o preço da terra e, permanecendo constante o montante da primeira, com a queda dos juros passa a encarnar um rendimento proporcional a uma soma maior de capital investido. E como em última análise os juros estão referenciados ao lucro—e à taxa de mais-valia—a lei da queda tendencial da taxa de lucro repercute na taxa de juros e, por consequência, no preço da terra.

A pequena propriedade exclui a cooperação e a industrialização, portanto, o desenvolvimento das forças produtivas

As consequências desse raciocínio são pouco exploradas no texto. Esboçaremos algumas projeções a partir desse ponto na segunda parte do trabalho.

Em síntese, verifica-se uma contradição na medida em que o desenvolvimento do trabalho social como um todo e o progresso capitalista da agricultura, em particular, produzem o fortalecimento do poder do proprietário fundiário, que não colabora com esse dinamismo, mas é antes por ele levado. E pelo contrário: a prevalência da renda da terra condiciona e limita o progresso ulterior do capitalismo, na medida em que estabelece um patamar diferenciado de investimento de capital e geração de lucro em relação aos demais setores produtivos, alicerçado em última instância na propriedade monopolista do solo.

É esse o ponto de chegada da análise que Marx faz a seguir, da renda diferencial e da renda absoluta da terra. Seu propósito é revelar que, para além da renda diferencial que emerge assentada no sobrelucro proporcionado por condições de produção particularmente favoráveis—principalmente fertilidade e localização—em uma circunstância onde o preço de produção do pior solo é sempre o preço regulador de mercado, a renda absoluta apresenta-se como uma espécie de imposto incontornável, que o conjunto da sociedade paga pelo caráter monopolista da propriedade do solo.

A formação do sobrelucro e a sua transferência do arrendatário para o proprietário fundiário pressupõem que os diferentes preços de produção individuais reais tenham sido reduzidos a um preço de produção médio individual, circunstância que só se apresenta em um contexto de integração de mercado característico do desenvolvimento capitalista. Renda diferencial, nesse contexto, nada mais é do que a metamorfose formal do sobrelucro em renda.

No entanto, a mera existência da propriedade fundiária faz com que o investimento de capital encontre seu limite muito antes do que seria dado pela realização regular do preço de produção, dada a necessidade artificial de responder pela renda fundiária, o que eleva os preços de produção. Nesse contexto, não é a elevação do preço que gera a possibilidade da realização da renda diferencial, mas a própria existência da renda é razão do aumento prévio e mais rápido do preço de produção geral.

Esse bloqueio ao desenvolvimento da agricultura é evidenciado na análise da renda absoluta, quando Marx comprova o pagamento de um tributo social ao proprietário da terra mesmo onde não se apresentam as condições para a extração da renda diferencial. Em outras palavras, a renda fundiária revela-se componente intrínseco, ao mesmo tempo causa e consequência da propriedade privada da terra no capitalismo.

Isto porque, no capitalismo, o proprietário só arrendará suas terras quando elas proporcionarem renda, ou seja: quando o preço de mercado estiver acima do preço de produção, gerando o que seria um sobrelucro ao arrendatário—se este não tivesse de ceder o excedente ao proprietário sob a forma de renda. Nessa circunstância, o preço regulador do mercado na agricultura não é, como nos demais setores, igual ao preço de produção, mas é este acrescido da renda.

3. A confusão entre renda fundiária e juro, para Marx, radica-se no fato de ser esta a forma que a renda assume do ponto de vista do comprador de terra. É, portanto, uma modalidade de fetiche.

4. "Para vender uma coisa é preciso apenas que seja monopolizável e alienável." Karl Marx. *O capital*. São Paulo, Nova Cultural, 1986. Livro III, 2º tomo, cap. XXXVII, p. 137.

Dentro do próprio capitalismo, a renda da terra também impede o desenvolvimento das forças produtivas.

A renda absoluta se faz viável porque, em geral, é baixa a composição orgânica de capital no campo em relação ao setor industrial. Nessa circunstância, os produtos agrícolas são vendidos sempre acima do preço de produção, proporcionando um excedente de valor sobre o preço de produção, de onde provém a renda[5]. Na hipótese de aumento na composição média do capital agrícola, onde este alcançasse o nível do setor industrial, a renda absoluta desapareceria.

É preciso atentar para o fato de que a existência de um excedente do valor dos produtos agrícolas acima de seu preço de produção não é condição suficiente para a realização da renda absoluta, já que a mesma situação ocorre em ramos do setor industrial e o preço desses produtos é formado de acordo com as regras convencionais—envolvendo a formação do lucro médio, preço de produção, a proporção dos capitais adiantados etc.

A questão é que os produtos agrícolas serão sempre vendidos por um preço de monopólio, não pela relação entre preço e valor, mas porque seu preço de mercado está sempre acima de seu preço de produção. Seu monopólio consiste em não serem nivelados ao preço de produção, como ocorre com outros produtos industriais cujo valor está acima do preço de produção geral. E é só devido ao monopólio da propriedade fundiária que o excedente de valor dos produtos agrícolas sobre o seu preço de produção pode tornar-se fator determinante no seu preço geral de mercado.

Evidenciam-se, assim, as travas que a propriedade fundiária significa para o desenvolvimento da produção social global: de um lado, configura uma barreira para o investimento de capital e para a valorização do mesmo na terra; de outro, ao elevar os preços de mercado dos produtos agrícolas acima dos preços de produção, impõe uma espécie de tributo ao conjunto da sociedade, que banca, através do consumo, a renda fundiária.

O limite dessa renda está dado, sobretudo, pela necessidade e pela capacidade de pagamento dos consumidores (característica, aliás, dos preços de monopólio autênticos), mas também pela concorrência de produtos importados e pela concorrência entre os próprios proprietários fundiários, inclusive a possibilidade de investimentos adicionais nos antigos arrendamentos.

Ainda: depende da situação geral de mercado até que ponto a mais-valia gerada acima do lucro médio é absorvida como renda ou entra na nivelação geral da mais-valia para formar o lucro médio[6]. A renda da terra subtrai ao capitalista não apenas parte da mais-valia acima do lucro médio, mas da mais-valia em geral:

A renda constitui, então, uma parte do valor, mais especificamente da mais-valia das mercadorias, só que, em vez de reverter para a classe capitalista, que a extraiu dos trabalhadores, reverte para os proprietários de terras, que a extraem dos capitalistas.[7]

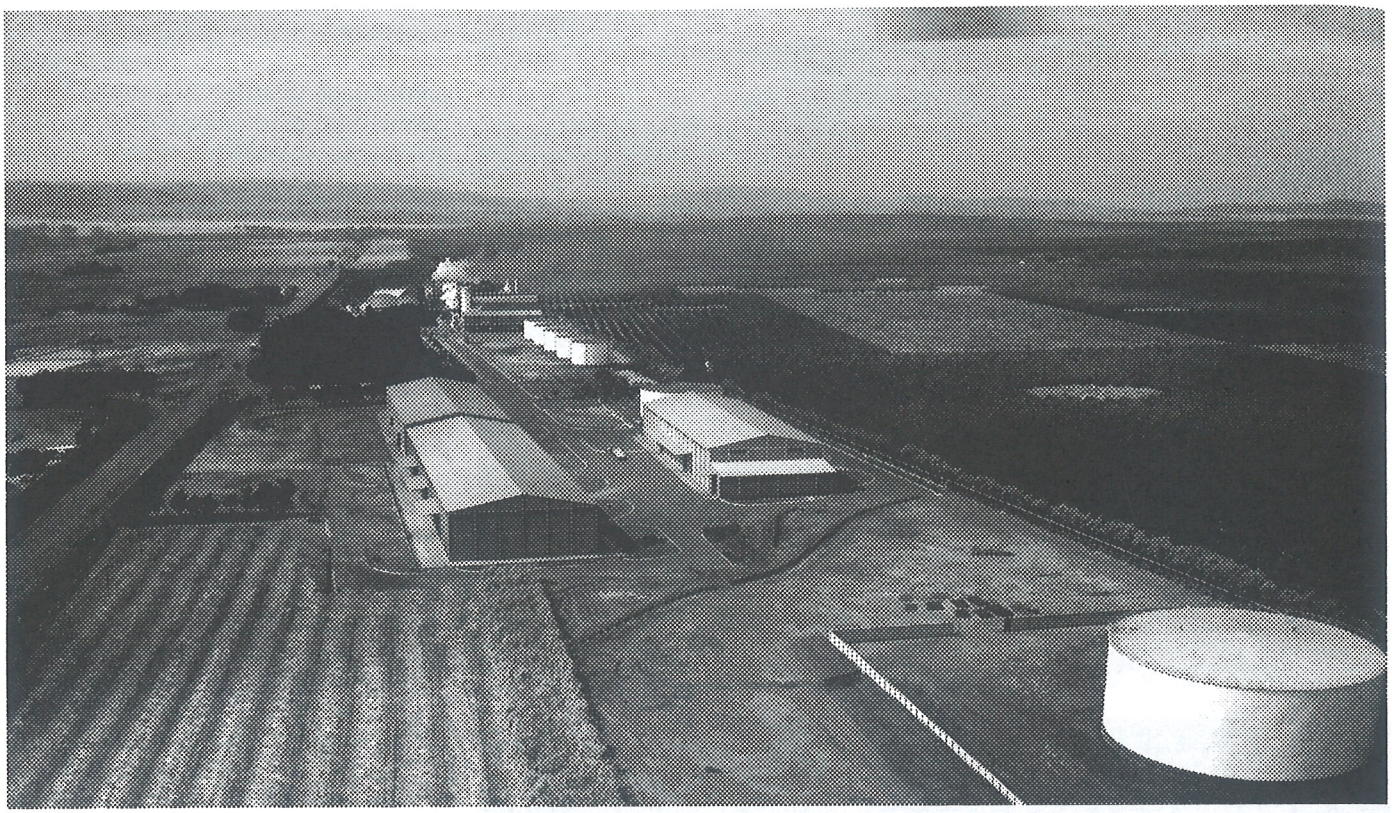
Renda da terra e desenvolvimento capitalista

Buscaremos, aqui, estabelecer nexos entre a exploração que Marx faz acerca da renda da terra e algumas possíveis projeções históricas e políticas decorrentes.

5. "O fato de os produtos agrícolas serem vendidos acima de seu preço de produção não prova que sejam vendidos acima de seu valor (...) A relação entre o preço de produção de uma mercadoria e seu valor é determinada exclusivamente pela proporção entre a parte variável do capital com que é produzida e sua parte constante ..." Karl Marx. *O capital.* Livro III, cp XLV p. 226.

6. "Embora a propriedade fundiária possa elevar o preço dos produtos agrícolas acima de seu preço de produção, não depende dela, mas da situação geral do mercado, até que ponto o preço de mercado se aproxima do valor, indo além do preço de produção, e em que medida, portanto, a mais-valia gerada na agricultura acima do lucro médio dado se transforma em renda ou então entra na nivelação geral da mais-valia para formar o lucro médio." Karl Marx. *O capital.* São Paulo, Nova Cultural, 1986. Livro III cp. XLV p. 229.

7. Karl Marx. *O capital.* São Paulo, Nova Cultural, 1986. Livro III, 2º tomo, cap. XLV, p. 234



A agricultura na época capitalista: a terra se torna mercadoria.

Procederemos em três etapas: primeiramente, anotaremos uma sucinta nota bibliográfica sobre o tema. A seguir, pretendemos organizar a argumentação da seção V do livro III em relação aos nexos e contradições entre a renda da terra e o desenvolvimento capitalista. Por fim, avançaremos algumas observações de caráter geral sobre o tema.

a) Nota bibliográfica

Cumpre observar que em dois dos comentadores de Marx mais reputados, Roman Rosdolsky e Isaak Rubin, o problema da renda da terra não é abordado de maneira direta, devido à preocupação específica destes autores—no primeiro caso, o método de Marx, no segundo, a teoria do valor.[8]

Karl Kautsky ofereceu um tratamento sistemático do tema, consagrando o que viria a ser uma visão ortodoxa marxista sobre a questão agrária. Esta ortodoxia seria questionada à luz prática dos acontecimentos russos por Lenin[9], um admirador do trabalho de Kautsky, que enfrentaria o problema político de levar a cabo a revolução proletária aliada ao campesinato.[10]

Como um comentário geral, salientamos a notável preocupação do socialista alemão em fazer uma leitura rigorosa de *O capital*. Os desdobramentos que avança em relação ao caráter do campesinato, bem como das tendências do desenvolvimento capitalista no campo, podem ser traçados ao texto marxista.

Há dois aspectos salientes onde Kautsky, baseado na observação histórica posterior, introduz novidades em relação a *O capital*.

Em primeiro lugar, ao aprofundar a investigação da funcionalidade da pequena propriedade para o desenvolvimento capitalista, constata-se uma contra-tendência à concentração fundiária, levando o autor a concluir que não existe uma tendência geral, "universalmente justa", no campo.

Em segundo lugar, Kautsky constata o papel central do credor no sistema hipotecário, que em um contexto de avanço do capital financeiro, acaba se convertendo no verdadeiro dono da terra, em uma circunstância onde o empresário capitalista restitui a renda territorial sob a forma de juros hipotecários.

b) Renda da terra versus desenvolvimento capitalista

Ao tratar da renda da terra, Marx parece diagnosticar mais uma das contradições do capitalismo, na medida em que identifica:

a) de um lado, uma tendência a aumentar o poder dos proprietários fundiários, expressa no quinhão do produto social que abocanham na forma de renda fundiária;

b) de outro, explicita a trava que a instituição da propriedade fundiária representa para o desenvolvimento das forças produtivas e para o próprio capitalismo.

Três fatores tendem a aumentar o poder dos proprietários fundiários, ao mesmo tempo em que travam a ulterior expansão capitalista.

O primeiro fator é o mecanismo da incorporação já mencionado, que incrementa a renda do proprietário na medida em que:

(...) o proprietário fundiário acrescenta à renda propriamente dita os juros pelo capital incorporado ao solo, quer ele o alugue ao arrendatário que fez as melhorias, quer o faça a outro arrendatário. (...) Este é um dos segredos —abstraindo o movimento da renda fundiária propriamente dita— do enriquecimento crescente dos proprietários fundiários, do contínuo

8. Roman Rosdolsky. *Gênese e estrutura de O Capital de Karl Marx*. Ed Uerj/ Contraponto, Rio de Janeiro, 2001. Isaak Illich Rubin. *A teoria marxista do valor*. Brasiliense, São Paulo, 1980.

9. Para uma visão do problema e as respostas dadas, ver o anexo ao final de: E. H. Carr. *The Bolshevik Revolution*. vol 1. Penguin, Londres, 1967.

10. Outros contemporâneos de Kautsky (Bukharin, Hilferding, Hobson, Rosa Luxemburg) não deram maior importância à questão agrária, eclipsada diante do movimento do capital financeiro e o Imperialismo. Rosa concede tratamento marginal à questão no contexto do problema maior da acumulação de capital. Lenin aborda o tema enfocando especificamente a circunstância russa em: *O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia*. Abril Cultural, 1982, embora sua visão sobre o papel político do campesinato seja revista no calor da revolução.

incremento de suas rendas e do valor monetário cada vez maior de suas terras com o desenvolvimento econômico.[11]

Mas, ao mesmo tempo:

Este é porém, um dos maiores empecilhos ao desenvolvimento racional da agricultura, pois o arrendatário evita todas as melhorias e gastos cujo retorno integral não pode ser esperado durante o prazo do arrendamento.[12]

O segundo fator é que observa-se uma tendência ao aumento do preço da terra relacionada à lei da queda tendencial da taxa de lucro:

Como vimos, no entanto, que a taxa de lucro tem, com o progresso do desenvolvimento social, uma tendência à queda, e, daí, também a taxa de juros, à medida que é regulada pela da taxa de lucro; que, além disso, mesmo abstraindo da taxa de lucro, a taxa de juros tem uma tendência à queda devido ao crescimento do capital monetário emprestável: daí decorre que o preço da terra tem uma tendência ascendente, independente mesmo do movimento da renda fundiária e do preço dos produtos da terra, do qual a renda se constitui uma parte.[13]

O aumento do preço da terra aumenta a barreira para o investimento de capital no campo representada pela propriedade privada. Não apenas a inversão inicial, mas a possibilidade de sucessivos investimentos é travada:

(...) mostra-se, no entanto, que os sucessivos investimentos de capital na mesma área de terra (...) encontra muito antes seu limite, na realidade uma barreira mais ou menos artificial em conseqüência da metamorfose simplesmente formal de sobrelucro em renda fundiária, que é decorrência da propriedade fundiária.[14]

Mas essa não é a única trava que a renda da terra impõe sobre a valorização capitalista: a renda da terra impacta negativamente de forma dupla sobre a formação da taxa geral de lucro, evidenciando uma terceira decorrência do poder fundiário.

De um lado, a renda da terra força a elevação do preço dos produtos agrícolas:

A elevação do preço de produção geral, que aqui se torna necessária dentro de limites mais estreitos que os habituais, não é, nesse caso, apenas o motivo do aumento da renda diferencial, mas a existência da renda diferencial enquanto renda é, ao mesmo tempo, razão do aumento prévio e mais rápido do preço de produção geral, para, assim, assegurar a oferta acrescida do produto que se tornou necessário.[15]

Ao impactar sobre o preço dos gêneros agrícolas, provoca a elevação do custo do trabalho em geral e operário em particular, onerando a despesa do capitalista com o capital variável.

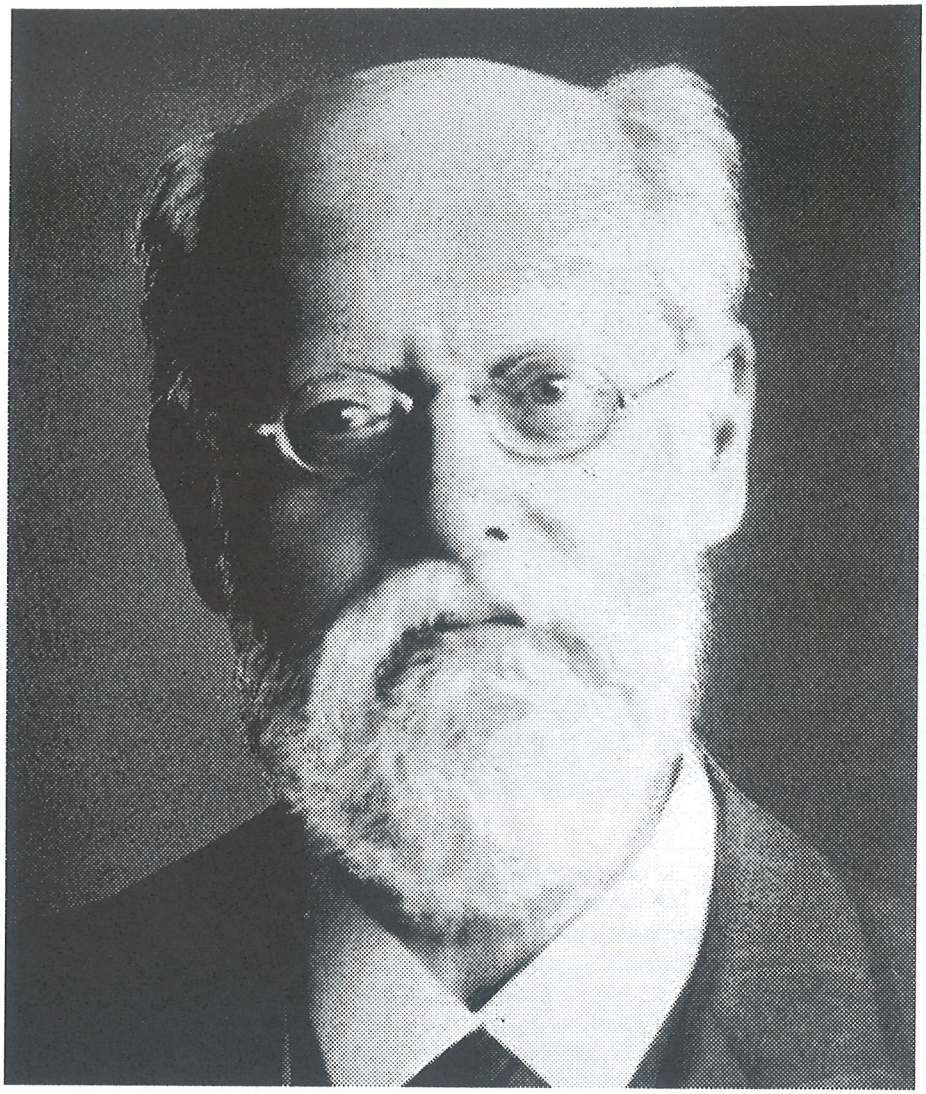
De outro lado, também já fizemos referência ao fato de que os proprietários fundiários subtraem sob a forma de renda da terra parte da mais-valia que reverteria aos capitalistas, impactando na formação da taxa geral de lucro:

A propriedade fundiária, assim que a produção precisa de terra, seja para a agricultura, seja para a extração de matérias-primas, impede essa nivelação dos capitais investidos na terra e intercepta parte da mais-valia, que, do contrário, entraria na nivelação para formar a taxa geral de lucro.[16]

Uma derivação dessa análise é que a renda fundiária contribuiria para a queda da taxa de lucro, na medida em que renda consiste em apropriação de mais-valia, produzida pelo trabalhador, mas subtraída ao capitalista sob a forma da renda da terra. E na medida em que Marx prognostica uma tendência de aumento no poder dos proprietários fundiários, essa apropriação se faria em uma proporção crescente.

Em suma, existe uma oposição entre o papel meramente passivo do proprietário fundiário diante do desenvolvimento do capitalismo e aquele do capitalista, embora ambos ganhem com a generalização da produção de mercadorias:

11. Karl Marx. *O capital.* São Paulo, Nova Cultural, 1986. Livro III, 2º tomo, cap. XXXVII, p. 127
12. ibidem
13. Karl Marx. *O capital.* São Paulo, Nova Cultural, 1986. Livro III, 2º tomo, cap. XXXVII, p. 129
14. Karl Marx. *O capital.* São Paulo, Nova Cultural, 1986. Livro III, 2º tomo, cap. XLIII, p. 210
15. Karl Marx. *O capital.* São Paulo, Nova Cultural, 1986. Livro III, 2º tomo, cap. XLIII, p. 210
16. Karl Marx. *O capital.* São Paulo, Nova Cultural, 1986. Livro III, 2º tomo, cap. XLV, p. 234



Karl Kautsky

O capitalista é ainda um agente que atua no desenvolvimento dessa mais-valia e desse mais-produto. O proprietário da terra só tem de apropriar-se do mais-produto e da mais-valia que cresce sem a sua colaboração.[17]

O terceiro fator deve-se à circunstância de que o avanço do modo de produção capitalista desenvolve o poder do proprietário de terra, que se apropria de uma parte crescente de valores produzidos sem a sua colaboração. A afirmação desse poder, expresso em última instância na propriedade da terra, obstaculiza o pleno desenvolvimento das forças produtivas nos marcos do próprio capitalismo.

De um lado: o mecanismo da incorporação do investimento no solo como renda; a lei da queda tendencial da taxa de lucro e seu efeito sobre o preço da terra; e o próprio desenvolvimento do processo social da produção, que tende a aumentar o valor dos produtos agrícolas enquanto estes forem produzidos por um capital de composição orgânica inferior ao setor industrial.[18]

De outro lado: a renda da terra ergue barreiras que limitam o investimento de capital na agricultura e, portanto, inibe o desenvolvimento das forças produtivas; impede que os capitais investidos no solo entrem na nivelação que forma a taxa geral de lucro; onera o preço dos gêneros agrícolas, impactando esses dois últimos pontos negativamente sobre a taxa geral de lucro.

Diante dessa situação, caberia investigar os motivos pelos quais a contradição identificada entre propriedade privada do solo e desenvolvimento capitalista não explodiu no interior do capitalismo. E quando aconteceu, colocou em xeque o próprio modo de produção—o que por si já é parte da resposta.

17. Karl Marx. *O capital*. São Paulo, Nova Cultural, 1986. Livro III, 2º tomo, cap. XXXVII, p. 140

18. "O proprietário da terra só tem de apropriar-se do mais-produto e da mais-valia que cresce sem sua colaboração. Isso é característica peculiar à sua posição; não porém, o fato de o valor dos produtos da terra e, por isso, o valor das terras, sempre crescer na medida em que seu mercado se amplia, a demanda cresce e, com ela, o mundo de mercadorias que se defronta com o produto da terra, portanto, em outras palavras, a massa dos produtores não agrícolas de mercadorias e da produção não agrícola de mercadorias." Karl Marx. *O capital*. São Paulo, Nova Cultural, 1986. Livro III, 2º tomo, cap. XXXVII, p. 140

c) Observações

Os nexos entre questão agrária e revolução são extremamente complexos e remetem à análise da formação histórica específica de cada país, bem como à formação dos atores sociais, entre outros.[19] Permitiremos-nos, porém fazer alguns comentários gerais sobre o tema.

Embora seja recorrente, na seção VI do livro III de *O capital*, a contradição entre o aumento do poder dos proprietários fundiários e o desenvolvimento do capitalismo—portanto, o interesse dos capitalistas—não há indicação de que essa contradição comprometa em algum nível fundamental a dinâmica deste modo de produção.

Uma vez que a renda da terra assenta-se sobre a propriedade fundiária, e que a propriedade privada dos meios de produção é alicerce basilar do capitalismo, infere-se que a supressão da renda da terra contraria a instituição da propriedade privada. A supressão da renda da terra teria, em última análise, uma orientação anti-capitalista.

No entanto, existe uma diferenciação entre a renda diferencial e a renda absoluta.

Há uma passagem onde Marx contrasta a forma capitalista de produção com uma sociedade organizada de forma planejada. Em um trecho, refere-se ao Estado:

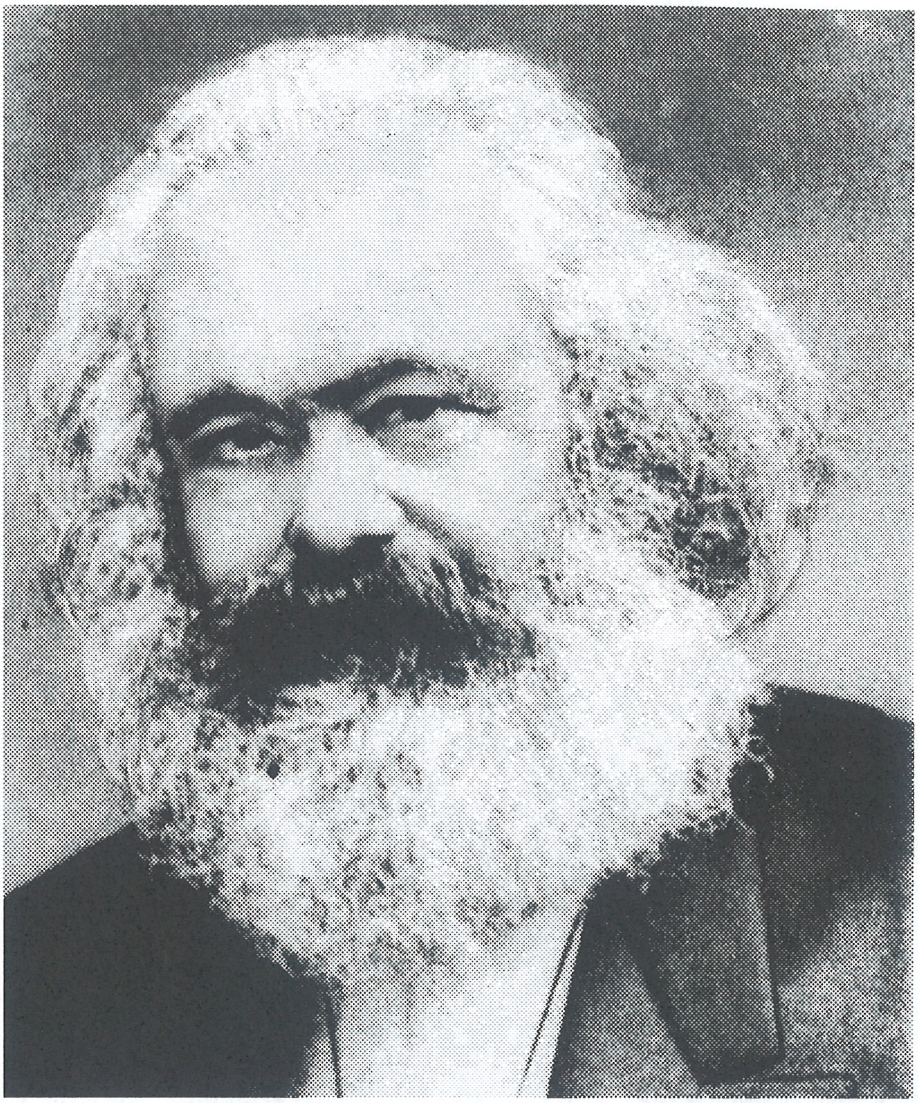
Enquanto é certo dizer que—mantido o atual modo de produção, mas pressupondo-se que a renda diferencial recaísse para o Estado—os preços dos produtos agrícolas, permanecendo idênticas as demais circunstâncias, continuariam iguais, é falso dizer que o valor dos produtos continuaria igual em caso de substituição da produção capitalista pela associação.[20]

Kautsky explora o ponto, diferenciando renda diferencial e renda absoluta, e aduzindo conseqüências políticas:

A renda diferencial resulta do caráter capitalista da produção, e não da propriedade privada do solo. Ela subsistiria se o solo fosse nacionalizado, como o desejam alguns partidários da reforma agrária, sob a condição de conservar-se a forma capitalista da exploração agrícola. Ela apenas não reverteria mais em benefício de particulares, mas da coletividade.... A renda territorial absoluta resulta da posse privada do solo e da

19. Por exemplo, o conhecido trabalho de Barrington Moore Jr. é uma investigação que tem esse sentido. *Origens Sociais da ditadura e da democracia*. Martins Fontes, São Paulo, 1983.

20. Karl Marx. *O capital*. São Paulo, Nova Cultural, 1986. Livro III, 2º tomo, cap. XXXIX, p. 155.



Karl Marx

oposição existente entre o interesse do proprietário fundiário e o interesse da coletividade. A nacionalização do solo iria suprimi-la, reduzindo o preço dos produtos agrícolas.[21]

No trecho citado mais acima, Marx não faz referência explícita à renda absoluta, que, segundo Kautsky, seria suprimida pela estatização da terra, produzindo uma redução nos preços agrícolas.

Sem entrar no mérito da questão, que tem importantes consequências programáticas no contexto de Kautsky, cumpre observar que a estatização da propriedade da terra não foi nunca uma bandeira burguesa e, historicamente, sempre esteve associada à transição ao comunismo.

Assim, concluímos nossas observações indicando o seguinte:

a) A contradição identificada por Marx entre os proprietários fundiários e os capitalistas não inviabiliza o dinamismo do modo de produção como um todo, embora teoricamente comprometa a exploração plena de sua potencialidade.

b) A acomodação que se produziu historicamente ao longo do século XIX entre os interesses capitalistas e os proprietários fundiários—do qual o caso alemão é paradigmático—corrobora a percepção de Marx, aguçada após os acontecimentos de 1848, segundo a qual estaria esgotada a função civilizatória do capitalismo e, por derivação, da sua classe dominante: a burguesia.

Assim, ao explicitar o entrave ao progresso capitalista representado pela renda da terra, em contradição com o próprio interesse da burguesia, *mas não a ponto de levar ao enfrentamento crítico entre essas classes*, Marx leva o leitor a concluir que apenas com a superação do capitalismo essas travas ao desenvolvimento social da produção serão rompidas.

c) A acomodação histórica entre proprietários fundiários e capitalistas remete à investigação de nexos que transcendem a esfera econômica e levam em consideração os interesses políticos e sociais comuns que solidificaram essa aliança espúria.

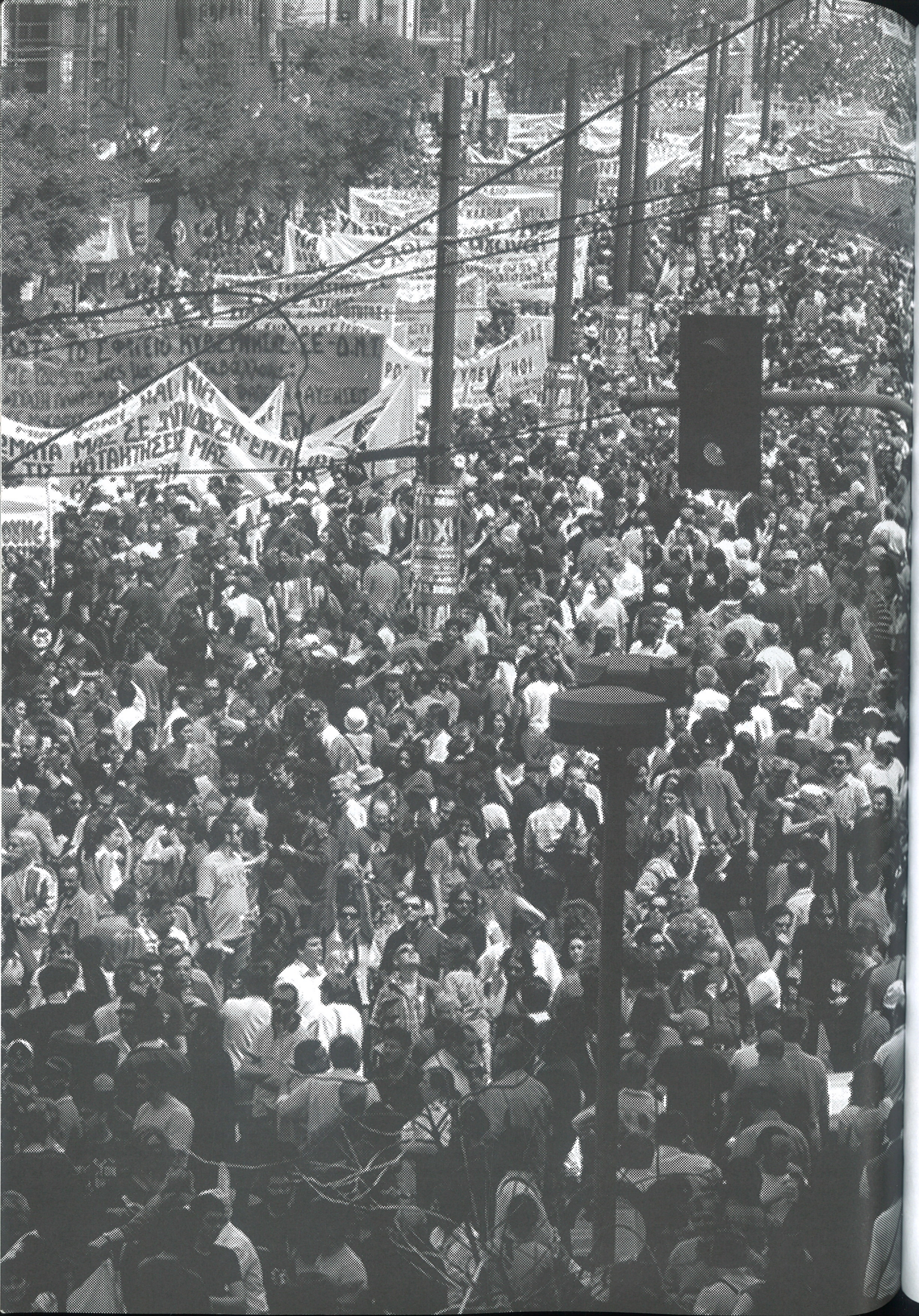
Intuímos que o busílis da questão seja a instituição da propriedade privada em geral, para onde converge o interesse de ambos em oposição aos trabalhadores.

d) A contradição entre proprietários fundiários e capitalistas é análoga àquela que se produz entre capital industrial e capital financeiro, ambas localizáveis na esfera da concorrência.

O ponto a salientar em relação à análise avançada no livro III de *O capital*, como um todo, é a complexidade por trás da acomodação dos interesses prevalentes no capitalismo. Essa complexidade possibilita, em última análise, múltiplos arranjos históricos, onde convergem as distintas esferas da existência (por exemplo: política, cultura, economia), resultando em formações sócio-econômicas contrastantes entre si, mas redutíveis ao denominador comum do modo de produção capitalista.

O sub-desenvolvimento é um desses arranjos históricos, onde a acomodação entre os proprietários de terra e o capital industrial está condicionada pelo passado colonial e a incidência específica dos interesses do capital internacional. ■

21. Karl Kautsky. *A questão agrária*. Laemmert, Rio de Janeiro, 1968, p. 94



O SEGUNDO ESTÁGIO DA CRISE CAPITALISTA MUNDIAL

Por Nick Beams

Este artigo foi escrito por ocasião de uma palestra dada ao Socialist Equality Party (SEP—Partido da Igualdade Socialista) da Austrália, no dia 3 de abril de 2010. Nick Beams é o Secretário Nacional do SEP. Ao final do texto, optamos por não publicar trecho sobre a política australiana devido ao grau de particularidade e ao caráter demasiado conjuntural. A versão completa pode ser encontrada em http://www.wsws.org/articles/2010/apr2010/bnrt-a12.shtml.

Para iniciar nossa palestra, gostaríamos, antes de tudo, de retomar uma declaração feita pelo Comitê Internacional da Quarta Internacional (CIQI-1953) quando irrompeu a atual crise econômica e financeira, após o colapso do Lehman Brothers em setembro de 2008. Insistíamos, desde o início, que não se tratava de uma crise conjuntural, diante da qual poderíamos ter um retorno ao *status quo* anterior, mas, muito mais, da exaustão do atual modo de acumulação capitalista.

O que isso significa? Não significa que a economia capitalista sofreria uma parada imediata ou que entraria numa espiral descendente inexorável; nem mesmo que haveria inevitavelmente uma recessão contínua. Pensamos que a verdadeira importância do colapso financeiro atual é o fato de abrir um novo período—caracterizado pela reestruturação das relações de classe nas e entre as grandes potencias capitalistas.

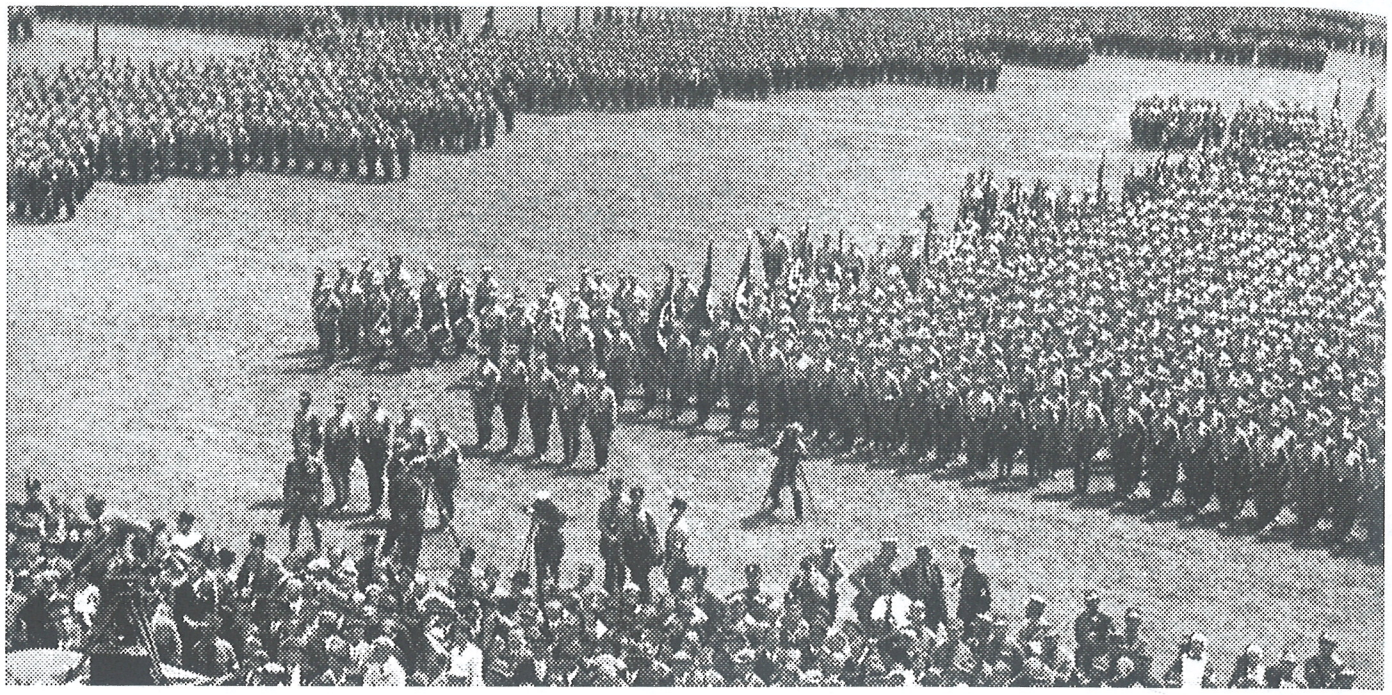
Para compreenderem a parte essencial da nossa análise, temos de fazer uma abordagem histórica do desenvolvimento contemporâneo do capitalismo. A grande época do progresso capitalista acabou em 4 de agosto de 1914. O início da Primeira Guerra Mundial não foi um produto do acaso. Acima de tudo, não resultou de um infeliz conflito iniciado entre as potências mundiais. Como comentou o revolucionário russo Leon Trotsky, tratava-se da "mais colossal bancarrota de um sistema econômico na história, atingido por suas próprias e inerentes contradições". Tal análise, feita em 1915, confirmou-se por tudo o que se seguiu. O fim da guerra não levou a um retorno ao *status quo* anterior. Pelo contrário, trouxe três décadas de agitações sociais, políticas e econômicas que culminaram na Segunda Guerra Mundial, um conflito ainda mais devastador que o primeiro. Como também mostrou Trotsky, apenas graças às traições das lutas revolucionárias desse período—e após muito sangue derramado da classe trabalhadora—foi possível, para o capitalismo, ao final da década de 1940, iniciar um novo período de ascensão. Esse teve por base a emergência do imperialismo norte-americano e a difusão de seus métodos mais intensos de produção pelo resto do mundo.

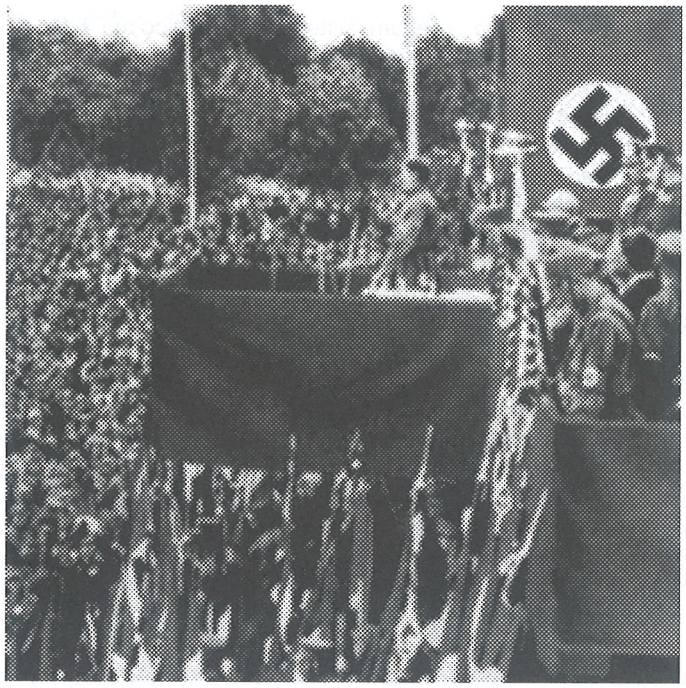
Outros fatores importantíssimos dessa expansão capitalista foram a estabilização da Europa—ou seja, a resolução do "problema alemão", o desenvolvimento de um quadro econômico e político capaz de limitar esse imperialismo sem resultar numa guerra—e a resolução, no leste, do que poderia ser chamado de "problema japonês". Particularmente, gostaríamos de enfatizar esses dois pontos para esclarecer a situação atual—a crise interna à União Européia e sua moeda (decorrentes do acordo do pós-guerra) e os crescentes conflitos entre os EUA e a China.

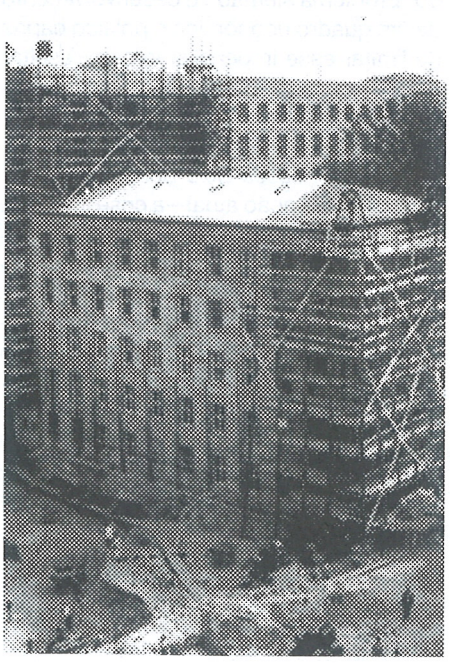
A ascensão capitalista do pós-guerra continuou até o início da década de 1970, quando ressurgiram as contradições inerentes ao modo de produção capitalista. Tivemos, então, um período de levantes revolucionários que somente terminou graças às traições realizadas pelos stalinistas, pelos social-democratas e pelos pablistas. O papel desempenhado pelos pablistas, desde a década de 1950, no bloqueio da construção de uma direção revolucionária mundial entre a classe trabalhadora, revela a significância histórica

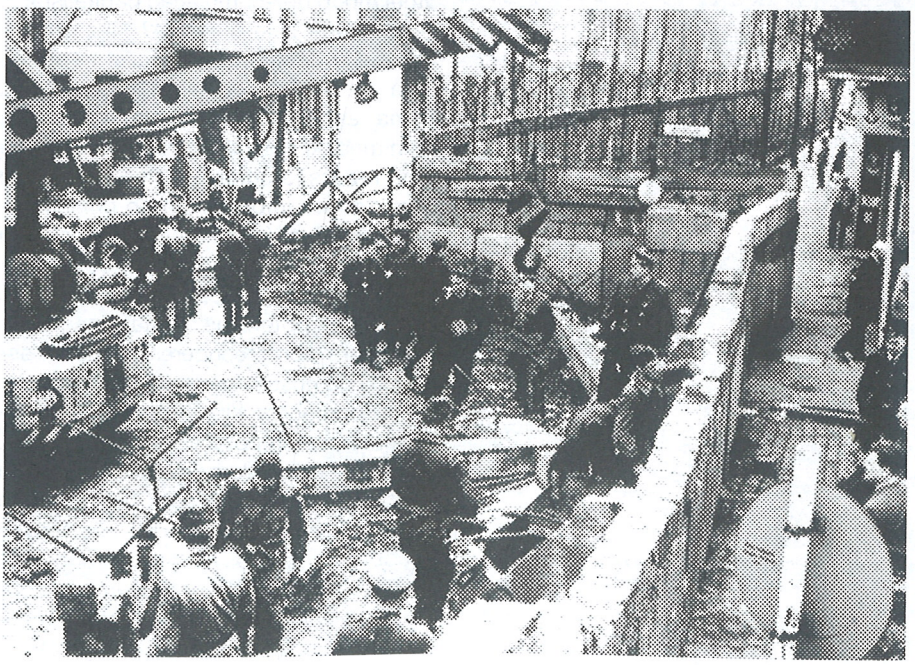
Classe trabalhadora grega mobiliza-se contra a crise.

Publicado originalmente em inglês dia 12 de abril de 2010 no wsws.org.
Traduzido por Rafael Padial e Pedro Ribeiro









Em cima, Nazismo e a destruição gerada pela II Guerra Mundial; embaixo, reconstrução das cidades após a guerra.

do seu ataque aos princípios da Quarta Internacional. Todas as revisões teóricas e programáticas desenvolvidas por eles assumiram a forma de uma revolta pequeno-burguesa contra o trotskismo. Basearam-se, acima de tudo, na premissa de que a experiência da Revolução de Outubro de 1917 não se repetiria.

Tranquilizada pelas traições das lutas revolucionárias de 1968-75, a burguesia procurou iniciar uma nova ofensiva política e social contra a classe trabalhadora. Era preciso encontrar uma nova forma de reestruturação do capitalismo, devido à exaustão daquela que embasou a acumulação nas décadas de 1950 e 1960. No entanto, de uma forma ou de outra, esse novo ataque aos trabalhadores não significou, por si só, um desenvolvimento capitalista, baseado num desenvolvimento das forças produtivas ou numa nova forma de acumulação. O novo fôlego somente foi possível com a enorme mudança geo-política ocorrida no período—o colapso, ou, mais exatamente, a destruição da União Soviética pela burocracia stalinista e a integração de vastas fontes de mão-de-obra barata ao circuito de produção global do capital.

Existem muitas estimativas a respeito do aumento, nesse período, da massa de trabalho disponível no mundo. Alguns estudos indicam que houve a duplicação do número de trabalhadores empregados; outros se referem a um aumento na ordem de 300 milhões a 500 milhões. Independentemente da quantidade exata, é claro que se trata de uma das mais importantes transformações na história econômica mundial. Foi essa mudança na própria estrutura do capitalismo que permitiu sua ascensão no início da década de 1990. A possibilidade de um desenvolvimento como esse já havia sido prevista por Trotsky durante a década de 1920. Afirmava ele que um novo desenvolvimento capitalista seria possível caso a URRS fosse derrotada e a China fosse aberta às potências imperialistas. A história, como sabemos, assumiu um curso diferente [a URSS foi traída internamente], mas, em essência, a análise de Trotsky confirmou-se.

A introdução do trabalho barato da China, Índia e outros países no circuito global do capital, o desenvolvimento de novas tecnologias computadorizadas, o aumento na eficiência do transporte, comunicações e outros criaram as condições para um novo ascenso do capitalismo. Tais medidas foram necessárias para o capital superar a queda na taxa de lucro—o grande problema da forma de acumulação anterior, baseada na produção por linha-de-montagem.

Entretanto, esse novo fôlego na curva capitalista de desenvolvimento foi bastante instável, similar àquele iniciado na metade da década de 1890, que conduziu à bancarrota de 1914. (Num recente comentário que li, o autor assegurava que a crise de 2008 era similar àquela de 1907. Curiosamente, não falou nada sobre o que aconteceu 7 anos depois).

Assim, a ascensão das duas últimas décadas baseou-se, por um lado, na exploração de mão-de-obra barata e, por outro, no aperfeiçoamento dos mecanismos e operações financeiros utilizados pelas principais economias do planeta para se apropriarem da crescente massa de mais-valia. Alguns dados a respeito da Inglaterra podem nos indicar a magnitude das transformações que ocorreram na estrutura econômica de algumas das maiores potências capitalistas. Num artigo publicado no *Financial Times* de 25 de março deste ano, o comentarista econômico, Martin Wolf, observou:

O legado econômico do thatcherismo foi devastador. De acordo com o orçamento, entre 1997 e 2006 o setor comercial gerou 40% do crescimento da economia; já a intermediação financeira foi responsável por 13%. A percentagem do setor da produção, no entanto, foi praticamente nula, próxima do zero. Esse foi o resultado do mercado. A economia inglesa cresceu mais rapidamente que a das outras potências européias. Assim, o crescimento pareceu satisfatório e sustentável.

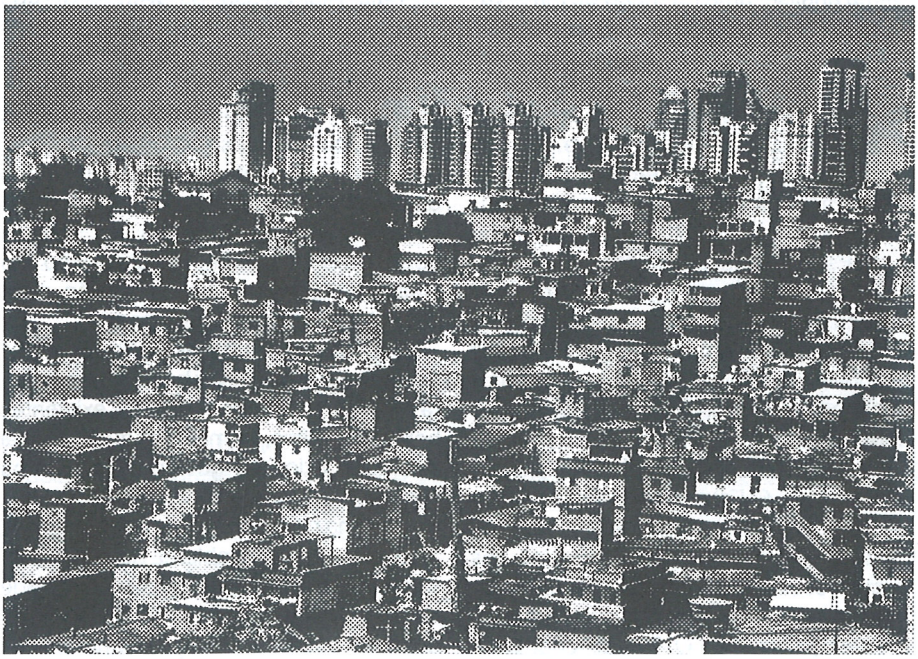
Essa nova forma de acumulação gerou vastas modificações no plano urbano. Cidades com centros fabris foram destruídas, dando lugar a condomínios, shopping-centers e centros financeiros. Mas, de uma forma ou de outra, tudo estava associado à apropriação de mais-valia extraída em algum lugar do mundo.

A financeirização avançou rapidamente nos países capitalistas desenvolvidos. Em outras palavras, os lucros vieram, principalmente, dos canais financeiros, muito mais que dos comerciais ou da produção de commodities. Nos EUA, a parte financeira dos lucros empresariais cresceu menos de 10% em 1980 para cerca de 40% em 2007.

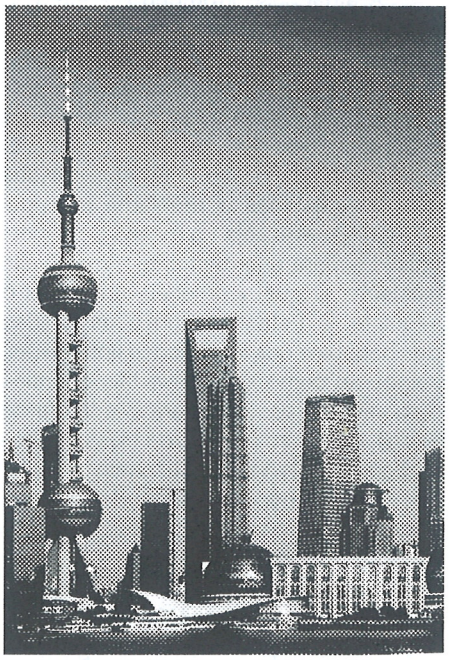
Um recente levantamento feito entre os 10 maiores países capitalistas, incluindo os EUA e a Inglaterra, dirigido pelo Instituto Global McKinsey, descobriu que desde 2000 a dívida bruta desses países cresceu cerca de US$ 40 trilhões, um aumento de 60%. A proporção total da dívida—privada e estatal—cresceu de cerca de 200% do PIB em 1990 para mais de 330% em 2008. Na Inglaterra, no mesmo período, a proporção da dívida cresceu de 200% para 450%. A maioria da dívida deveu-se às operações financeiras da economia, e não à produção industrial.

O crescimento na dívida alimentou o aumento da financeirização e as pretensões de uma nova época de ouro do capitalismo.

Entretanto, apesar dos delírios que atingiram os burgueses e seus ideólogos a respeito da capacidade do dinheiro gerar mais dinheiro, por sua própria natureza,



Junto com a anarquia capitalista, crescem constantemente as favelas.



Centro administrativo do capital na China

sem passar pela esfera da produção, os lucros obtidos com o capital financeiro são, em última análise, sustentados pela mais-valia extraída da classe trabalhadora em algum lugar do mundo. Ou seja, os lucros financeiros estão, em última análise, limitados pela mais-valia existente e disponível.

O que não significa, no atual momento, que as atividades financeiras do capital estão, por assim dizer, reguladas por essa lei. Pelo contrário, elas a desafiam. Mas não podem libertar-se e, como notou Marx, já no primeiro capítulo de *O capital*, a lei do valor "se impõe com violência como lei natural reguladora, do mesmo modo que a lei da gravidade, quando a alguém a casa cai sobre a cabeça".

O capital fictício, ou seja, o capital que não possui um lastro direto em mais-valia, mas é um título ou pretensão de mais-valia extraída em algum lugar, foi capaz de gerar lucros, através de operações financeiras cada vez mais duvidosas, num ritmo muito mais rápido que aquele da extração da mais-valia produzida pela classe operária. Além disso, mesmo quando reconheceu os perigos que resultavam dessa anarquia, somente agiu assim por conta das pressões do próprio mercado. Como declarou o chefe do Citigroup em julho de 2007, numa frase que se tornou célebre: "Enquanto a música ainda estiver tocando, todos têm que se levantar e dançar". Mas as leis do capitalismo, finalmente, impõem-se novamente quando um dos mecanismos da forma de acumulação se rompe—como a securitização dos créditos sub-prime—, derrubando todo o castelo de cartas. Se um dos pilares da casa cai, toda a estrutura vem abaixo.

O Estado capitalista, então, corre para resgatar os bancos e as instituições financeiras. Na verdade, assume suas dívidas. Ou, em outras palavras, honra seus débitos e submete-se às suas exigências. No entanto, isso não significa que o problema desapareceu, que foi resolvido.

A atual crise irrompeu porque, nas próprias operações dos mercados financeiros, as aspirações do capital financeiro superaram enormemente a mais-valia disponível para ele. Eis que temos, então, os chamado ativos "tóxicos" ou sem-valor. O Estado, entretanto, honrou essas dívidas rapidamente. Mas o problema principal se mantém—ou seja, a massa de capital fictício supera enormemente a mais-valia existente. O que aconteceu, então, foi o seguinte: o Estado assumiu as dívidas dos bancos e das instituições financeiras, saldou-as como se tivesse tais quantias disponíveis e assumiu para si a tarefa de extrair, de alguma forma, da classe trabalhadora, a mais-valia necessária.

Analisemos a magnitude do que aconteceu. Entre julho de 2007 e março de 2009, as ações ordinárias dos bancos mundiais caíram em média 75%, uma perda de cerca de US$ 5 trilhões no mercado de capitalização. Na Inglaterra, tais ações caíram 80%. Conjuntamente com outras ações, a perda na riqueza global foi de cerca de US$ 25 trilhões, ou quase 45% do PIB mundial. As quedas das ações nos EUA e na Inglaterra foram tão grandes quanto às da Grande Depressão de 1929. O apoio dado ao sistema financeiro pelo Estado capitalista foi equivalente a cerca de um quarto do PIB global. Nos EUA e na Inglaterra, foi de cerca de três quartos do PIB.

Essas ações dos Estados restauraram as posições dos bancos, mas não alimentaram a economia. Os bancos conseguiram aumentar seus lucros por conta do capital barato que lhes foi oferecido, mas isso não significa crescimento econômico.

O aumento nas dívidas dos Estados indica o quanto ainda tem de ser extraído da classe trabalhadora mundial para pagar essa operação de resgate. Em 67 países, o FMI prevê que a dívida pública em relação ao PIB irá crescer dos 80% em 2007 para 125% em 2014. Para a Inglaterra e os EUA, a previsão é de que esse percentual dobre. Nos países da OECD (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico), estima-se que os balanços fiscais tenham crescido em 20% ou 30% do PIB nos últimos três anos. De acordo com o Banco de Pagamentos Internacionais (*Bank for International Settlements*), na próxima década a dívida em relação ao PIB, caso seja mantida a tendência atual, será de 300% no Japão, 200% na Inglaterra, 150% na França, Irlanda, Itália e nos EUA. Os juros das compensações aumentarão de 5% do atual gasto do governo para mais de 10% em todos esses casos, e para mais de 27% na Inglaterra.

Agora compreendemos o significado desses números para a economia e para a política do próximo período. Podemos ver mais claramente o que significa a crise fiscal dos Estados. Todos os gastos governamentais com serviços sociais, saúde, educação etc., são, em última análise, uma retenção de mais-valia disponível ao capital. Os atuais cortes nos gastos sociais, implementados pelos governos capitalistas de todo o mundo, junto aos ataques às condições de vida da classe trabalhadora, são os meios pelos quais o Estado se apropriará da mais-valia necessária para financiar os bancos e instituições financeiras.

Esse processo está criando as condições objetivas para um intenso período de lutas revolucionárias. O conflito não pode ser evitado—não há nova tecnologia ou novas fontes de mão-de-obra baratas capazes de bombear nos Estados as enormes quantias de mais-valia necessárias para repor as quantias já injetadas nos bancos. O Estado capitalista precisa se apropriar de enormes quantidades de mais-valia anteriormente destinadas aos gastos sociais. Em pouco tempo, veremos emergir as condições objetivas para a revolução social. O Estado capitalista não é mais capaz de dominar à maneira antiga e a classe operária não é mais capaz de suportar o atual estado de coisas.

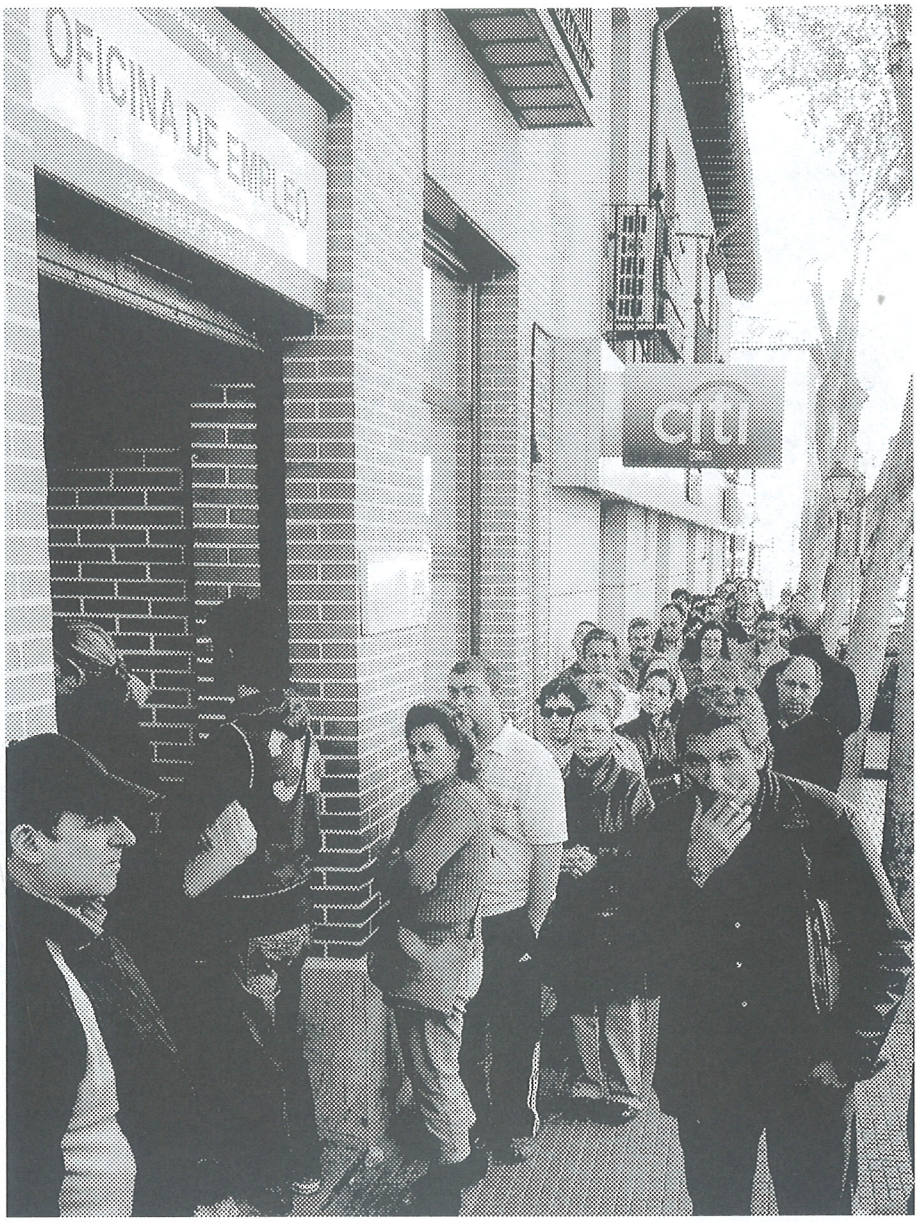
Nossa análise sobre as bases econômicas do atual colapso tem implicações políticas muito importantes. A base objetiva da luta de classes sob o capitalismo é o conflito entre e burguesia e a classe operária pela apropriação da mais-valia extraída na produção. Hoje, não temos mais um conflito entre diferentes setores dos trabalhadores e diversos setores da classe capitalista, onde o Estado intervém momentaneamente. O próprio Estado capitalista tomou a cena e apresentou-se como o que é: um Comitê para gerir os interesses da burguesia—em particular, de sua fração dominante, o capital financeiro. O Estado tornou-se a principal agência de extração da mais-valia, ou, mais corretamente, de reapropriação da mais-valia antes destinada aos gastos sociais. Isso significa que as lutas políticas irromperão inevitavelmente, colocando a questão do poder político na ordem do dia. A luta dos trabalhadores pela defesa dos seus direitos mais imediatos começou e se tornará uma luta contra a burguesia e o Estado capitalista, que exige que seus recursos sejam destinados ao salvamento dos bancos.

É dentro desse quadro que deve ser pensada a situação da Grécia. Como explica a declaração do CIQI do dia 17 de março, a crise grega marca um novo estágio na crise internacional que iniciou-se em 2007-2008. As medidas de austeridade do governo Papandreou, que reclama para si a mais-valia antes destinada aos gastos sociais com a classe trabalhadora, foi a primeira medida da ofensiva capitalista contra a classe trabalhadora, que se inicia nos principais países capitalistas, inclusive aqui, na Austrália.

No entanto, o governo Papandreou e o capital financeiro, em nome de quem atua, seriam muito fracos se não tivessem o apoio dos principais sindicatos do país. Além disso, os eventos gregos apenas fortaleceram nossas análises sobre os agrupamentos políticos exradicais da pseudo-esquerda. Colocam-se como adversários dos cortes dos gastos sociais, mas, ao mesmo tempo, segundo eles, a luta contra tais medidas deve sempre estar submetida aos sindicatos. Estes estão, por sua vez, sempre comprometidos com a submissão da classe operária ao governo. Não possuem independência de classe.

Uma luta contra os cortes somente pode avançar se estiver baseada na ruptura com o aparato dos sindicatos existentes hoje. Além disso, as medidas que o capital financeiro exige do governo Papandreou somente podem ser combatidas com base numa perspectiva que coloque direta e concisamente o problema do poder político e a reorganização de toda a sociedade numa base socialista, buscando mobilizar a classe operária não apenas na Grécia, mas na Europa e em todo o mundo.

A crise da União Européia



Com a crise econômica na Espanha, aumenta o número de desempregados.

Há ainda outro aspecto muito importante da situação grega. O colapso do modo de acumulação precedente coloca na ordem do dia não somente a reestruturação das relações de classe—o que podemos chamar de relações verticais do sistema capitalista—mas também a reestruturação das relações entre as principais potências capitalistas—as relações horizontais.

O conflito na Europa a respeito do pacote de resgate grego, ou, mais precisamente, a recusa da burguesia alemã em organizar um resgate—apesar do capitalismo alemão ter se beneficiado enormemente da expansão econômica baseada no endividamento da Grécia, assim como da Irlanda, Espanha, Itália e Portugal—provocou uma crise histórica na União Européia.

Essa crise precisa ser colocada no seu devido contexto. O projeto da unificação européia sob o capitalismo alcançou seu limite. Mas, se deixar de avançar, não ficará simplesmente estagnado. A estagnação já significa o início do retrocesso, da desmantelação européia, com conseqüências desastrosas.

A União Européia surgiu de uma série de medidas implementadas após a Segunda Guerra Mundial, que buscavam garantir que a expansão econômica alemã acontecesse no marco de uma expansão geral da economia européia como um todo, e que os conflitos entre a França e a Alemanha, ocorridos três vezes durante as sete décadas precedentes, não emergissem novamente. A base para tal integração era a CECA (Comunidade Européia do Carvão e do Aço), estabelecida em 1951, por meio do Tratado de Paris, entre a Alemanha Ocidental, a França, a Itália e os três estados da comunidade Benelux (Bélgica, Países Baixos e Luxemburgo). Em 1957, com o Tratado de Roma, foi criado o Mercado Comum.

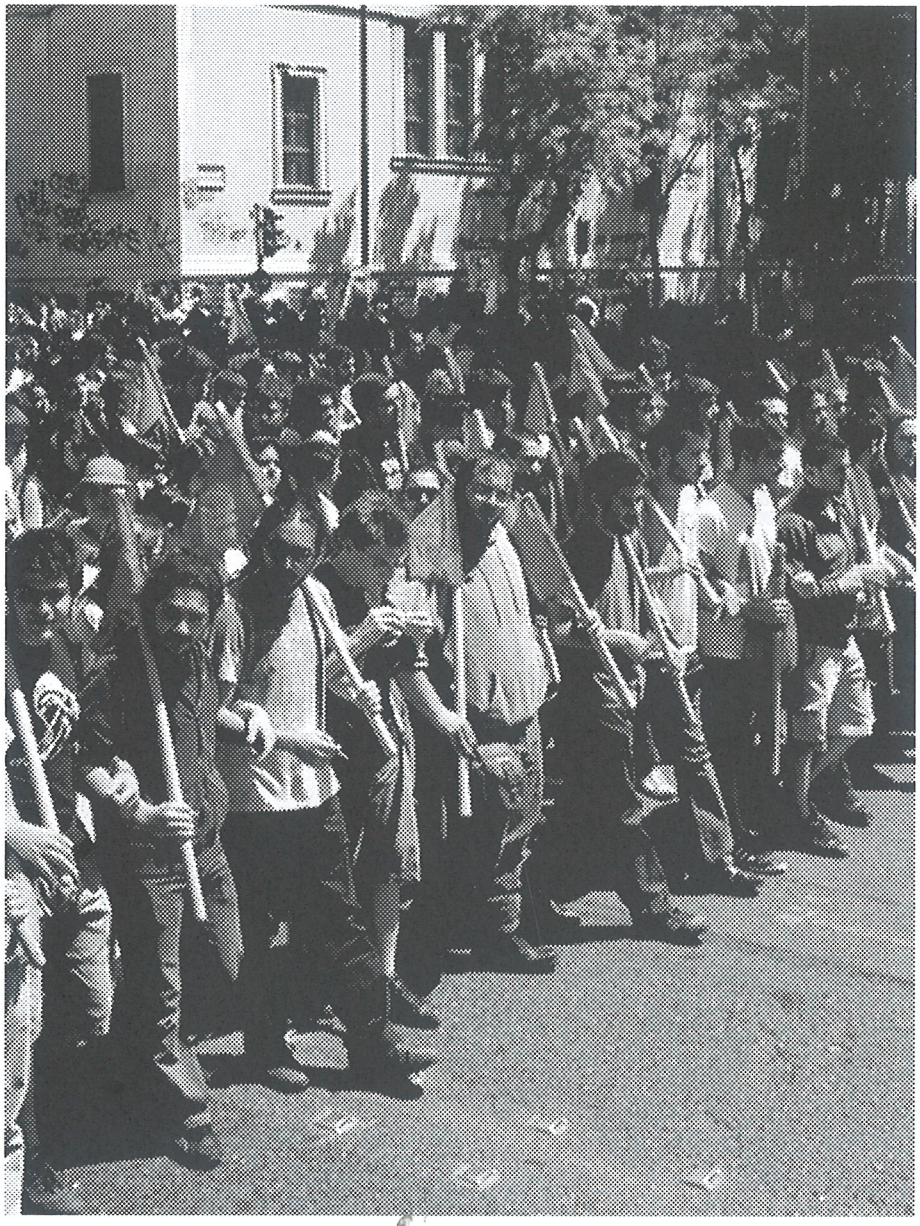
Em resposta à falência do Acordo de Bretton Woods, no início da década de 1970, houve diversas tentativas de estabelecer uma moeda européia comum, nenhuma bem sucedida.

A situação mudou com a destruição da União Soviética e o fim da Guerra Fria. A Guerra Fria, com a divisão da Europa que pressupunha, cumpriu um papel importante para a burguesia européia, porque oferecia uma solução para o insistente problema alemão. Dividida, a Alemanha estava impossibilitada de avançar para o leste. No período imediatamente após a queda do Muro de Berlim, a expectativa da reunificação alemã estremeceu a Europa. Thatcher e Mitterrand se opuseram, temendo as consequências de seu poderio econômico e político. Conta-se que Thatcher teria afirmado: "Derrotamos eles duas vezes na guerra, e ainda assim se levantam!". Conta-se ainda que ela instruía Gorbachev a não dar declarações públicas a respeito do fim da URSS, a fim de ganhar tempo e manter a Alemanha dividida.

A Inglaterra e a França não puderam impedir a reunificação. No entanto, ao menos estabeleceram um acordo que assegurava que o crescimento alemão estaria vinculado ao da Europa como um todo. Foi essa a base do Tratado de Maastricht, seguido pela decisão de estabelecer o euro como a moeda comum da Europa. Isso envolvia muitos fatores, inclusive a necessidade de desenvolvimento de uma alternativa ao dólar americano. A premissa para a criação do euro era a desistência, por parte da Alemanha, de sua própria moeda e o apoio ao projeto, com a condição de que as finanças das potências européias fossem submetidas a limites definidos. Somente isso asseguraria que o euro permaneceria forte. Mas o arranjo começou a ruir pouco depois de uma década. Quando a crise financeira explodiu, em 2008, as divisões já eram visíveis. Era cada um por si, ou, mais precisamente, cada governo pelo seu próprio sistema bancário.

O modelo alemão para a UE, como observaram muitos analistas, especialmente aqueles do *Financial Times*, simplesmente não é viável. Exige-se que todos os países da UE cortem seus déficits, melhorem sua produtividade e aumentem sua competitividade internacional. Em sua coluna do dia 30 de março, Martin Wolf observou:

Herman Van Rompuy, o presidente do Conselho Europeu, após reunião desse órgão, declarou que querem "tranquilizar os acionistas da dívida grega, pois a zona do euro jamais deixará a Grécia falir". Existem somente duas maneiras de cumprir esse compromisso: ou os membros assinam cheques em branco em favor uns dos outros, ou assumem o controle das finanças públicas—e, portanto, dos governos—dos países-membros problemáticos. A Alemanha jamais permitiria a primeira possibilidade; mas a política jamais permitiria a segunda,



Manifestações na Grécia contra as medidas do governo diante da crise econômica, em 2010.

particularmente em grandes países. Assim, a declaração do Sr. Van Rompuy soa absurda.

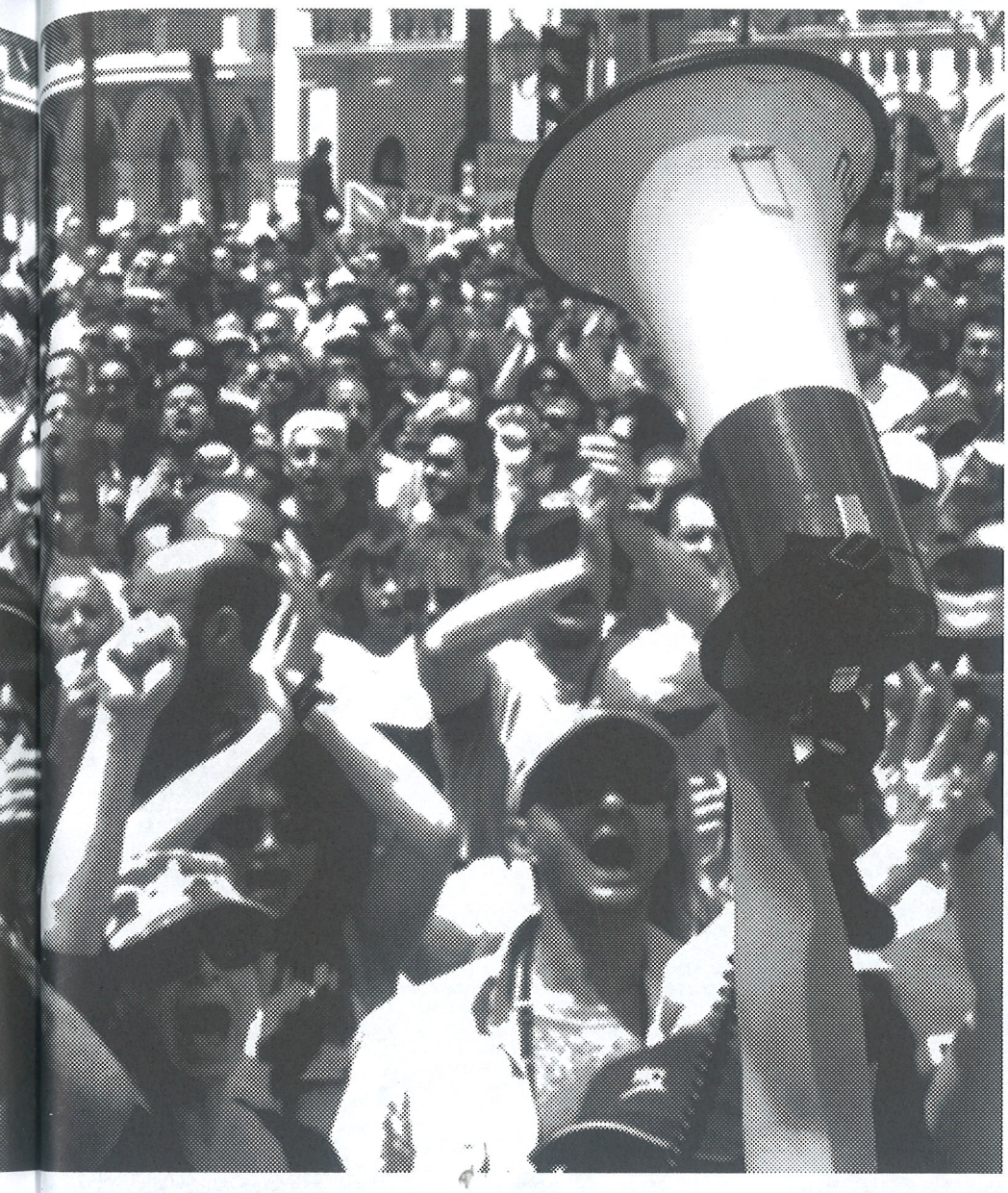
Agora, voltemos ao quadro geral. A declaração da semana passada também defendia que "a atual situação demonstra a necessidade de fortalecer e complementar o quadro existente, garantindo a sustentabilidade fiscal na zona do euro e melhorando sua capacidade de agir em tempos de crise. Para o futuro, precisamos fortalecer a vigilância sobre os riscos econômicos e orçamentários, junto com os instrumentos para sua prevenção, incluindo o procedimento contra o déficit excessivo.

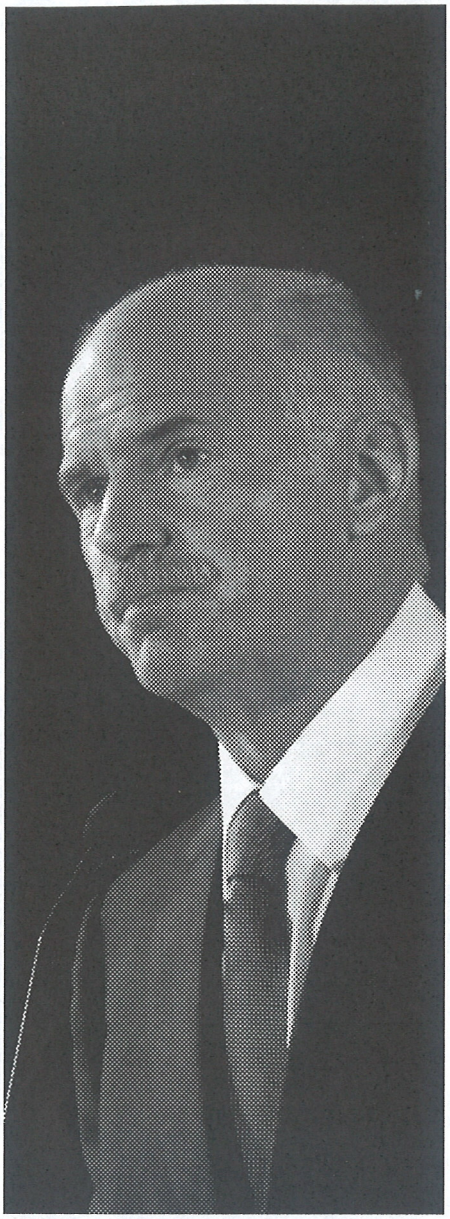
A idéia pressuposta aqui é a de que o enfraquecimento da posição fiscal de um país periférico apenas reflete sua falta de disciplina. Isso pode ser verdade para a Grécia e, em menor grau, para Portugal. Mas a Irlanda e Espanha tinham situações fiscais que pareciam perfeitamente sólidas. Sua fraqueza assentava-se nos déficits financeiros do setor privado. Apenas depois que o setor privado tentou corrigir-se, após a crise, o déficit fiscal explodiu. Já que o problema estava no setor privado, e não no público, a monitoria tem de se estender também ao setor privado, não apenas ao público.

Ainda assim, nos países periféricos, as bolhas de ativos e as expansões de crédito do setor privado eram uma imagem espelhada da ausência de crescimento real nos países centrais. Foi assim que a política monetária do Banco Central Europeu produziu uma taxa mais ou menos adequada de expansão da demanda total na zona do euro. Por isso, ao nos perguntarmos pelas causas subjacentes à atual catástrofe fiscal, precisamos perceber que ela é, em última análise, resultado da política monetária adotada para compensar o débil crescimento de demanda no centro da zona do euro. Acima de tudo, na Alemanha.

Essa discussão, sobre demanda e desequilíbrios da zona do euro, não é desejada pelo governo alemão. Enquanto for assim, será nula a perspectiva de uma "melhor cooperação econômica", mencionada na declaração do Conselho. Pior, a Alemanha deseja uma mudança brusca de seus parceiros, rumo a um déficit fiscal reduzido. Assim, a zona do euro, a segunda maior economia do mundo, se tornaria algo como uma grande Alemanha, devido à sua demanda interna cronicamente fraca. A Alemanha e as economias similares encontrariam um caminho, talvez, através do aumento das exportações para os países emergentes. Para os seus parceiros estruturalmente mais fracos—especialmente aqueles prejudicados por custos não-competitivos—o resultado seria de anos de estagnação, na melhor das hipóteses. É isso que devemos chamar de "estabilidade"?

O projeto de união monetária, portanto, confronta um enorme desafio. Não há uma maneira fácil de resolver a crise grega. Mas a principal questão é que a zona do euro não funcionará como a Alemanha deseja. (...) A zona do euro se tornaria "germânica" caso exportasse enormes excedentes produtivos ou empurrasse diversas economias da zona do euro para a decadência prolongada; ou, mais provavelmente, ambos. A Alemanha pôde ser a Alemanha porque outros não puderam. Se a própria





Primeiro ministro grego Andreas Papendreou do PASOK

zona do euro se tornar a Alemanha, não consigo ver como funcionará.

Evidentemente, a Alemanha pode se arrumar em curto prazo, mas não pode fazer da zona do euro o que deseja. Grandes déficits fiscais são um sintoma da crise, não uma causa. Existiria um caminho adequado para sair do dilema? Até onde posso ver, não... O que é realmente assustador.

O que a Alemanha quer? Uma Europa economicamente forte. Mas isso parece ser impossível no atual sistema federativo. Os acontecimentos remetem às posições defendidas por Hitler em seu *Segundo Livro*. Insistia ele que a Europa precisaria se unificar para responder ao desafio econômico dos Estados Unidos. Mas não poderia se unificar em algum tipo de federação. Precisaria se unir como Roma e seu império, ou como a Prússia unificou a Alemanha: ou seja, era preciso um projeto imperial.

Olhando para a crise grega e européia, podemos nos perguntar: como se desenvolveram as relações entre as principais potências capitalistas desde que a crise global emergiu? Houve uma união de forças, para resolver problemas comuns, ou, ao contrário, um aprofundamento dos conflitos e antagonismos? No caso da Europa, a resposta é clara.

Internacionalmente, apesar da formação do G20—sobre o qual não se ouviu falar muito ultimamente—há um atrito crescente. Isso ficou evidente no final do ano passado, em Copenhague, e está evidente nos conflitos econômicos que se acirram entre os EUA e a China. As divisões se aprofundarão, qualquer que seja o julgamento a respeito do caráter manipulador da China e sua moeda. Num conflito com a China, o governo Obama convocará seus aliados para o seu lado. Isso tem grandes implicações para a Austrália. Poderíamos muito bem ver aqui uma situação onde a burguesia é dividida entre facções pró e contra-China, como aconteceu em outros países da região.

A situação na Austrália não é exatamente igual a dos outros países. Porém, é uma combinação original dos processos básicos do desenvolvimento mundial—ou seja, da totalidade. Como em todo grande país capitalista, o corte nos gastos sociais é a peça central do programa governamental. Embora os ganhos originados do aumento das exportações para a China tenham permitido à burguesia australiana certa folga, vimos claramente surgir uma economia de "duas faixas", junto a uma série de falências e demissões no setor manufatureiro. Enquanto isso, vimos também a simplificação da força de trabalho, que está prejudicando profundamente os jovens.

O relacionamento da economia australiana com a chinesa pode mudar drasticamente. Caso os EUA decidam retaliar a China, esta buscará uma expansão fora do mercado americano. Existem evidências de que esse movimento já está em curso. Com qual grande potência a burguesia australiana se alinharia? O chamado "cenário do pesadelo", onde a classe dominante seria forçada a escolher entre os EUA e a China, pode realmente surgir. Além dessas mudanças, qualquer queda brusca dos investimentos chineses—sem falar num possível colapso da bolha econômica chinesa—teria consequências enormes para o capitalismo australiano e de todo o mundo. ▪

A GREVE DOS CAMINHONEIROS DE MINEÁPOLIS EM 1934

Por Ron Jorgenson

1ª Parte

Na manhã de 7 de fevereiro de 1934, trabalhadores de empresas distribuidoras de carvão de Mineápolis, no estado de Minnesota, se espalharam pela cidade, armados com mapas e instruções de greve mimeografados, prontos para interromper as atividades das 67 companhias que alimentavam a energia e o aquecimento das indústrias e casas da cidade.

No final de janeiro, Mineápolis, conhecida por seus invernos rigorosos, foi tomada por um clima extraordinariamente quente e a demanda por carvão diminuiu. No entanto, no dia primeiro de fevereiro, as temperaturas caíram repentinamente abaixo de zero e, no dia seguinte, um coeso grupo de trabalhadores—que liderava os esforços em busca de melhores condições de trabalho, maiores salários e o reconhecimento sindical da categoria—chamou uma reunião. Os trabalhadores das distribuidoras de carvão, não organizados em sindicato, arrasados pela pobreza e carregando nas costas o pior da Grande Depressão de 1929, votavam pela greve.

As preparações para aquele momento haviam começado, silenciosamente, três anos antes. Agora, em apenas três horas, cerca de 600 trabalhadores, entre eles motoristas de caminhão, auxiliares e aqueles vinculados ao trabalho de transporte nos galpões de carvão, conseguiram interromper as atividades de 65 companhias. Nos locais onde caminhões individuais, auxiliados pela polícia, conseguíam atravessar as linhas de piquete, os grevistas usavam uma técnica chamada "piquete móvel" para barrar o avanço.

Tratava-se do seguinte: um caminhão dos grevistas emparelhava com o do fura-greve e um piqueteiro saltava dentro da cabine do pelego, puxando o freio-de-mão. Em seguida, um segundo piqueteiro acionava a alavanca de despejo e toda a carga de carvão da caçamba era despejada na rua.

A greve pegou de surpresa a elite dominante de Mineápolis. Um de seus representantes declarou à Comissão Regional de Trabalho (CRL): "Esta cidade está em estado de emergência. A vida e a segurança do público estão ameaçadas!".

Os estoques de carvão se esvaíam e a polícia da cidade não era capaz de derrotar os grevistas. Apenas dois meses antes, a organização dos capitalistas de Mineápolis—a Aliança dos Cidadãos—tinha acabado facilmente com uma tentativa de mobilização do *Amalgamated Clothing Workers of America* (ACWA – "Trabalhadores Têxteis Unidos da América", união sindical de trabalhadores da indústria têxtil) e esmagado, em seguida, uma greve em sete companhias de fabricação de móveis.[1]

Esperando evitar a greve no setor do carvão, a Aliança dos Cidadãos concedeu um aumento salarial. Com a greve em andamento, a CRL interveio propondo o fim do movimento com base na recontratação de todos os grevistas e numa eleição para escolha de representantes sindicais.

Os trabalhadores aceitaram a proposta da CRL e concordaram com a volta ao trabalho depois de três dias de piquetes. Retiraram todas as suas reivindicações, exceto uma: que a regional 574 do sindicato dos caminhoneiros fosse a representante legítima da categoria nas negociações com o patronato. Na

1. William Millikan, *A Union Against Unions: The Minneapolis Citizens Alliance and Its Fight Against Organized Labor, 1903-1947* (Imprensa da Sociedade Histórica de Minnesota, 2001), p. 268.

Ron Jorgenson é membro do Comitê Internacional da Quarta Internacional (CIQI —1953). Este artigo foi publicado em quatro partes no wsws.org. Aqui, publicamos as duas primeiras partes. As outras duas serão publicadas no próximo número da revista MAISVALIA. *A tradução é de Pedro Ribeiro.*

exigência, estava implícito que os trabalhadores não-sindicalizados estariam livres para negociar por conta própria.

Por 30 anos, a Aliança dos Cidadãos foi uma das mais determinadas associações da classe dominante na luta contra o *closed shop* [acordo trabalhista onde a empresa é obrigada a contratar apenas trabalhadores sindicalizados] ou o *union shop* [acordo trabalhista onde o trabalhador não-sindicalizado precisa se sindicalizar para permanecer empregado]. A Aliança defendia, contrariamente, o *open shop*, vendendo a ilusão de que, dentro do capitalismo, os trabalhadores seriam perfeitamente livres para negociar, por conta própria, com seus empregadores.

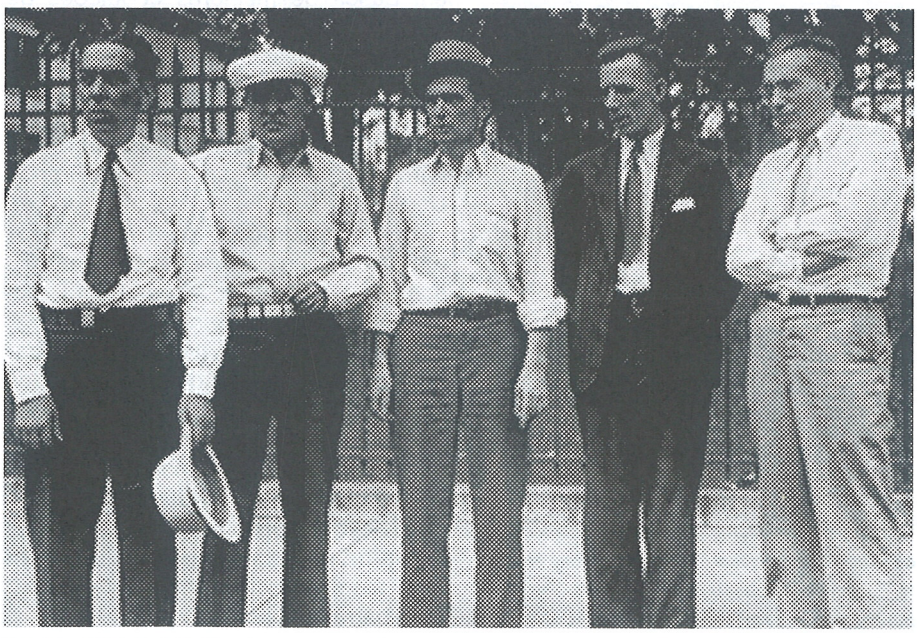
Assim, as companhias distribuidoras de carvão assinaram a proposta da CRL, e a Aliança dos Cidadãos notificou seus membros que isso jamais os forçaria a assinar um contrato direto com o sindicato. Ou seja, nenhum desafio ao reinado do *open shop* seria negociado em Mineápolis .

Até a data em que as eleições propostas pela CRL foram realizadas, no dia 14 de fevereiro, nem mesmo um único trabalhador se apresentou para negociar direta e individualmente com os empregadores. Em vez disso, a regional 574 teve uma vitória esmagadora, com 700 trabalhadores votando a favor da representação sindical.

A decisão de assinar o termo era vista, por parte das companhias e da Aliança dos Cidadãos, como um problema temporário. A entrega de carvão, enquanto uma operação sazonal, terminaria em março ou início de abril. Portanto, o aumento salarial seria um fardo para as companhias apenas por um curto período. A Aliança dos Cidadãos teria bastante tempo para descobrir os líderes da greve. Quando as entregas recomeçassem, no outono, os hereges já estariam na lista negra do patronato, o aumento salarial seria revertido e o regime de *open shop* seria fortalecido.

Mas os dirigentes da greve não esperaram até o outono. Em vez disso, ampliaram rapidamente sua organização entre a indústria do transporte, levando a uma erupção ainda maior da luta de classes. Os eventos titânicos do verão de 1934 superariam, do ponto de vista da iniciativa e da mobilização independentes da classe trabalhadora, qualquer embate travado anteriormente pelo proletariado americano.

O fundamento objetivo dos eventos de 1934 era a crise global do sistema capitalista, a chamada Grande Depressão. Em Minnesota, no ano de 1932, perdas operacionais afetavam 86% dos fabricantes do estado. Entre 1929, o ano do crash do mercado de ações em Wall Street, e 1933, quando o presidente Franklin Delano Roosevelt iniciou o *New*



Em cima, 1934: marcha dos desempregados no City Hall é reprimida pela polícia
Embaixo alguns dos líderes da regional 574: Grant Dunne, Bill Brown, Miles Dunne e Vincent Dunne.

Deal, 25% das fábricas de Mineápolis fecharam as portas e o valor líquido das mercadorias comercializadas caiu em 45%. No ano de 1932, o desemprego em Minnesota atingiu a marca de 23,4%, pouco abaixo da média nacional. Os salários dos trabalhadores de Mineápolis caíram em 27%, e 45% da força de trabalho viu sua jornada semanal descer abaixo das 40 horas.[2]

Para os trabalhadores da época, o principal mecanismo de suporte financeiro era o pagamento em prestações, onde os salários do próximo ano pagavam as necessidades daquele ano. Os planos de parcelamento das dívidas foram oferecidos por toda a década de 1920 e, quando a Depressão tornou impossível aos trabalhadores pagar suas dívidas, o edifício do crédito ruiu. Estima-se que, no ano de 1929, 69% do PIB dos EUA se concentrava no débito privado não-corporativo.[3]

O leve ascenso econômico que começou em 1933-1934, combinado com os gastos do *New Deal*, deu o impulso necessário para o início das lutas dos trabalhadores.

Mas o caráter politicamente avançado da greve de 1934 não foi mero resultado de processos econômicos. Nos anos de 1933-1934, observou-se um crescimento acentuado no número de greves, onde, no entanto, a maioria acabou em derrotas.

O alto nível da luta de classes alcançado em Mineápolis no ano de 1934 vinculou-se ao desenvolvimento histórico da direção revolucionária marxista. Essa foi a particularidade e a importância do movimento, cujos acontecimentos são ainda hoje de grande valor para as lutas da classe trabalhadora, principalmente no âmbito sindical.

Esse caráter avançado da luta não se devia, entretanto, a uma característica apenas americana. Na verdade, estava vinculado a processos internacionais e, no seu cerne, tinha a luta travada por Leon Trotsky e a Oposição de Esquerda pelos princípios da Revolução Russa de 1917, contra a burocracia stalinista.

Muitos acadêmicos e comentaristas "esquerdistas" da pequeno-burguesia insistem em negar isso, buscando atribuir o sucesso da greve dos caminhoneiros em 1934 às tradições sindicais previamente existentes nos Estados Unidos. Tais indivíduos enxergam os líderes da greve simplesmente como sindicalistas, bons organizadores e propagandistas da militância sindical.

Mesmo o biógrafo de Franklin D. Roosevelt, por exemplo, insiste que o papel dos líderes sindicais teve pouco a ver com o marxismo. Segundo ele, a liderança era

radical (trotskista), durona, corajosa, integralmente honesta e notavelmente capaz, muito mais preocupada com o ganho de benefícios concretos para os trabalhadores que representava do que com a pureza ideológica.[4]

Por que, então, às vésperas da Segunda Guerra Mundial, o herói de sua biografia sentiu-se compelido a condenar e encarcerar justamente esses líderes "trotskistas"? A esse fato, entretanto, o biógrafo não oferece resposta.

Estão corretas as afirmações de que os trabalhadores dos galpões de armazenamento de carvão que estavam no seio da luta—Carl Skoglund e os três irmãos Dunne (Vincent, Miles e Grant)—tinham uma experiência sindical muito rica na região, incluindo o envolvimento em organizações como a *Industrial Workers of the World* (IWW – Operários do Mundo). No entanto, essa experiência, por si mesma, não explica os eventos de 1934.

A verdade é que eles tinham um alto nível de consciência política e uma firme convicção na força e no potencial revolucionário da classe trabalhadora americana, justamente porque eram membros do movimento trotskista americano, conhecido pela *Communist League of America* (CLA – Liga Comunista da América).

Para além das dificuldades organizativas e das tarefas rotineiras das greves de 1934—e elas eram muitas—, o grande desafio enfrentado por esses trabalhadores era o de confrontar a Aliança dos Cidadãos e o Estado capitalista sob todas as suas formas: oficiais do governo, polícia, delegados armados, Guarda Nacional, mediadores trabalhistas e imprensa. Um outro desafio era combater as ações dos fura-greve da burocracia sindical do *International Brotherhood of Teamsters* (IBT – Irmandade Internacional dos Caminhoneiros) e as provocações do Partido Comunista stalinista.

Por fim, havia ainda o problema da manutenção da independência de classe em relação ao *Farmer-Labor Party* (FLP – Partido dos Pequenos-Fazendeiros e Trabalhadores) de Minnesota, que recentemente havia eleito o governador do estado, Floyd B. Olson. Muitos "esquerdistas" retratam o reformista FLP como uma força favorável, que facilitou a vitória da greve dos caminhoneiros. A realidade, no entanto, foi muito diferente. Os líderes trotskistas não se cansavam de alertar aos trabalhadores de Mineápolis que não deviam confiar em Olson e, em seu lugar, deviam confiar apenas nas própria forças.

A Aliança dos Cidadãos

Mineápolis, situada perto da confluência dos rios Mississípi e Minnesota, gerou seus primeiros lucros no século XIX, a partir da indústria da madeira. As serrarias, que utilizavam energia hídrica gerada nas Quedas de St. Anthony, situada nos bancos de Mineápolis do Rio Mississípi, deram lugar depois a gigantescas plantações de grãos, criando enormes fortunas, como aquelas associadas a nomes como Pillsbury. Após a construção dos trilhos do barão das ferrovias James J. Hill, que ligavam Mineápolis-St. Paul ao Oceano Pacífico, a cidade cresceu e prosperou com a entrada do comércio vindo do nordeste do país.

Os usineiros da cidade mantinham um monopólio, controlando a produção dos grãos de toda a região. Através de uma rede local de comércio de grãos, depenavam os pequenos fazendeiros de Minnesota e Dakota do Norte/Sul, combinando preços e trapaceando abertamente nos acertos das contas.

Mas o crescimento do capital trouxe consigo o crescimento do trabalho industrial e manufatureiro. Entre 1901 e 1902, o número de greves organizadas pela *American Federation of Labor* (AFL–Federação Americana do Trabalho) dobrou. Em 1903, uma greve de um mês abalou as usinas de farinha da cidade. O programa da Federação do Trabalho do Estado de Minnesota, naquela época, defendia uma jornada diária de 8 horas, a nacionalização dos serviços de energia, ferrovias e minas, e "a propriedade coletiva pelo povo de todos os meios de produção e distribuição".[5]

David Parry, o presidente da Associação Nacional dos Fabricantes, fez um discurso em um encontro da elite de Mineápolis, em 1903, evidenciando a já clara constituição das relações de classe. Parry declarou que o *closed shop* era

uma teoria de governo à qual aqueles que entendem e apreciam a liberdade e a civilização americanas nunca darão seu consentimento genuíno (...) Por isso, devemos nos empenhar em cortar o mal pela raiz, e essa raiz é o amplo sentimento socialista compartilhado por certas classes da população.[6]

Mas a classe capitalista de Mineápolis apenas começava a agir. Naquele mesmo ano, formou a organização chamada Aliança dos Cidadãos, com a finalidade explícita de derrotar o *closed shop*. A Aliança dos Cidadãos seria seu organismo central, tendo, no entanto,

2. MILLIKAN, pp. 249-50.

3. Everett Luoma, *The Farmer Takes a Holiday: The Story of the National Farmers' Holiday Association and the Farmers' Strike of 1932-1933* (Exposition Press, 1967) p. 25.

4. Kenneth Davis, FDR: *The New Deal Years 1933-1937* (Random House, 1986), pp. 326-27.

5. MILLIKAN, pp. 5-6.

6. MILLIKAN, p. 30

incontáveis organizações subordinadas, promovidas durante os 30 anos seguintes para realizar os trabalhos mais sujos.

A Aliança usava agências de investigação com infiltrados para espionar e controlar os trabalhadores. Um bureau de emprego centralizado mantinha dados detalhados sobre a mudança de emprego de cada trabalhador, sendo capaz de manter uma lista negra eficaz. Em certos casos, um trabalhador só conseguia emprego depois de concordar em agir como informante. Quando embates trabalhistas estouravam, capangas privados, polícia, mandatos judiciais, assim como as penitenciárias da cidade e da região estavam a seu dispor. Extensos fundos anti-greve eram disponibilizados às companhias.

A Aliança usou também seu poderio econômico para destruir qualquer empresa que assinasse um acordo trabalhista. Somente era permitido o acordo com o trabalhador individual. Jornais que apresentassem a mais sutil tendência liberal quanto a assuntos do movimento trabalhista eram boicotados.

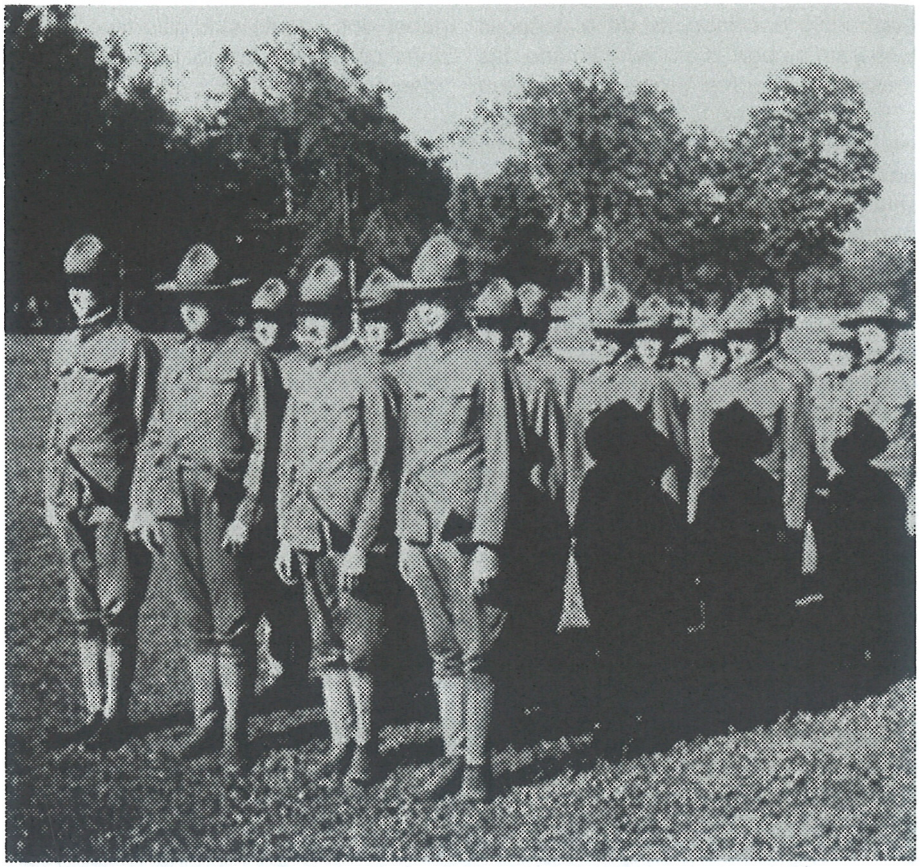
Escolas técnicas foram criadas para oferecer profissionais especializados e, acima de tudo, garantir aos patrões um exército permanente de furagreves. Estudantes eram doutrinados com ideologias anti-sindicais e respeito pela administração. Uma das publicações das escolas técnicas pregava: "Seu patrão é seu superior, tem mais direito sobre você do que você sobre ele".[7]

As greves de 1916

Até 1914, foram criados apenas quatro novos sindicatos em Mineápolis. Entre 1914 e 1916, a Primeira Guerra na Europa enriqueceu os negócios locais e os patrões enfrentaram apenas três greves.

Mas, em 1916, houve uma mudança. No norte do estado, o *Industrial Workers of the World* liderou greves de cerca de 15.000 mineiros. Na região, milhares de lenhadores também se revoltaram. O IWW, através de um de seus sindicatos afiliados, como a Organização dos Trabalhadores Agrícolas, conseguiu organizar cerca de 20 mil trabalhadores agrícolas do estado de Minnesota, responsáveis por mais de 50% da colheita daquele ano.

Em Mineápolis, o sindicato dos maquinistas percebeu a impossibilidade de encarar sozinho o poderio da Aliança dos Cidadãos ao tentar organizar os trabalhadores de uma das maiores fabricantes de máquinas e instrumentos agrícolas da cidade. Por isso, em vez de se restringir a uma categoria específica, rompeu temporariamente com a tradição e expandiu sua greve, procurando organizar todas as categorias de trabalhadores ferroviários.



1917: Assistência Civil de Mineapolis, liderados pelos "homens de princípio".

Na esteira da greve dos maquinistas veio um esforço organizativo dos caminhoneiros, envolvendo 1.200 trabalhadores em 150 empresas. A Aliança respondeu com um *lockout*, com gangsteres usando violência física e ameaçando os trabalhadores com armas de fogo. O Conselho Conjunto dos Caminhoneiros contra-atacou com uma manifestação de massas e uma greve geral de todos os trabalhadores do transporte. O prefeito da cidade, sob ordens da Aliança dos Cidadãos, jogou a polícia contra os trabalhadores.

O uso da polícia revoltou amplas camadas da sociedade. Thomas Van Lear, candidato a prefeito pelo Partido Socialista e líder do sindicato dos maquinistas, utilizou isso a seu favor para vencer as eleições. Mas, por fim, todas as greves foram esmagadas. A Aliança contornou facilmente o chefe "socialista" de polícia, empossado por Van Lear, utilizando oficiais subordinados ao xerife de Hennepin County no lugar de policiais locais. O programa reformista do PS foi bloqueado pelo conselho municipal, onde os políticos alinhados à Aliança eram maioria.

O ano de 1917

O ano de 1917 trouxe dois eventos que afetaram profundamente Minnesota e o país inteiro: a Revolução Russa e a entrada dos Estados Unidos na Primeira Guerra. A tomada do poder pelos trabalhadores russos sob liderança de Lênin e Trotsky polarizou o Partido Socialista entre sua ala reformista e aqueles que sustentavam uma perspectiva revolucionária, que mais tarde fundariam o Partido Comunista.

Em Mineápolis, Van Lear foi expulso do Partido Socialista e, em sua tentativa de reeleição fracassada, em 1918, concorreu como candidato por um novo partido, criado por líderes reformistas da Associação de Profissionais e Trabalhadores de Mineápolis. Chamado de Liga Não-partidária Municipal, o novo partido tinha como slogan "100% pelo 'americanismo'" e apoiava as políticas do presidente Woodrow Wilson.

A Aliança dos Cidadãos aproveitou o clima político do período da guerra para intensificar seu ataque aos trabalhadores, criando a Comissão de Segurança Pública de Minnesota (CSPM). Sua orientação era indicada por seu jornal patronal, que, entre outras coisas, declarava: "Quando surge o estresse de uma guerra, o mecanismo governamental precisa, por necessidade, tornar-se mais ou menos autoritário".

Um membro da Aliança dos Cidadãos que ajudou a arquitetar a CSPM declarou:

Não se falará de traição nas ruas desta cidade. Os oradores de esquina, que hoje denunciam o governo e defendem a revolução, denunciando também o exército e pregando o não-alistamento, logo verão o sol nascer por trás das grades de algum campo prisional nas pradarias.[8]

7. MILLIKAN, p. 69

8. MILLIKAN, p. 103

As liberdades democráticas foram suspensas. A CSPM, em atos de intimidação, prendia ou removia do emprego aqueles que se opunham à guerra. Manifestações eram banidas. Sedes e organismos de imprensa dos sindicatos ou pequenos fazendeiros eram invadidos ou fechados. Centenas de agentes realizavam dezenas de milhares de investigações, batidas noturnas e prisões.

O Estado estabeleceu a Guarda de Minnesota—11 batalhões liderados pelos "homens de princípios", sob controle do governador—para serem usados contra trabalhadores e manifestações. A Aliança dos Cidadãos aproveitou a oportunidade para organizar a Assistência Civil de Mineápolis, uma milícia paramilitar. Quando uma greve dos operadores de bonde explodiu em Mineápolis e St. Paul, no ano de 1917, a Guarda Interna e a Assistência Civil foram mobilizadas para derrotar os grevistas.

O pós-guerra e o surgimento do FLP

Durante o pós-guerra, a Aliança dos Cidadãos buscou projetar-se mais energeticamente por todo o estado de Minnesota, promovendo grupos similares nas outras cidades. Isso fortaleceu seus esforços pela aprovação de projetos de seu interesse na Câmara estadual.

Na onda de greves do pós-guerra, a Aliança não estava determinada apenas em lutar contra o *closed shop*: partia para a ofensiva buscando reverter as conquistas da AFL e tentando destruir suas jurisdições profissionais, incluindo aquelas do setor de construção. Em pouco tempo, dois terços dos projetos de construção em St. Paul não eram mais sindicalizados. A Aliança defendia propostas de leis que buscavam não apenas limitar os piquetes, mas bani-los por completo.

Olhando em retrospectiva para o período de terror da guerra, vemos que muitos dos trabalhadores e pequenos fazendeiros de Minnesota eram cientes de que a Comissão de Segurança Pública estava, na verdade, submetida a um esquema bipartidário, onde o poder era divido entre os Democratas e os Republicanos.

A política de oposição em Minnesota contava com um novo movimento, a *Nonpartisan League* (NPL —Liga Não-partidária). A NPL se originou em Dakota do Norte, onde o Partido Socialista encontrou uma resposta para suas agitações num setor significativo dos pequenos-fazendeiros, que acreditavam ser enganados pelas companhias ferroviárias, pelos mercados de grão, pelas companhias de processamento de produtos agrícolas e pelos bancos. Não à toa.

O PS conseguiu conferir um *status* "apartidário" ou não-partidário a esses pequenos-fazendeiros organizados. Em um estado onde três quartos dos eleitores viviam na zona rural, essa facção do partido cresceu rapidamente e desafiou a facção "ortodoxa".

Temendo tal crescimento, o PS derrubou a vinculação dos não-partidários. Mas a fração resistiu à dissolução e continuou existindo sob a sigla NPL, com um programa reformista que tinha como objetivo criar processadores de grãos estatais e estabelecer um sistema de crédito rural para ajudar os fazendeiros. Sua tática era entrar com candidatos nas primárias do Partido Republicano. O resultado foi uma vitória arrasadora no Parlamento em 1916 e, em 1918, a NPL assumiu o Senado.

O movimento da NPL espalhou-se pelo estado de Minnesota, onde encontrou grande receptividade entre os pequenos-fazendeiros. Mas Minnesota era mais diversa do que isso. Embora estes constituíssem uma parte importante da população, a NPL não poderia ter sucesso se ignorasse a classe trabalhadora urbana de Mineápolis, St. Paul e Duluth, assim como os mineiros de Iron Range e os trabalhadores espalhados pelo estado em indústrias como a de madeira. Isso levou a AFL a estabelecer sua própria organização não-partidária e colaborar com a NPL.

Os Republicanos, porém, não permitiriam que a NPL assumisse o controle de regiões dominadas por seu partido, como havia acontecido em Dakota do Norte. No final, a NPL e AFL foram forçadas a lançar candidaturas nas eleições de 1920 sob a sigla do Partido dos Pequenos–Fazendeiros e Trabalhadores (FLP), e tiveram bons resultados. Em 1922 e 1923, respectivamente, ganharam as duas cadeiras do estado para o Senado dos EUA. Mas a Aliança dos Cidadãos e os Republicanos continuaram a dominar a política de Minnesota. Na eleição de 1922, os votos do Partido Democrata diminuíram para 10%, com o FLP abocanhando os votos que eram do Partido Democrata.

O FLP, ainda que contivesse seguidores leais entre as duas classes presentes em seu nome, era, em essência, um partido reformista, permeado por elementos pequeno-burgueses que, aos poucos, assumiram sua direção (Floyd B. Olson, governador pelo FLP em 1930, era um promotor de Hennepin County, que havia tentado inicialmente entrar na política como Democrata; Elmer Benson, que se tornou o segundo governador pelo FLP, depois de Olson, era um banqueiro rural).

No início de 1923, alguns líderes sindicais, como o membro reformista do Partido Socialista, William Mahoney, pensavam que a participação de membros do Partido Comunista no PS poderia fortalecer sua posição diante do FLP. Outros, como Robley Cramer—editor do *Labor Review*, de Mineápolis—mantinham em relação ao PC a seguinte atitude: "Não são muito numerosos; são bons trabalhadores e uma força dinâmica esplêndida (...) Podem ajudar bastante se estiverem com você e podem dar muito mais trabalho se os mantiver fora".[9]

Mas o Partido Comunista desenvolveu políticas desastrosas e oportunistas em relação ao FLP. Não compreendia a necessidade da classe trabalhadora exercer um papel dominante, como defendeu o Partido Bolchevique na Revolução de Outubro de 1917, onde o campesinato foi arrastado pela classe trabalhadora na formação do Estado Operário. Somente em 1928 a questão seria compreendida por alguns membros do PC. A aliança entre os elementos da AFL e do PS com o PC seria de curta duração, na medida em que eram cada vez mais atacados pela ala conservadora do FLP, cuja luta final levou à expulsão do PC.

Os líderes da regional sindical 574 dos caminhoneiros de mineápolis

Em 1915, Vincent Dunne conheceu Carl Skoglund em Mineápolis. Skoglund, um imigrante sueco, se juntou ao Partido Socialista em 1914. Dunne fora um membro do IWW, e Skoglund introduziu-o ao marxismo. Ambos apoiaram a Revolução Russa e, depois, se juntaram ao Partido Comunista. Dunne e Skoglund vivenciaram em Minnesota muitas das grandes lutas de sua época.

Em 1924, conheceram James P. Cannon, um membro dirigente do Partido Comunista, que passava por Minnesota em uma de suas viagens como enviado da *International Labor Defense* (ILL —Defensoria Internacional do Trabalho). Impressionados com Cannon, se aproximaram dele quatro anos depois, em 1928. Estavam ambos profundamente preocupados com a expulsão de Leon Trotsky e Gregory Zinoviev do Partido Comunista. Cannon, igualmente preocupado, apenas respondeu: "Quem sou eu para condenar os líderes da Revolução Russa?"[10]

Ao final daquele ano, Cannon foi à União Soviética participar do Sexto

9. Millard Gieske, *Minnesota Farmer-Laborism: The Third-Party Alternative* (Imprensa da Universidade de Minnesota, 1979), pp. 83-84.

10. James P. Cannon, *The History of American Trotskyism* (Pathfinder, 1972), p. 47.

1922: Max Eastman, James P. Cannon e William Haywood em Moscou.

Congresso Mundial da Internacional Comunista. Lá, obteve o documento de Trotsky intitulado "Crítica ao Esboço de Programa da Internacional Comunista".

O documento deixava clara a orientação anti-marxista da facção Stalin-Bukharin, que falhava ao não reconhecer as contradições internacionais do capitalismo e ao defender que o socialismo poderia ser construído dentro das fronteiras da União Soviética. Trotsky, por outro lado, defendia que a União Soviética poderia ser defendida apenas com base numa perspectiva internacional da revolução mundial e somente assim poderia haver um avanço mundial rumo ao socialismo.

O documento revelava como, na China, na Inglaterra e em outros países, a facção de Stalin havia subordinado a classe trabalhadora às forças não-proletárias. Numa seção complementar, tratava das políticas oportunistas defendidas por Stálin em relação ao FLP americano, onde os pequenos-fazenderos eram defendidos enquanto uma força revolucionária independente. Trotsky insistia, de acordo com a teoria da revolução permanente, que a pequena-burguesia não poderia desempenhar nenhum papel revolucionário independente e deveria ser armada e dirigida pela classe operária, com base num programa marxista.

Cannon voltou para Nova Iorque e iniciou, imediatamente, com base na perspectiva de Trotsky, a organização de uma oposição dentro do Partido Comunista dos EUA. Em um curto período de tempo, ele e seus apoiadores foram expulsos por seus oponentes no PC americano. Em seguida, o partido emitiu diretivas que praticamente obrigavam suas outras seções a referendar cegamente a expulsão de Cannon.

Em Mineápolis, no entanto, Carl Skoglund e Vincent Dunne se recusaram a votar pela expulsão e pediram mais informações, sendo também expulsos do partido. Os dois tinham experiência pessoal com expulsões, tendo sido banidos da AFL em 1926, durante o "Red Purge" [Expurgo Vermelho] conduzido pela burocracia. Dunne, que havia sido candidato pelo FLP, também fora expulso daquela organização no início de 1928. No final, mais de duas dúzias de membros do PC em Mineápolis foram expulsas. A maioria se juntou à Oposição depois de conhecer o programa de Trotsky.

O grupo de Cannon finalmente estabeleceu a Oposição de Esquerda nos Estados Unidos, sob o nome de *Communist League of America* (CLA —Liga Comunista da América). Durante esse período, os seguidores de Trotsky procuravam influenciar os Partidos Comunistas de volta para a perspectiva marxista e internacionalista, numa luta contra as lideranças stalinistas. Essa época foi muito rica no desenvolvimento teórico da CLA.

"Passávamos um bom tempo estudando os clássicos do marxismo e discutindo como construir um caminho revolucionário", relatou Farrel Dobbs, que se juntou à CLA antes da greve de 1934.[11]

11. Farell Dobbs, *Teamster Rebellion* (Anchor Foundation, Inc., 1972) p. 34.

Burocracia sindical *versus* sindicalismo operário

O maior bloqueio à luta dos trabalhadores era a burocracia da AFL. O crescimento e as transformações na estrutura do capitalismo, principalmente o desenvolvimento qualitativo da divisão do trabalho trazido pela linha de montagem, embasou a política reacionária da AFL, que fragmentava os trabalhadores fabris em diferentes ofícios.

O presidente do *Teamsters International* [sindicato dos caminhoneiros], Daniel Tobin, personificava a figura do burocrata sindical de direita e conservador. Em 1934, seu ódio pelos dirigentes trotskistas da regional 574 veio à tona quando esses aproximaram auxiliares de motorista e trabalhadores dos depósitos para filiarem-se ao sindicato local. Tobin chamava esses trabalhadores não-qualificados ou não-motoristas de "lixo". Em 1933, quando começou a revolta, Tobin declarou: "A mistura na adesão ao sindicato está em vigor... Não queremos esses homens hoje se amanhã entrarão em greve".[12]

Em 1934, os trotskistas não

12. Art Preis, *Labor's Giant Step: Twenty Years of the CIO* (Pioneer Publishers, 1964) p. 41.

1931: governador do Partido dos Pequenos-Fazendeiros e Trabalhadores, Floyd B. Olson.

possuíam quaisquer posições oficiais dentro da regional 574. Bill Brown, o presidente da regional, era uma exceção ao típico burocrata. Ele apreciava a colaboração com os trotskistas.

Mas a maioria dos diretores do sindicato seguia Tobin. O número de membros do sindicato nos galpões de carvão, às vésperas da greve, era de meros 75 trabalhadores, resultados de um acordo de bastidores entre o sindicato e um pequeno grupo de empresas distribuidoras de carvão, que concordaram com o *closed shop* em troca de serviços escusos por parte do sindicato. Os chefes do sindicato estavam satisfeitos com esse estado de coisas e não tinham qualquer intenção de organizar os trabalhadores.

Prelúdio a 1934

Em 1930, Floyd B. Olson foi eleito o primeiro governador de Minnesota pelo FLP. Durante sua campanha, havia estabelecido os "Comitês Supra-partidários por Olson", num esforço por obter apoio entre setores dos Democratas e Republicanos. Ao assumir o governo, benefícios e cargos foram oferecidos aos que tinham apoiado sua eleição.

Uma das primeiras lutas que abalaram o meio-oeste foi a greve dos pequenos-fazendeiros de 1932-33, organizada pela *National Farm Holiday Association.* Entre 1920 e 1930, os preços dos produtos agrícolas haviam caído. A renda líquida anual caiu de US$ 15,4 bilhões para US$ 9,3 bilhões. Cerca de 450 mil proprietários perderam suas fazendas. O valor da propriedade agrícola caiu em US$ 20 bilhões e o preço dos arrendamentos aumentou em US$ 200 mil.[13]

A greve envolveu dezenas de milhares de fazendeiros. Rodovias e ferrovias que conduzem a grandes cidades—Iowa, Nebraska, Dakota do Sul e Minnesota—foram bloqueadas para barrar a circulação das mercadorias agrícolas, na tentativa de criar escassez para subir os preços. Os grevistas interromperam execuções de hipoteca de fazendas. Ocorreram batalhas acirradas com oficiais da polícia, onde alguns fazendeiros foram mortos.

É bem possível que os caminhoneiros que levavam seus produtos de Mineápolis a outras cidades no período tenham aprendido com as técnicas da greve dos fazendeiros, que paravam os caminhões nas estradas e derramavam as cargas. Pouco depois, a associação dos fazendeiros que organizou a greve, a *National Farm Holiday Association*, foi uma das maiores contribuintes, inclusive financeiramente, da greve dos caminhoneiros do 574.

Em Austin, Minnesota, cerca de 90 milhas ao sul de Mineápolis, um jovem trabalhador de uma empresa de embalagens, chamado John Winkels, se juntou aos piquetes dos fazendeiros e ajudou a impedir a circulação dos produtos agrícolas para o mercado local. Mais tarde, em 1933, Winkels ficou conhecido por dirigir a ocupação do abatedouro da George A. Hormel & Company.

Na ocasião, Olson mobilizou a Guarda Nacional e a enviou para Austin. Winkels e seus companheiros responderam com barricadas de sacos de areia na entrada da empresa. "Pegamos espingardas, rifles, pistolas, estilingues, munição e qualquer coisa que conseguíssemos arremessar", afirmou. "Pegamos até uma velha metralhadora. Dissemos a eles que estávamos preparados —e que viessem!".[14]

Olson conseguiu desarmar a luta em Austin, estabelecendo um acordo de reconhecimento sindical. Mas sabia que uma coisa era bajular um capitalista isolado da região rural de Minnesota até extrair dele um acordo, e outra, completamente diferente, era reconciliar a Aliança dos Cidadãos e os grevistas mobilizados de Mineápolis.

A proliferação das lutas dos fazendeiros e trabalhadores industriais fez com que Olson se afastasse do conservadorismo dos primeiros dias de sua administração. Em 1933, tentou mudar a legislação para aprovar um programa de seguro-desemprego.

A Aliança dos Cidadãos se revoltou contra a proposta, condenando-a como "o mais avançado controle socialista da vida e da indústria". Olson tentou conversar com a oposição. Alertou:

13. LUOMA, pp. 16-17.

14.Interview with Pioneer Packinghouse Organizer: *How Sitdown Won First Hormel Strike* (Bulletin, September 10, 1985) p. 8.

1933: greve na fábrica Hormel Packing, em Austin.

Grupo de assistência feminino servindo os piqueteiros

A indústria, tendo como única preocupação o lucro, não lembrou-se do bem-estar dos trabalhadores (...) Agora, resta ao Estado fazer o que ela não foi capaz de fazer (...) Esta proposta é uma tentativa, sábia ou não, de remendar o assim chamado sistema capitalista—para evitar a socialização da indústria (...).[15]

Maio de 1934: os preparativos da greve

Depois do sucesso da greve do carvão em fevereiro, os trotskistas não pararam para contemplar a vitória. Tomaram a decisão de expandir a luta além dos galpões de carvão, iniciando uma campanha para organizar os trabalhadores de toda a indústria do transporte, de motoristas a seus auxilares, trabalhadores das docas e plataformas até trabalhadores dos armazéns. Eles imprimiram um panfleto onde colocavam aos trabalhadores os seguintes argumentos:

VOCÊ SABIA? Que sob a Seção 7ª da NIRA [Lei de Recuperação da Indústria Nacional] os trabalhadores não só têm garantido o direito de se organizarem, como têm garantido o direito de exercerem esse privilégio sem discriminação?

VOCÊ SABIA? Que os trabalhadores do transporte de carvão de Mineápolis tiraram vantagem desse privilégio para se organizarem e, através dessa organização, conquistaram um aumento salarial de 25%?

O panfleto despertou um grande interesse dos trabalhadores, que foram bater na porta da regional 574. O sindicato encheu a regional com novos membros antes que Tobin, localizado em Indianápolis, Indiana, pudesse sabotar a operação.

Trabalhadores demitidos dos galpões de carvão foram mobilizados como organizadores do sindicato, onde ganharam experiência como oradores para acelerar e divulgar a campanha. Foram feitas reuniões especiais, estabelecidas e formalizadas as demandas contratuais, processo no qual a regional sindical teve um maior conhecimento da indústria do transporte como um todo.

No dia 15 de abril, o sindicato veio a público com o resultado de sua campanha e organizou um comício num teatro no centro da cidade. Na ocasião, mais de 3.000 trabalhadores compareceram e se filiaram ao sindicato. Decidiu-se tirar vantagem da popularidade do governador Olson e, principalmente, registrar seu apoio à greve, chamando-o a falar em público. Olson não compareceu, mas enviou um subordinado para ler uma carta em seu nome. Num dos trechos, declarava, "É meu conselho, se vocês desejam aceitá-lo: sigam o caminho sensato, se agrupando para sua própria proteção e bem-estar".[16]

Fortalecido, o sindicato começou a preparar a greve. Alugou uma garagem gigantesca para servir como quartel-general. Montou uma cozinha para alimentar os grevistas. Instalou um hospital, empregando enfermeiras voluntárias e um médico, deixando claro que a direção do sindicato não tinha quaisquer ilusões de que a luta seria ganha sem confronto. Mecânicos foram recrutados para fazer a manutenção da frota de 450 veículos, que durante a greve seria usada para despachar os piqueteiros por várias regiões.

Todos os membros da Liga Comunista em Mineápolis foram absorvidos pelos preparativos da greve. Eles assumiram a organização dos 30.000 desempregados da cidade, de modo a impedir que fossem utilizados como fura-greves, e trouxeram seus melhores elementos para as fileiras dos grevistas.

Também organizaram um grupo de assistência feminino, trazendo as esposas dos grevistas para fornecer apoio e integrar as equipes do hospital e cozinha. No auge da greve, cerca de 10.000 trabalhadores e suas famílias passavam pelo refeitório num único dia. O grupo de assistência se tornava mais importante a cada dia, na medida em que a greve se desenrolava. Realizavam manifestações de até 700 mulheres na prefeitura da cidade, para pressionar os proprietários das moradias a retirar os pedidos de despejo contra grevistas que atrasassem os aluguéis. Além disso, formavam piquetes nos escritórios da imprensa capitalista para protestar contra as mentiras e falsificações que eram publicadas.

Houve uma divisão do trabalho interna aos grevistas, onde os trabalhadores mais hábeis eram designados "capitães de piquete". Esquadrões especiais compostos pelos membros mais aguerridos do sindicato eram mantidos em alerta, prontos para entrar em ação nos momentos críticos. Mensageiros de motocicleta faziam a comunicação entre os núcleos espalhados pelo amplo campo de batalha, e patrulhas de automóveis vasculhavam a vizinhança em busca de caminhões fura-greve, notificando o quartel-general.

15. MILLIKAN, pp. 256-57.

16. DOBBS, p. 65.

Começa a greve!

As reivindicações do sindicato foram rejeitadas pelas companhias de transporte e, no dia 15 de março, a regional 574 aprovou, por unanimidade, a deflagração de greve para o dia seguinte.

Nos primeiros dias, piquetes móveis interromperam as atividades de transporte, enquanto mais e mais motoristas, auxiliares e trabalhadores dos galpões e armazéns se juntavam ao sindicato, aumentando seus filiados para a marca dos 6.000 membros. A polícia entrou em ação, prendendo 169 trabalhadores nos primeiros quatro dias. O valor das fianças chegavam a 50 dólares por trabalhador. Alguns eram sentenciados a prestar trabalho comunitário por 10-45 dias.

Um dos jornais locais, o *Tribune*, alertou no quinto dia de greve:

O suprimento dos alimentos da cidade começa a sentir o impacto da greve (...) Uma interrupção geral no funcionamento das padarias deve ocorrer dentro de um dia. Nos supermercados, situações similares se aproximam.[17]

No dia 19 de maio, grandes contingentes policiais foram mobilizados para escoltar os caminhões de transporte. Os grevistas, desarmados, se envolveram nos primeiros combates sérios com a polícia. Mais tarde, naquela noite, um espião infiltrado no quartel-general foi capaz de despachar três caminhões lotados de piqueteiros para uma localidade onde a polícia e a Aliança dos Cidadãos os esperavam. Além disso, conseguiu convencer um grupo de mulheres a acompanhar os grevistas.

Quando os piqueteiros chegaram, a armadilha se revelou e todos foram violentamente espancados. Carl Skoglund descreveu a cena da seguinte forma:

Me lembro daquela noite. Trouxemos de volta as mulheres e os piqueteiros do Beco do Tribune *para dentro do quartel-general da greve. As mulheres tinham sido mutiladas e estavam cobertas de sangue, duas ou três com pernas quebradas; várias permaneceram inconscientes por horas. Bastões foram usados contra homens e mulheres.*[18]

Em outras ocasiões, o uso de tamanha violência pela polícia e capangas colocava medo nos trabalhadores. Mas, dessa vez, o incidente enfureceu os grevistas, que rapidamente se armaram com todo tipo de bastão que puderam encontrar. O cenário estava pronto para as batalhas colossais dos dias 21 e 22 de maio, que entrariam para a história sob o nome do "Dia da Fuga dos Deputados".

De um lado, centenas de policiais e "deputados" da Aliança dos Cidadãos se aglutinaram no distrito dos mercados. Esses "deputados" eram mercenários contratados pela Aliança dos Cidadãos para os confrontos na greve, cujo custa individual era de cerca de US$ 75 mil a US$ 100 mil por mês.

O sindicato deslocou cerca de 500 piqueteiros e manteve 900 trabalhadores aguardando no quartel-general. Durante a noite, outros 600 grevistas infiltraram-se secretamente, em grupos de três, nas sedes da AFL próximas ao distrito dos mercados dos burgueses. Com o primeiro movimento dos caminhões nos mercados, as forças secretas do sindicato vieram à luz. Começou, então, o confronto. Na medida em que conflito aguçava, um número maior de deputados fugia, deixando a polícia sozinha para absorver a força do ataque. Cerca de 30 policiais foram hospitalizados.

No dia seguinte, o chefe de polícia de Mineápolis, Michael Johannes, convocou a Legião Americana, que forneceu 1.500 homens e vasculhou as penitenciárias, procurando por potenciais capangas. Novos deputados foram recrutados pela Aliança dos Cidadãos.

Do outro lado, trabalhadores da construção civil e do setor elétrico foram às ruas em apoio à greve e se juntaram ao exército da regional 574. Cerca de 20-30 mil pessoas, incluindo espectadores, encheram a região do mercado no centro da cidade, esperando que o confronto começasse. Uma estação de rádio local posicionou equipamentos portáteis para fornecer um relato preciso do combate. Novamente, o primeiro movimento de transporte de cargas detonou a batalha.

O historiador William Millikan fez o seguinte relato daquele dia com base nos informes dos deputados da Aliança dos Cidadãos, que evidencia bem o medo sentido por eles naquele momento:

Seguindo seu plano de batalha, milhares de piqueteiros enfurecidos recuaram para o sul, da Primeira Avenida para a Sétima Rua, de onde marcharam em direção aos trilhos ferroviários. Reforçados por três carregamentos de grevistas armados, deram de encontro com uma linha de policiais localizada na esquina da Sétima Rua com a Terceira Avenida, entre a companhia de cerveja Weisound Malt & Beer Company e o centro de passageiros Mineápolis Anoka & Cuyuna Range Railroad.

Ainda que os 23 oficiais de polícia tenham atrasado brevemente a marcha, os deputados posicionados na esquina nordeste da intersecção foram orientados a fugir para a zona do mercado. Sem líderes e inferiorizados numericamente, numa proporção de 50 para 1, eles rapidamente seriam destroçados.

Três esquadrões observavam ansiosamente em frente à Gamble-Robinson Company, conforme a multidão de grevistas "desembestava e descia pela Terceira Avenida como um bando de hienas". Quando os piqueteiros começaram a descer correndo a Terceira Avenida, os deputados fugiram e se esconderam num beco. Dentro de minutos, gritos de "aí vêm eles!" foram ouvidos em frente à Ryan Potato Company, na rua Terceira e na Sexta. O diretor da Aliança dos Cidadãos, Arthur Lyman, gritou para diversos esquadrões, ordenando que avançassem e defendessem a esquina. A multidão varria a Terceira Avenida, os grevistas "pareciam estar além de qualquer senso de razão e, certamente, estavam completamente enfurecidos, espalhando selvageria". A batalha decisiva pelo controle do distrito do mercado de Mineápolis estava prestes a começar.

Uma massa de vários milhares de grevistas enfurecidos tomou a Sexta Rua em dez minutos, preenchendo-a por completo e até mesmo cobrindo parte da entrada da rua do mercado. O exército da Aliança dos Cidadãos recuou sob um bombardeio de tijolos, garrafas, caixas de fruta, paus e chaves de roda. Diante do ataque dos grevistas, os deputados, feridos, sangrando ou inconscientes, foram arrastados para fora da rua.

Numa luta corpo a corpo, mais deputados foram derrubados, atingidos por mangueiras, canos, tacos de basebol e ganchos de ferro. Quando um deles, ferido, mostrava seu distintivo, era atingido na cabeça. Deputados cobertos de sangue rastejavam ou eram arrastados para os prédios da Sexta Rua ou, ainda, rolavam para baixo dos veículos na tentativa desesperada de fugir da ferocidade dos grevistas. Um deles relatou que "os motoristas de caminhão nos odiavam feito loucos".

Conforme os grevistas avançavam, um dos deputados gritou em alto e bom som para os oficiais de polícia próximos: "Pelo amor de deus, saquem suas armas. Eles vão nos matar!"

Isolados, sem qualquer liderança, em forte desvantagem numérica e combatidos violentamente pelos grevistas, os deputados, desmoralizados, perdiam sua formação e corriam desesperadamente para se protegerem.[19]

Tanto a polícia quanto os deputados desapareceram da zona do mercado e

17. Charles Rumford Walker, *American City: A Rank-and-File History* (Farrar & Rinehart, New York) p. 105.

18. Walker, p. 108.

19. MILLIKAN, p. XXIX-XXX.

os piqueteiros assumiram posições, dirigindo o trânsito. Foi uma vitória retumbante. Os acontecimentos estimularam os trabalhadores de todo o país. Como comenta Dobbs:

Os cinejornais, que na época eram parte do entretenimento nos cinemas, mostravam cenas do combate filmadas durante a batalha de terça-feira. Trabalhadores de todas as partes reagiram com entusiasmo às notícias. O público nos cinemas aplaudiam quando viam os piqueteiros batendo nos policiais, uma vez que, na maioria das greves, ocorria exatamente o contrário.[20]

A importância dos confrontos dos dias 21 e 22 de maio, ao lado de outras grandes greves dos trabalhadores das montadoras de Toledo, Ohio e dos trabalhadores das docas de São Francisco, foi resumida no momento por James P. Cannon da seguinte forma:

A fé messiânica na administração Roosevelt, que caracterizava o movimento grevista no ano passado e que, até certo ponto, forneceu o impulso inicial ao movimento, desapareceu amplamente ou deu lugar a uma desconfiança ou ceticismo (...) Os trabalhadores em greve dependem antes de tudo, agora, de sua própria organização e capacidade de luta. Esperam pouco ou nada da fonte que, um ano atrás, contemplavam esperando tudo (...) O que ocorreu, de fato, foi uma migração em sua fé, da NIRA governamental passou para suas próprias mãos, sua própria força.[21]

20. DOBBS, p. 92.

21. James P. Cannon, *The Communist League of America 1932-34* (Anchor Foundation, Inc., 1985) pp. 334-35.

Os burocratas da AFL de Mineápolis, acima de tudo, estavam desesperados com os conflitos e o desenvolvimento do movimento. Não queriam que a greve fosse resolvida pelo movimento independente dos trabalhadores, mas que ficasse sob o controle do governador Olson. Se encontraram com membros da prefeitura, num esforço para encerrar as lutas de rua e trazer o governador à cidade. O prefeito Republicano A. G. Bainbridge pediu que Olson mobilizasse a Guarda Nacional, o que ele fez. Nesse momento, entretanto, as unidades da guarda ainda se limitavam a permanecer nos arredores da cidade. A regional 574 denunciou imediatamente a convocação da Guarda e organizou uma manifestação em massa dos trabalhadores.

Uma série de tumultuadas negociações começou, forçando 166 companhias a reconhecerem a legitimidade do sindicato, conquistando o *closed shop*, e a aceitarem o retorno ao trabalho de todos os trabalhadores, incluindo aqueles que os empregadores queriam punir pelos "crimes" realizados durante a greve. O *status* de trabalhador *sênior* também foi reconhecido. No entanto, foram inseridos trechos ambíguos sobre a vinculação dos trabalhadores dos armazéns e galpões ao sindicato. A questão dos salários foi deixada para negociação futura.

Ainda assim, os líderes da greve acreditavam que o acordo constituía uma base a partir da qual ganhos futuros poderiam ser obtidos, e recomendaram que os membros o aceitassem. No dia 31 de maio, o acordo foi assinado e os trabalhadores logo voltaram ao trabalho.

Até esse momento, Cannon e a direção da Liga Comunista de Nova Iorque tinham dado orientações à greve somente por telefone. Mas Cannon reconheceu no momento a necessidade de colocar todo o partido em apoio à luta em Mineápolis. Viajou para a cidade, seguido logo depois por outros membros importantes do partido, para expandir a organização prática e política da luta. Entre aqueles que foram para Mineápolis estavam Max Shachtman e o advogado do partido, Albert Goldman.

Duas semanas após a ratificação do acordo, a Aliança dos Cidadãos recuperou sua compostura e começou a trabalhar na reversão das conquistas da greve de maio. A negociação em torno de futuros reajustes salariais foi quebrada e a inclusão dos trabalhadores dos armazéns e galpões ao sindicato foi negada.

O governador Olson, que havia se comprometido com o apoio à inclusão desses trabalhadores, retrocedeu e disse que a questão teria que ser negociada. A Comissão Regional do Trabalho apoiou a Aliança dos Cidadãos e negou ao sindicato a representação desses trabalhadores.

Além disso, os empregadores deixaram de pagar os reajustes salariais do acordo de fevereiro e trabalhadores não-sindicalizados foram demitidos. O reconhecimento do *status* de trabalhador sênior foi violado. Alguns trabalhadores receberam aumentos, numa tentativa de aprofundar a divisão entre as fileiras da classe. Ao todo, a regional 574 registrou 700 reclamações no decurso de um período relativamente curto. Contra isso, no entanto, começaram os preparativos para uma nova e maior greve.

Continua na MAISVALIA10. ▪

A greve começa: nos combates de rua, os grevistas e piqueteiros expulsam a polícia e os representantes da Aliança.

VINICIUS DE MORAES

A fidelidade absoluta à poesia

Hector Benoit

Na madrugada de 9 de julho de 1980, portanto, há 30 anos, morreu Vinicius de Moraes.

O poeta viveu de forma infinita tudo o que poderia viver um verdadeiro poeta.

Sendo também diplomata, foi cassado pela ditadura militar, após 26 anos no Ministério das Relações Exteriores. Foi aposentado pelo famigerado Ato Institucional nº 5. O AI-5 foi o quinto de uma série de decretos emitidos pelo regime militar brasileiro nos anos seguintes ao Golpe Militar de 1964. O AI-5 foi decretado em 13 de dezembro de 1968.

Conta-se que, nesse dia, o poeta estava em Portugal, realizando uma apresentação pública.

Quando chegou a notícia, estudantes salazaristas—a direita portuguesa— estavam amontoados na porta do teatro para protestar contra o poeta e apoiar o ato ditatorial. Alguns amigos do poeta aconselharam-no a sair pelos fundos do teatro.

Muito pelo contrário, Vinicius não somente apareceu na porta da frente do teatro, como também enfrentou com a sua poesia os fascistas portugueses, declamando "Poética I":

Poética I

De manhã escureço
De dia tardo
De tarde anoiteço
De noite ardo.

A oeste a morte
Contra quem vivo
Do sul cativo
O este é meu norte.

Outros que contem
Passo por passo:
Eu morro ontem

Nasço amanhã
Ando onde há espaço:
— Meu tempo é quando.

Conta-se que, então, um dos jovens estudantes portugueses tirou a capa do seu traje acadêmico e a colocou no chão, para que Vinicius pudesse passar sobre ela.

Imediatamente, o mesmo ato simbólico foi imitado pelos outros estudantes, manifestando uma máxima homenagem acadêmica ao poeta, ritual honorífico de maior bravura em Portugal...

Assembléia na Vila Euclides em São Bernardo, 1979

A greve do ABC em 1979: poesia para os 150.000 operários

Já perto do fim da sua vida de poeta fiel, fiel à poesia, em 1979, recitou, aos 150.000 operários presentes na Vila Euclides, *Operário em Construção.*

Vale a pena recordar integralmente os seus versos:

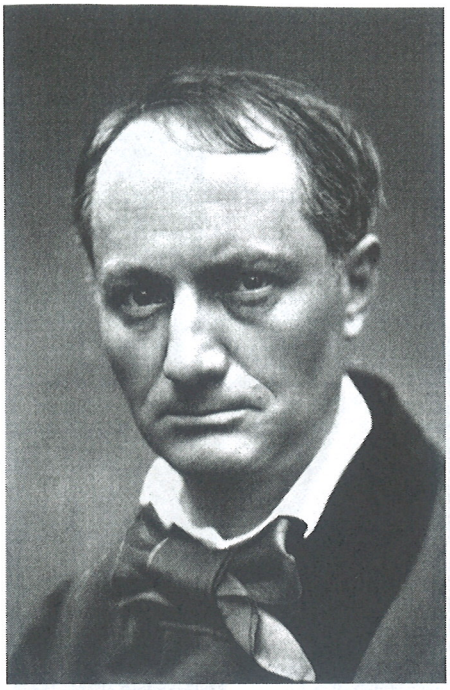
Era ele que erguia casas
Onde antes só havia chão.
Como um pássaro sem asas
Ele subia com as asas
Que lhe brotavam da mão.
Mas tudo desconhecia
De sua grande missão:
Não sabia por exemplo
Que a casa de um homem é um templo
Um templo sem religião
Como tampouco sabia
Que a casa que ele fazia
Sendo a sua liberdade
Era a sua escravidão.
De fato como podia
Um operário em construção
Compreender porque um tijolo
Valia mais do que um pão?
Tijolos ele empilhava
Com pá, cimento e esquadria
Quanto ao pão, ele o comia
Mas fosse comer tijolo!
E assim o operário ia
Com suor e com cimento
Erguendo uma casa aqui
Adiante um apartamento
Além uma igreja, à frente
Um quartel e uma prisão:
Prisão de que sofreria
Não fosse eventualmente
Um operário em construção.
Mas ele desconhecia
Esse fato extraordinário:
Que o operário faz a coisa
E a coisa faz o operário.
De forma que, certo dia
À mesa, ao cortar o pão
O operário foi tomado
De uma súbita emoção
Ao constatar assombrado
Que tudo naquela mesa
- Garrafa, prato, facão
Era ele quem fazia
Ele, um humilde operário
Um operário em construção.
Olhou em torno: a gamela
Banco, enxerga, caldeirão
Vidro, parede, janela
Casa, cidade, nação!
Tudo, tudo o que existia
Era ele quem os fazia
Ele, um humilde operário
Um operário que sabia
Exercer a profissão.

Ah, homens de pensamento
Não sabereis nunca o quanto
Aquele humilde operário
Soube naquele momento
Naquela casa vazia
Que ele mesmo levantara
Um mundo novo nascia
De que sequer suspeitava.
O operário emocionado
Olhou sua própria mão
Sua rude mão de operário
De operário em construção
E olhando bem para ela
Teve um segundo a impressão
De que não havia no mundo
Coisa que fosse mais bela.
Foi dentro dessa compreensão
Desse instante solitário
Que, tal sua construção
Cresceu também o operário
Cresceu em alto e profundo
Em largo e no coração
E como tudo que cresce
Ele não cresceu em vão
Pois além do que sabia
—Exercer a profissão—
O operário adquiriu
Uma nova dimensão:
A dimensão da poesia.

E um fato novo se viu
Que a todos admirava:
O que o operário dizia
Outro operário escutava.
E foi assim que o operário
Do edifício em construção
Que sempre dizia "sim"
Começou a dizer "não"
E aprendeu a notar coisas
A que não dava atenção:
Notou que sua marmita
Era o prato do patrão
Que sua cerveja preta
Era o uísque do patrão
Que seu macacão de zuarte
Era o terno do patrão
Que o casebre onde morava
Era a mansão do patrão
Que seus dois pés andarilhos
Eram as rodas do patrão
Que a dureza do seu dia
Era a noite do patrão
Que sua imensa fadiga
Era amiga do patrão.

E o operário disse: Não!
E o operário fez-se forte
Na sua resolução

Como era de se esperar
As bocas da delação
Começaram a dizer coisas
Aos ouvidos do patrão
Mas o patrão não queria



Baudelaire forografado por Etienne Carjat, em 1863.

Paul Verlaine tomando absinto.

Rimbaud fotografado por Carjat.

Nenhuma preocupação.
—"Convençam-no" do contrário
Disse ele sobre o operário
E ao dizer isto sorria.

Dia seguinte o operário
Ao sair da construção
Viu-se súbito cercado
Dos homens da delação
E sofreu por destinado
Sua primeira agressão
Teve seu rosto cuspido
Teve seu braço quebrado
Mas quando foi perguntado
O operário disse: Não!

Em vão sofrera o operário
Sua primeira agressão
Muitas outras seguiram
Muitas outras seguirão
Porém, por imprescindível
Ao edifício em construção
Seu trabalho prosseguia
E todo o seu sofrimento
Misturava-se ao cimento
Da construção que crescia.

Sentindo que a violência
Não dobraria o operário
Um dia tentou o patrão
Dobrá-lo de modo contrário
De sorte que o foi levando
Ao alto da construção
E num momento de tempo
Mostrou-lhe toda a região
E apontando-a ao operário
Fez-lhe esta declaração:
- Dar-te-ei todo esse poder
E a sua satisfação
Porque a mim me foi entregue
E dou-o a quem quiser.
Dou-te tempo de lazer
Dou-te tempo de mulher
Portanto, tudo o que ver
Será teu se me adorares
E, ainda mais, se abandonares
O que te faz dizer não.

Disse e fitou o operário
Que olhava e refletia
Mas o que via o operário
O patrão nunca veria
O operário via casas
E dentro das estruturas
Via coisas, objetos
Produtos, manufaturas.
Via tudo o que fazia
O lucro do seu patrão
E em cada coisa que via
Misteriosamente havia
A marca de sua mão.
E o operário disse: Não!

- Loucura! - gritou o patrão
Não vês o que te dou eu?
- Mentira! - disse o operário
Não podes dar-me o que é meu.

E um grande silêncio fez-se
Dentro do seu coração
Um silêncio de martírios
Um silêncio de prisão.
Um silêncio povoado
De pedidos de perdão
Um silêncio apavorado
Com o medo em solidão
Um silêncio de torturas
E gritos de maldição
Um silêncio de fraturas
A se arrastarem no chão
E o operário ouviu a voz
De todos os seus irmãos
Os seus irmãos que morreram
Por outros que viverão
Uma esperança sincera
Cresceu no seu coração
E dentro da tarde mansa
Agigantou-se a razão
De um homem pobre e esquecido
Razão porém que fizera
Em operário construído
O operário em construção

A revolução distante e a impossibilidade da verdadeira poesia

Mas, apesar dessa poesia, sabia Vinicius que a revolução ainda estava longe e que, sobretudo, não existia o partido à altura dessa revolução. Pela sua fidelidade absoluta à poesia, sabia bem Vinicius de Moraes, desde jovem, que, desde Baudelaire, Verlaine e Rimbaud, a poesia do futuro estava longe e era difícil escrever versos fiéis à própria poesia, uma poesia do futuro, aquela do *Operário em Construção.*

Assim, escrevia o poeta um "bilhete a Baudelaire"

Poeta, um pouco à tua maneira

E para distrair o spleen

Que estou sentindo vir a mim

Em sua ronda costumeira

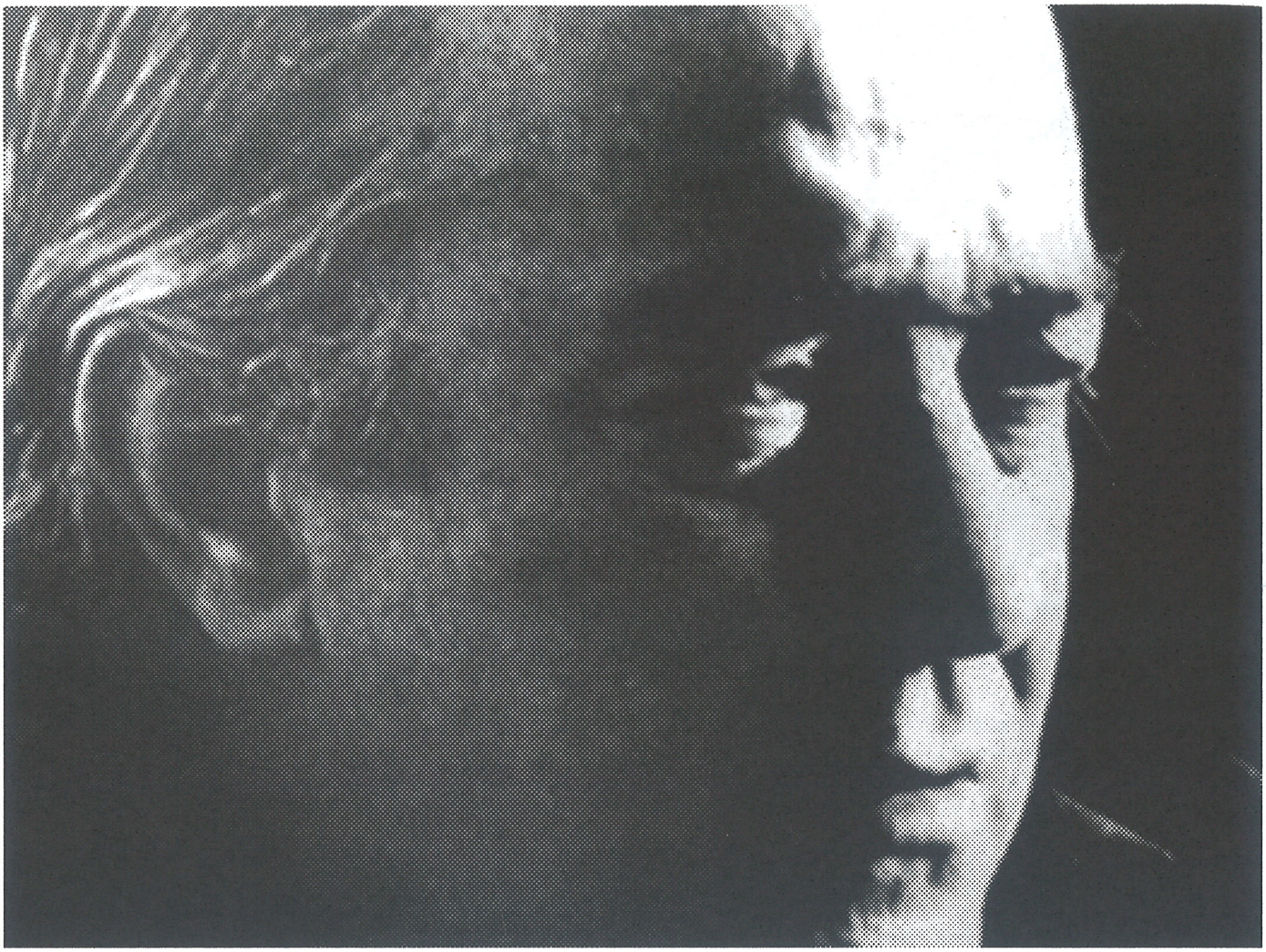
Folheando-te, reencontro a rara
Delícia de me deparar
Com tua sordidez preclara
Na velha foto de Carjat

Que não revia desde o tempo
Em que te lia e te relia
A ti, a Verlaine, a Rimbaud...

Como passou depressa o tempo
Como mudou a poesia
Como teu rosto não mudou!

Nesses versos a Baudelaire, a Verlaine e a Rimbaud, se compreende um pouco porque Vinicius, potencialmente grande poeta, no sentido literal da palavra, migrou para a música popular. Foi a sua forma de se calar, precocemente, como Rimbaud.

Caricatura de E. Carjat, autor de célebres retratos dos poetas malditos.



Vinicius de Moraes

'Fuga" da poesia à música popular

Mas, ao invés de ir traficar armas na África, continuou falando na música popular brasileira. E mesmo nesta, nas suas canções de amor, como em *Minha Namorada*, ali ainda Vinicius nos recomenda: seja fiel, fiel absolutamente, à poesia, a poesia que, em última instância, é a nossa própria existência.

Nesse sentido, para terminar, permitam que recorde e comente, rapidamente, *Minha Namorada.*

Se você quer ser minha namorada

Ah, que linda namorada
Você poderia ser
Se quiser ser somente minha
Exatamente essa coisinha
Essa coisa toda minha
Que ninguém mais pode ser

Você tem que me fazer um juramento
De só ter um pensamento
Ser só minha até morrer
E também de não perder esse jeitinho
De falar devagarinho
Essas histórias de você
E de repente me fazer muito carinho
E chorar bem de mansinho
Sem ninguém saber por quê

Mas, eis então que o poeta retorna sério e taciturno, o poeta retorna e nos recomenda a sua fidelidade absoluta, não só à mulher amada, mas também, à poesia e à nossa própria existência:

Porém, se mais do que minha namorada
Você quer ser minha amada
Minha amada, mas amada pra valer
Aquela amada pelo amor predestinada
Sem a qual a vida é nada
Sem a qual se quer morrer

Você tem que vir comigo
em meu caminho
E talvez o meu caminho seja
triste pra você

Os seus olhos têm que ser só
dos meus olhos
Os seus braços o meu ninho
No silêncio de depois

E você tem que ser a estrela derradeira
Minha amiga e companheira
No infinito de nós dois.

Sem dúvida, é triste a experiência e o caminho dos verdadeiros poetas, assim como é difícil e custosa a fidelidade ABSOLUTA à poesia e à existência de cada um de nós. ■

ÍNDICE

MAIS PRODUÇÃO, MAIS HORA EXTRA, MENOS SALÁRIO:
Entrevista com ex-metalúrgico da Cinpal e metalúrgico da Volks

"NÓS SOMOS OPOSIÇÃO ASSUMIDA AO SINDICATO"
Entrevista com liderança dos trabalhadores de produtoras de auto-peças do ABC

A LUTA DOS SEM-TETO NO CENTRO DE SÃO PAULO
Entrevista com Ivaneti Araújo, do MSTC

A LUTA DOS TRABALHADORES DA USP
Funcionário, estudante e professor falam sobre a greve de 2010 na USP

ELEIÇÕES 2010
Entrevistas com Martiniano Cavalcante (PSOL), Eduardo Almeida (PSTU) e Fernando Dillenburg (MNN)

***A ACUMULAÇÃO DO CAPITAL*, DE ROSA LUXEMBURG:**
Contribuição ao estudo não dialético de *O capital*
Jadir Antunes

A RENDA DA TERRA EM MARX
Fabio Luis Barbosa dos Santos

O SEGUNDO ESTÁGIO DA CRISE CAPITALISTA MUNDIAL
Nick Beams

A GREVE DOS CAMINHONEIROS DE MINEÁPOLIS EM 1934
Ron Jorgenson

VINICIUS DE MORAES:
A fidelidade absoluta à poesia
Hector Benoit

MAISVALIA 9 R$ 10,00
ISSN 1982676-1